

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
DO ESTADO DO PIAUÍ

# RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO DA SEAD-PI 2025



## Equipe de **Gestão Estratégica**

### **SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO**

Secretário da Administração

### **BRUNO GOMES OLIVEIRA DE MORAES**

Chefe de Gabinete

### **LUCAS LOPES DE ARAÚJO**

Superintendente de Gestão Administrativa

### **GARCIAS GUEDES RODRIGUES JÚNIOR**

Superintendente de Gestão de Pessoas

### **JACYLENNE COELHO BEZERRA FORTES**

Superintendente de Licitações e Contratos

### **MONIQUE DE MENEZES URRÁ**

Superintendente de Parcerias e Concessões

### **CAROLINE VIVEIROS MOURA DA CRUZ**

Superintendente de Patrimônio Imobiliário

### **UBALDO DE SÁ NEVES JR.**

Diretor Estratégico de Tecnologia e Governo Digital

### **CARLOS ALBERTO DA SILVA MOURA JR.**

Diretor da Escola de Gestores

### **NAYARA DE MORAES E SILVA**

Diretora de Formação Profissional

## Equipe de Produção do Relatório

**LUCAS LOPES DE ARAÚJO**

Superintendente de Gestão Administrativa

**ACI ARIANA DA SILVA DE OLIVEIRA**

Assessora Técnica

**MARINA MARANHÃO MELO MARQUES MOURÃO**

Assessora Técnica

# SUMÁRIO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO	8
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	10
<i>A Secretaria da Administração do Estado do Piauí</i>	10
<i>Processos de Trabalho da Secretaria</i>	10
ORGANOGRAMA	12
POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS	15
<b>GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS</b>	<b>16</b>
GOVERNANÇA	17
<i>Consolidação das Definições Estratégicas</i>	17
<i>Objetivos Estratégicos</i>	17
OUVIDORIA SETORIAL DA SEAD	20
<i>Introdução</i>	20
<i>Atendimentos e Meios de Contato</i>	20
<i>Tipos de Manifestação</i>	21
<i>Prazo de Resposta</i>	22
<i>Satisfação do Usuário</i>	22
<i>Desafios e Perspectivas</i>	23
<i>Conclusão</i>	23
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	24
<i>Ações relativas à Lei de Acesso à Informação (LAI)</i>	24
<i>Principais Resultados Alcançados em 2024</i>	24
<i>Destaques Operacionais</i>	24
<i>Perspectivas para 2025</i>	25
SUPERVISÃO E CONTROLE	26
<i>NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI</i>	26
<b>RESULTADOS</b>	<b>30</b>
<b>POR SETOR</b>	
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)	31
<i>Apresentação</i>	31
<i>Principais Áreas de Atuação da SGP</i>	31
<i>Relatório</i>	31
DIRETORIA DA ESCOLA DE GESTORES DO PIAUÍ – EGEPI	37
<i>Apresentação</i>	37
<i>Relatório</i>	37
<i>Composição da Diretoria</i>	38
<i>Quantitativo Geral de Servidores</i>	38
1. <i>Considerações Sobre O Ano De 2024</i>	38
2. <i>Resumo Dos Resultados</i>	39
3. <i>Oportunidades E Conquistas</i>	40
4. <i>Desafios</i>	41
5. <i>Contratos Firmados em 2024</i>	42
6. <i>Programa Servidor Instrutor</i>	42
7. <i>Demonstrativos Gráficos</i>	43
9. <i>PARECERIAS DE SUCESSO</i>	50
10. <i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	52
DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ “ANTONINO FREIRE”	53

APRESENTAÇÃO	53
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES EXERCIDAS EM 2024	53
APRESENTAÇÃO DOS CURSOS E AÇÕES REALIZADAS	55
DEMAIS AÇÕES E PARCERIAS	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO – SPI	68
APRESENTAÇÃO	68
OBJETIVOS	68
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	69
CONCLUSÃO	83
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (SLC)	85
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	86
2. GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS	92
3. RESULTADOS GERAIS, RETROSPECTIVA E DESAFIOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (SLC)	107
Retrospectiva 2024	108
Principais Entregas	110
Desafios Encontrados	111
SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES	113
Apresentação	113
GESTÃO	114
3. DIRETORIA DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS (DEP)	114
3.1. Projetos estruturados pela DEP	115
3.2. Entrega dos projetos previstos para 2025:	135
3.3. Consultorias	136
4. DIRETORIA DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE CONTRATOS (CMOG)	137
4.1. Do contexto da Diretoria	137
4.2 Das atividades em Geral	139
4.3 Dos Contratos	140
5. Considerações Finais	153
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	154
APRESENTAÇÃO	154
ATENDIMENTOS À POPULAÇÃO	155
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO	156
CAFÉ INOVA	157
PRINCIPAIS ENTREGAS: GESTÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E DO CENTRO ADMINISTRATIVO	158
<b>APÊNDICE</b>	<b>161</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>164</b>

## Lista de Tabelas

Figura 1 - Macroprocessos de Trabalho da SEAD.	11
Figura 2 - Organograma da Secretaria da Administração	14
Figura 3 - Análise S.W.O.T. da Secretaria da Administração	19
Figura 4 - Quantidade Geral de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?	20
Figura 5 - Quantidade de Manifestações Respondidas na Plataforma Fala.Br, retirando as manifestações encaminhadas para outros órgãos e Tempo Médio de respostas da OGU às manifestações, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?	21
Figura 6 - Tipos de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?	21
Figura 7 - Resolutividade de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?	22
Figura 8 - Quantidade Geral de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?	22
Figura 9 - Servidores Beneficiados	34
Figura 10 - Nomeações de Servidores Efetivos	35
Figura 11 - Quantidade total de imóveis em núcleos atuados - 2024	71
Figura 12 - Quantidade de imóveis sentenciados para abertura de matrícula – 2024.	71
Figura 13 - Processos de Cessão em aberto por solicitante - 2024	72
Figura 14 - Número de avaliações realizadas por Secretaria solicitante	76
Figura 15 - Quantitativo de Imóveis Catalogados nos Territórios de Desenvolvimento – 2024.	78

Figura 16 - Distribuição de imóveis com serviços estaduais - 2024.	78
Figura 17 - Quantidade de Serviços Públicos prestados em imóveis – 2024	79
Figura 18 - Quantidade de imóveis com e sem registro – 2024.	80
Figura 19 - Imóveis do Fundo da Previdência Social vidência por Território de Desenvolvimento.	80
Figura 20 - Imóveis do Fundo da Previdência qualificados por uso.	81
Figura 21 - Distribuição de Afetações de Imóveis por Território de Desenvolvimento - 2024.	82
Figura 22 - Situação de regularização das declarações de posse – 2024	83
Figura 23 – Organograma da SUPARC	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## Mensagem do Secretário

O ano de 2024 foi desafiador e de muitas realizações dentro da Secretaria da Administração (Sead). Um ano caracterizado por avanços significativos e transformações necessárias nos aproximamos dos nossos objetivos estratégicos e reafirmamos nosso compromisso com uma administração pública mais eficiente, transparente e inovadora. Ao longo deste exercício, implementamos diversas iniciativas focadas em otimizar os serviços prestados aos cidadãos. Ampliamos iniciativas fundamentais, como o Programa de Regularização Fundiária Urbana (ProUrbe), que beneficiou mais de 40 mil imóveis e atuou em 14 municípios sendo, destes, três cidades com seu perímetro urbano 100% regularizado. Além disso, realizamos um trabalho inovador de regularização de imóveis pertencentes ao Estado. Com o uso da tecnologia e novas soluções jurídicas, o garantimos o registro definitivo de matrículas imobiliárias em cartório, possibilitando uma gestão mais eficiente do patrimônio público. Com o objetivo de valorizar os servidores públicos, a Sead está modernizando a política de gestão de pessoas e ampliando o diálogo com as categorias sindicais de servidores. Neste ano foi instalada a Mesa Estadual de Negociação Permanente (Menp) com o objetivo de buscar soluções negociadas para os interesses manifestados pelas categorias de servidores. Ao longo do ano foram realizadas várias reuniões e, dentre os resultados dessas negociações, ressalta-se o reajuste salarial para os servidores de 5,35% por ano, até 2026, totalizando aproximadamente 17%, ao longo de dois anos.

Também foram contratados 400 jovens aprendizes, dentro do programa Oportunidade Jovem. O processo de seleção foi todo feito por meio de edital, admitindo jovens com idade entre 14 e 21 anos incompletos da rede pública de ensino. Focamos ainda na saúde e segurança dos servidores com a criação do programa Acolhe Servidor e a implementação de serviços de perícia médica por videoconferência, garantindo um atendimento mais acessível. Esses esforços se alinham à nossa meta de promover um ambiente de trabalho saudável e seguro. Em 2024 foi realizado concurso público com 110 vagas para os cargos de analista governamental e previdenciário. Mais de 6 mil pessoas participaram do certame. Em um cenário mais amplo, a Sead liderou a implementação do programa de Eficiência de Gastos Públicos, buscando a otimização dos recursos e a melhoria contínua dos processos administrativos. A inovação também se refletiu na adesão ao programa Balcão Gov.BR, que trouxe os serviços públicos digitais do Governo Federal para mais perto da população, numa parceria estabelecida com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O atendimento ao cidadão se tornou ainda mais robusto com os 800 mil atendimentos realizados pelos Espaços da Cidadania e a Caravana da Cidadania, que levou serviços diretamente às comunidades. Essas ações

reafirmam nosso compromisso em garantir o acesso contínuo e efetivo aos serviços públicos. No âmbito das parcerias e concessões, deram-se passos importantes com o leilão para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí (MRAE), representando um investimento de R\$ 9,6 bilhões para garantir a universalização do acesso à água e saneamento básico nas zonas rural e urbana de todos os municípios do Piauí.

Por meio da Escola de Governo, a Sead encerrou 2024 com avanços expressivos, reafirmando seu compromisso com a qualificação de servidores públicos estaduais. Foram emitidos quase 4 mil certificados de cursos realizados tanto pela diretoria de Gestores, voltada para a alta gestão governamental, como pela diretoria de formação profissional de servidores, voltada para servidores em geral do Governo do Estado. Diversas iniciativas foram implementadas para incentivar a transparência, assegurar o acesso correto à informação e oferecer serviços de qualidade à população do Piauí. Em face de todas essas ações, atuamos com firmeza, liderança e responsabilidade, buscando alternativas inovadoras e eficientes mostrando a maturidade da gestão. Com esforço e dedicação, conseguimos implementar as transformações necessárias para aprimorar a gestão pública e o bem-estar dos servidores do Governo do Estado e cidadãos piauienses. Ao longo do documento, apresentaremos em detalhes os resultados alcançados com foco nos objetivos estratégicos e nas prioridades de nossa gestão.

**Samuel Pontes do Nascimento**

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

# Visão Geral Organizacional

## A Secretaria da Administração do Estado do Piauí

A Secretaria da Administração (Sead) é o órgão central de coordenação e execução da política de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e procedimentos licitatórios da administração pública do Estado do Piauí. Além disso, também é responsável por gerir as parcerias público-privadas e concessões no âmbito do Estado do Piauí.

As principais normativas que balizam a atuação desta Secretaria são a Lei de Organização Administrativa do Estado do Piauí (Lei N° 7.884, de 8 de dezembro de 2022) e o Regimento Interno da Secretaria da Administração do Estado do Piauí (Decreto n° 22.546 de 16 de novembro de 2023).

## Processos de Trabalho da Secretaria

Os processos de trabalho da Secretaria da Administração do Estado do Piauí abrangem as diversas funções desempenhadas pelo órgão nos três âmbitos de sua atuação: Finalístico, de Suporte (ao governo do Estado e suas respectivas unidades), e Estratégico, voltado ao aprimoramento da Administração Pública do Estado do Piauí.

## Gestão de Processos

Os processos estão divididos em três categorias:

### 1. Processos Estratégicos

- Gestão da eficiência de gastos
- Gestão das atividades estratégicas da Secretaria da Administração
- Gestão do monitoramento e cumprimento das metas setoriais e de governo
- Gestão por resultados

### 2. Processos Meio

- Articulação interinstitucional (GAB)
- Articulação interna e coordenação de unidades (GAB)
- Desenvolvimento e interoperabilidade de sistemas de informação (NTGD)
- Planejar, dirigir e controlar a execução dos projetos de inovação na prestação dos serviços públicos.

### 3. Processos Finalísticos

- Capacitações de gestores
- Gerenciar e supervisionar as ações dos programas Espaços da Cidadania e Salas da Cidadania (SGA)
- Gestão de toda a infraestrutura da administração do Estado
- Gestão e acompanhamento de contratos
- Gestão de bens móveis e imóveis

- Gestão de pessoas
- Gestão de PPP (Parcerias Público-Privadas)

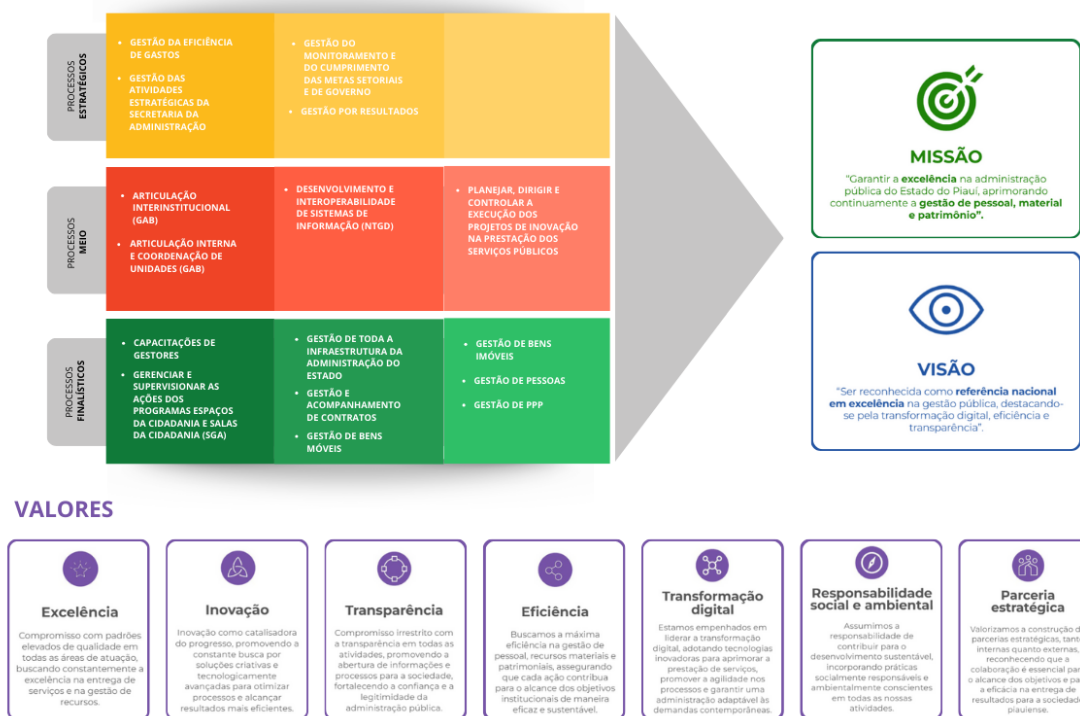


Figura 1 – Cadeia de Valor da SEAD.

## Organograma

O Decreto nº 22.546 de 16 de novembro de 2023 aprovou o Novo Organograma da Sead (Anexo I). A partir desta normativa regimental, a Secretaria teve sua atuação organizada entre unidade de assistência direta e imediata ao(à) secretário(a), que representa o Gabinete, incumbido de assessorá-lo em assuntos de natureza administrativa, técnica, e informacional da gestão; e unidades de direção e execução programática, que correspondem às Superintendências, Escola de Governo e Núcleo Estratégico de Tecnologia e Governo Digital.

### UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO (À) SECRETÁRIO (A)

#### Gabinete do Secretário da Administração

Assessoria de  
Comunicação  
Social

Núcleo Setorial de  
Controle Interno

Ouvidoria  
Setorial

Secretaria  
Executiva

### UNIDADES DE DIREÇÃO E EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

#### Superintendência de Gestão Administrativa

##### Diretoria de Gestão Estratégica

Gerência de  
Monitoramento e  
Projetos  
Institucionais

Coordenação do  
Sistema Eletrônico  
de Informações

Gerência dos  
Espaços e Salas  
da Cidadania

Coordenação dos  
Espaços e Salas da  
Cidadania

##### Diretoria de Planejamento e Finanças

Gerência de Execução  
Orçamentária

Coordenação de  
Controle de  
Diárias e  
Passagens

Coordenação  
de  
Contabilidade

Gerência de  
Planejamen-  
to e  
Orçamento

##### Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia e Arquitetura

Gerência Técnica  
de Projetos

Coordenação  
de Projetos

Coordenação  
de Supervi-  
são e  
Fiscalização  
de Obras

Coordenação  
de Planeja-  
mento e  
Orçamento  
de Obras e  
Serviços de  
Engenharia

##### Diretoria de Logística e Abastecimento

Gerência de  
Acompanhamento  
e Execução de  
Contratos

Coordenação de  
Apoio Técnico

Gerência de Controle  
de Gastos Comuns

Coordenação de  
Telefonia

Coordenação de  
Abastecimento e  
Manutenção de  
Frota

Gerência do Centro  
Administrativo

Coordenação de  
Manutenção,  
Conservação e  
Limpeza

Coordenação de  
Frota

Gerência de Controle  
de Bens Móveis

Coordenação de  
Almoxarifado

Coordenação de  
Monitoramento  
Mobiliário

Coordenação de  
Colônia de Férias

Coordenação de  
Bens Inservíveis

##### Diretoria de Inovação em Serviços Públicos

Gerência de Inovação na Gestão  
dos Serviços Públicos

## Superintendência de Gestão de Pessoas

### Diretoria de Atenção ao Servidor Público do Estado do Piauí

Gerência de Assistência e Avaliação Especializada

Coordenação Médica Pericial

Coordenação de Acolhimento e Instruções Periciais

Coordenação de Saúde Ocupacional

Coordenação de Readaptação Funcional e Acompanhamento de Saúde

Gerência de Gestão de Cuidados e Atenção à Saúde do Servidor

Coordenação de Saúde Mental

Coordenação de Promoção à Saúde

### Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

Gerência de Gestão de Pessoas

Coordenação de Direitos e Benefícios

Coordenação do Ponto Eletrônico

Coordenação de Cadastros e Ocorrências Funcionais

Gerência de Proventos e Desenvolvimento de Pessoas

Coordenação de Recrutamento de Pessoas

Coordenação de Acúmulo de Cargos

Coordenação de Gestão de Dados e Conformidades do eSocial

### Diretoria de Pagamento de Pessoal

Gerência de Estruturação da Folha de Pagamento

Coordenação dos Serviços de Consignações, Contribuições Sindicais e Associações

Coordenação de Integração de Sistemas e Digitalização de Folha de Pagamento

Gerência de Integração Contábil, Fiscal, Tributária e Proventos

Coordenação de Revisão da Folha de Pagamento

## Superintendência de Licitações e Contratos

### Diretoria de Licitações

### Diretoria de Planejamento de Compras Públicas

Gerência de Pesquisa de Preços de Compras Públicas

### Diretoria de Contratos

## Superintendência de Parcerias e Concessões

### Diretoria de Monitoramento e Gestão de Contratos

### Diretoria de Estruturação de Projetos de Concessões e Parcerias Público-Privadas

## Superintendência de Patrimônio Imobiliário

### Diretoria de Gestão do Patrimônio

Gerência de Controle de Bens Imóveis

Gerência de Inventário de Bens Imóveis

### Diretoria de Regularização Imobiliária

Gerência de Projeto de Regularização Fundiária e Cadastro

Gerência de Operações Técnicas

Gerência de Inventário de Vistoria de Imóveis

### Núcleo de Informações Geoespaciais



Figura 2 - Organograma da Secretaria da Administração

## **Políticas, Planos e Programas**

Secretaria da Administração executou, no curso do ano de 2024, ações centradas no aprimoramento da qualidade do serviço público, na qualificação e na valorização dos recursos humanos, na estruturação e manutenção das parcerias público-privadas (PPPs), e na proteção, gerenciamento, regularização e preservação do patrimônio móvel e imóvel do Estado do Piauí, além de atuar na modernização da gestão pública e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Os principais eixos de ação da Sead serão expostos na seção seguinte, com o detalhamento das ações promovidas no âmbito de cada unidade interna.

SECRETARIA  
DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD



# GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS

# Governança

## Consolidação das Definições Estratégicas

### MISSÃO

Garantir a excelência na administração pública do Estado do Piauí, aprimorando continuamente a gestão de pessoal, material e de patrimônio.

### VISÃO

Ser reconhecida como referência nacional em excelência na gestão pública, destacando-se pela transformação digital, eficiência e transparência.

### VALORES

- **Excelência:** compromisso com padrões elevados de qualidade em todas as áreas de atuação, buscando constantemente a excelência na entrega de serviços e na gestão de recursos.
- **Inovação:** inovação como catalisadora do progresso, promovendo a constante busca por soluções criativas e tecnologicamente avançadas para otimizar processos e alcançar resultados mais eficientes.
- **Transparência:** compromisso irrestrito com a transparência em todas as atividades, promovendo a abertura de informações e processos para a sociedade, fortalecendo a confiança e a legitimidade da administração pública.
- **Eficiência:** buscamos a máxima eficiência na gestão de pessoal, recursos materiais e patrimoniais, assegurando que cada ação contribua para o alcance dos objetivos institucionais de maneira eficaz e sustentável.
- **Transformação digital:** estamos empenhados em liderar a transformação digital, adotando tecnologias inovadoras para aprimorar a prestação de serviços, promover a agilidade nos processos e garantir uma administração adaptável às demandas contemporâneas.
- **Responsabilidade social e ambiental:** assumimos a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, incorporando práticas socialmente responsáveis e ambientalmente conscientes em todas as nossas atividades.
- **Parceria estratégica:** valorizamos a construção de parcerias estratégicas, tanto internas quanto externas, reconhecendo que a colaboração é essencial para o alcance dos objetivos e para a eficácia na entrega de resultados para a sociedade piauiense.

## Objetivos Estratégicos

A atuação estratégica da Secretaria da Administração embasou-se, primordialmente, no seguimento das diretrizes do Plano Plurianual e na concretização das Metas de Governo cujo escopo situa-se sob sua responsabilidade:

- **Promover o controle social** através da articulação entre os órgãos públicos, entidades e a sociedade civil, a fim de ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.
- **Promover ações que proporcionem melhorias na qualidade de vida dos servidores públicos**, a fim de ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.
- **Estabelecer as parcerias público-privada como um instrumento indutor do desenvolvimento econômico** no estado, a fim de atrair investimentos nos setores do agronegócio, mineração, indústria, comércio e serviços, com foco no desenvolvimento econômico do estado.
- **Promover a regularização fundiária e a alienação de bens imóveis do Estado, não essenciais à ação governamental**, a fim de, assim, ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.
- **Aperfeiçoar o fluxo de processos administrativos** com foco na eficácia, eficiência e efetividade, a fim de ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.
- **Aprimorar a gestão de pessoas através da formação, valorização e avaliação de desempenho dos servidores, a fim de aperfeiçoar o fluxo** de processos administrativos com foco na eficácia, eficiência e efetividade.
- **Aprimorar a gestão de pessoas através da formação, valorização e avaliação de desempenho dos servidores, a fim de ofertar serviços públicos de qualidade** para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.
- **Promover ações que proporcionem melhorias na qualidade de vida dos servidores públicos**, a fim de ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.
- **Otimizar o atendimento ao público (interno e externo) com foco nas necessidades do cidadão**, a fim de ofertar serviços públicos de qualidade para a sociedade piauiense, garantindo a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na ação governamental.

A secretaria possui **10 Objetivos Estratégicos**:

- 1. Aprimorar a gestão administrativa e de controle de gastos por meio de práticas inovadoras, eficientes e sustentáveis.
- 2. Aprimorar a Gestão Estratégica de Pessoas.
- 3. Aprimorar os processos de gestão de PPP (Parcerias Público-Privadas).
- 4. Avançar em políticas de transformação digital.
- 5. Estruturar Parcerias Público-Privadas e Concessões.
- 6. Fortalecer a Governança e Gestão para resultados.

- 7. Fortalecer o programa de regularização fundiária urbana.
- 8. Instituir Programa de gestão da qualidade e satisfação no serviço público estadual.
- 9. Maximizar o valor e a eficiência do portfólio de ativos imobiliários do estado do Piauí, otimizando a gestão.
- 10. Valorizar a carreira dos servidores públicos estaduais de todas as áreas.

## Análise S.W.O.T.



Figura 3 - Análise S.W.O.T. da Secretaria da Administração

# Ouvidoria Setorial da Sead

## Introdução

A Ouvidoria Setorial da Secretaria de Administração do Estado do Piauí (Sead) é um importante canal de comunicação entre a sociedade e o Estado, funcionando como instância de participação e controle social. Regida pela Lei nº 8.243/2014, a Ouvidoria tem a missão de receber, processar e encaminhar manifestações de usuários dos serviços públicos, como denúncias, solicitações, reclamações e elogios. O objetivo é melhorar a gestão pública, garantir a transparência das ações da SEAD e promover a interlocução direta com os cidadãos.

## Atendimentos e Meios de Contato

Em 2024, a Ouvidoria Setorial manteve o uso da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, que facilita o registro e a gestão das manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação. A plataforma, que funciona como um ponto único de recepção, continua sendo a principal via de contato, complementada por atendimentos via e-mail, WhatsApp e presencialmente, todos devidamente registrados e consolidados na plataforma para garantir um acompanhamento eficiente.

A Ouvidoria Setorial também se manteve atenta ao crescente número de manifestações recebidas. Durante o ano de 2024, foram processadas 2.385 manifestações, mantendo a regularidade e alta procura aos serviços da ouvidoria setorial em relação ao ano anterior, indicando a constância do engajamento da população nos canais de ouvidoria.



Figura 4 - Quantidade Geral de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?



Figura 5 - Quantidade de Manifestações Respondidas na Plataforma Fala.Br, retirando as manifestações encaminhadas para outros órgãos e Tempo Médio de respostas da OGU às manifestações, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?

## Tipos de Manifestação

A análise das manifestações revelou que, assim como em 2023, as solicitações e elogios continuaram a representar a maior parte dos registros, respondendo por cerca de 92,5% do total de manifestações. Esse dado reforça a importância da Ouvidoria Setorial no atendimento às demandas e acolhendo o elogio do cidadão ao serviço prestado pela ouvidora, garantindo que as solicitações sejam tratadas de forma ágil e eficiente.



Figura 6 - Tipos de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?

## Prazo de Resposta

Em conformidade com a Lei nº 13.460/17, a Ouvidoria Setorial da SEAD seguiu rigorosamente os prazos para respostas conclusivas. O tempo médio de resposta, levando em consideração as manifestações não arquivadas ou em aberto, manteve-se dentro dos parâmetros legais. Mais de 98% das manifestações receberam uma resposta conclusiva dentro do prazo estabelecido, um índice positivo em comparação com os anos anteriores.

### RESOLUTIVIDADE (Indicada pela Ouvidoria)



\* Considera as manifestações com resposta conclusiva pela Ouvidoria

Figura 7 - Resolutividade de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?

## Satisfação do Usuário

Em 2024, a Ouvidoria Setorial deu continuidade à sua estratégia de medir a satisfação dos usuários, incentivando a participação nas pesquisas avaliativas enviadas após cada resposta conclusiva. Os resultados das pesquisas de satisfação indicaram uma melhora significativa na qualidade do atendimento, com destaque para o aumento da aprovação dos cidadãos em relação à agilidade e clareza nas respostas. A análise dos feedbacks mostrou que áreas como a comunicação com o usuário e o encaminhamento adequado das demandas são pontos chave para aprimorar a experiência do usuário.

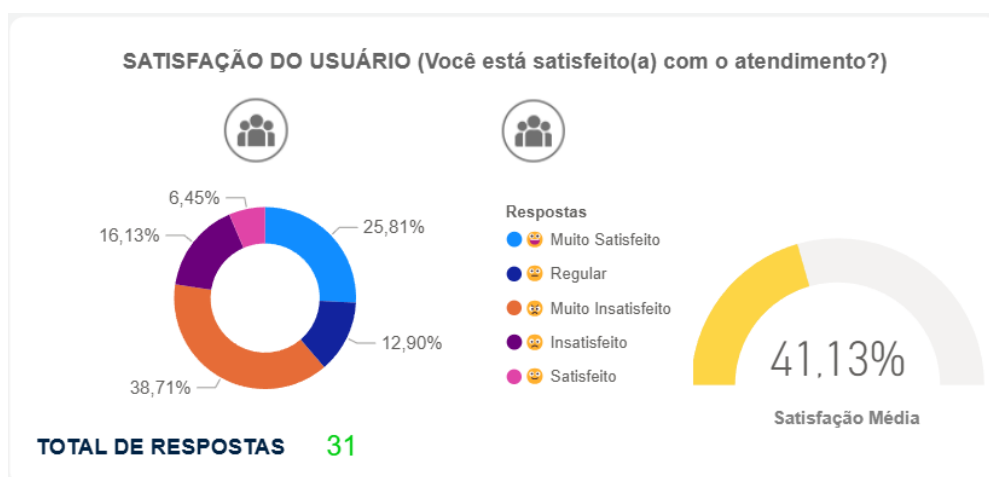


Figura 8 - Quantidade Geral de Manifestações Registradas na Plataforma Fala.Br, conforme extrações feitas na data de 27/01/2025, no Painel Resolveu?

## **Desafios e Perspectivas**

Apesar dos avanços, a Ouvidoria Setorial da Sead reconhece que há desafios a serem superados, como a necessidade de aperfeiçoamento contínuo nos canais de comunicação e no treinamento da equipe de atendimento para evoluir continuamente o atendimento de excelência. Para 2025, a meta é reduzir o tempo de resposta em casos mais complexos, ampliar e divulgar cada vez mais os canais de atendimento, buscando sempre a comunicação com todos de forma igualitária e intensificar a comunicação proativa com os usuários, tanto pelos canais de atendimento, quanto presencialmente.

## **Conclusão**

A Ouvidoria Setorial da Sead tem se consolidado como um canal de extrema importância na gestão pública, promovendo a interação com a sociedade e contribuindo para a melhoria dos serviços públicos prestados no Estado do Piauí. A continuidade das ações de melhoria nos processos de atendimento e resposta ao cidadão visa fortalecer ainda mais a confiança da população no sistema de ouvidoria, garantindo maior eficiência e transparência.

# Lei de Acesso à Informação

## Ações relativas à Lei de Acesso à Informação (LAI)

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) tem como principal objetivo garantir a transparência e o controle social na administração pública, promovendo o acesso às informações de interesse coletivo ou geral. A Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD-PI) desempenhou, ao longo de 2024, um papel central na implementação e monitoramento das diretrizes estabelecidas pela LAI, consolidando-se como um canal estratégico para a promoção da transparência pública.

## Principais Resultados Alcançados em 2024

### 1. Atendimento às Manifestações e Pedidos de Informação:

- Foram registradas 2.428 manifestações através da plataforma Fala.BR, abrangendo solicitações de informação, reclamações, sugestões, elogios e denúncias.
- Do total de manifestações recebidas, 83,8% corresponderam a solicitações de informação, reforçando o compromisso com a transparência ativa e passiva.
- Tempo médio de resposta: Em conformidade com a Lei nº 13.460/2017, a SEAD-PI respondeu às demandas dentro do prazo regulamentar, garantindo celeridade e eficiência.

### 2. Qualidade das Respostas e Satisfação do Usuário:

- A satisfação dos cidadãos em relação ao atendimento foi avaliada por meio de pesquisa, evidenciando melhoria significativa nos índices de qualidade em relação ao ano anterior.
- A plataforma Fala.BR também possibilitou maior transparência na interação entre a sociedade e o governo.

### 3. Reconhecimentos e Melhoria Contínua:

- A utilização de ferramentas digitais, como o WhatsApp institucional e a unificação das manifestações no Fala.BR, foi fundamental para ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.

## Destaques Operacionais

- **Transparência Ativa:** Foram realizadas atualizações regulares no Portal da Transparência do Estado, contemplando informações sobre despesas, contratações e programas.

- **Capacitação de Servidores:** Foram realizados treinamentos sobre boas práticas no atendimento à LAI, envolvendo mais de 100 servidores de diferentes unidades da SEAD.
- **Aprimoramento de Processos:** Foram implementados fluxos mais eficientes para monitoramento das demandas, garantindo assertividade nas respostas e redução de pendências.

## Perspectivas para 2025

Para o próximo ciclo, a SEAD-PI busca:

- ✓ Ampliar a integração entre plataformas digitais e canais de atendimento.
- ✓ Fortalecer a transparência ativa por meio de novos painéis e relatórios dinâmicos.
- ✓ Aumentar os índices de satisfação do cidadão, garantindo maior clareza e objetividade nas respostas enviadas.

Com essas ações, a Secretaria reafirma seu compromisso com a transparência pública e com a construção de uma gestão mais eficiente, participativa e acessível a todos os piauienses.

# Supervisão e Controle

## NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI

No ano de 2024 o Núcleo de Controle Interno (NCI) vinculado à Secretaria de Administração do Estado do Piauí constatou um total de **2.347 (duas mil trezentas e quarenta e sete) análises preventivas realizadas pelo Sistema Integrado de Controle Interno (Sincin)**, estando nesse montante inclusas as realizadas tanto pelo NCI quanto pelos fiscais de seus respectivos contratos. A implementação do Sincin tem contribuído para dar maior celeridade e eficiência às análises dos processos que demandam despesas pelos órgãos do Governo do Estado do Piauí.

Com a metodologia de análise aplicada, os processos de contratação, pagamento, prestação de contas e fiscalização contratual são avaliados rigorosamente pelos critérios legais vigentes. Desse modo, o Núcleo de Controle Interno presta assistência direta na tomada de decisões acerca da legalidade da instrução processual.

As análises realizadas em 2024 no SINCIN correspondem a um **total de R\$ 814.571.993,45 (oitocentos e quatorze milhões e quinhentos e setenta e um mil e novecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos) em despesas feitas da Sead**. Desse total, em aproximadamente 81,002% das análises foi constatado que os requisitos técnico-econômicos foram cumpridos, enquanto apenas 14,89% das análises apresentaram ressalvas.

Outrossim, do total de de 2.347 (duas mil trezentas e quarenta e sete) análises, entre as realizadas por NCI e fiscais, 15 constam como não finalizadas, somando R\$ 33.408.495,52 (trinta e três milhões e quatrocentos e oito mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos), sendo apenas 2 de responsabilidade do controle interno.

Durante todo o ano de 2024 a Secretaria de Administração manteve um relacionamento próximo à Controladoria do Estado, buscando sanar as possíveis ressalvas referentes a qualquer decisão que fosse contra a transparência na aplicação dos recursos públicos. Além disso, foi de grande valia a cooperação dos outros gestores para com o Núcleo de Controle Interno durante todo o exercício, corrigindo as inconsistências sempre que necessário e contribuindo para a garantia da legalidade e legitimidade dos procedimentos.

Vale ressaltar que por meio do PROCESSO SEI N° 00313.000767/2024-91, o Núcleo de Controle Interno recebeu 2 relatórios de inspeção oriundos da CGE, sendo estes:

- 1. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO N° 107/2024/CGE-PI/GAB/CG/UNICONT/GERAG – QUE APONTOU 33 INCONSISTÊNCIAS QUANTO A 254 CRITÉRIOS AVALIADOS, RESPONDIDOS COMO SEGUE:**

“Trata-se de processo nº 00313.000417/2023-43 relativo ao RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 107/2024/CGE-PI/GAB/CG/UNICONT/GERAG. Após exame da documentação inserida no presente processo, que tem como intuito avaliar a consistência dos dados produzidos pelos membros do Núcleo de Controle Interno (NCI), bem como, orientar e sugerir medidas que possam aprimorar o controle do órgão, encaminha-se os autos para os setores responsáveis pela fiscalização dos contratos e gestão de patrimônio, além do Gabinete Geral do Secretário,

É válido que haja a devida observância aos critérios pontuados nos referidos relatórios a fim de facilitar e melhorar o trabalho desempenhado pelo Núcleo de Controle Interno, sejam estes:

- Que das 35 respostas consideradas inconsistentes pela CGE, 02 estão relacionadas a Relatórios de Fiscalização, não sendo da seara de responsabilidade do NCI, encaminhando, portanto, a Diretoria de Logística e Abastecimento - DLOG para conhecimento.
- Parecer NCI nº 210101.PG00028/2024, Processo nº 00002.000438/2024-53, Contrato Nº 134/2023, EMPRESA – VOBYS GESTÃO DE PESSOAS LTDA – CNPJ 05.848.102/0001-85, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA CUSTOMIZAÇÃO DO SIAPE. - que constam Relatórios de Fiscalização retificados (010890935 e 010891400) após o Relatório cancelado (010810326) citado no Relatório de Inspeção, assim como novas Análises de Pagamento posteriores (011067023 e 011067045), realizada esta ainda em fevereiro de 2024. Ademais, que constam relatórios de atividades emitidos pela empresa (010889171 e 010889184) e Relatório de Fiscalização que comprovam a realização dos serviços, uma vez que em sua pergunta número 6 o fiscal afirma ter ocorrido fiscalização in loco. Desse modo, sendo injustificada a inconsistência.
- Parecer NCI nº 210101.PG00042/2024 e RF00001/2024, Processo nº 00002.000027/2024-68, Contrato Nº 0001/2018, EMPRESA – PIAUÍ CONECTADO – SPE – CNPJ 30.412.491/0001-49, REFERENTE A SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, OPEAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DADOS. e Parecer NCI nº 210101.PG001238/2024 e RF00118/2024, Processo nº 00002.001333/2024-11, Contrato Nº 0001/2018, EMPRESA – PIAUÍ CONECTADO – SPE – CNPJ 30.412.491/0001-49, REFERENTE A SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, OPEAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DADOS. - que nos processos em tela não constam as questões número 17, que são apontadas como inconsistentes. Além disso, foram indicadas as certidões que não constavam nos processos, seguidas inclusive da seguinte observação: "A SPE encontra-se impossibilitada de emitir as

certidões negativa de débitos junto à fazenda estadual e certidão negativa de débitos junto à fazenda municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, e terá o prazo máximo de até dois faturamentos para regularização, em conformidade com o art. 6º do Decreto Estadual n. 15.093/2013." Desse modo, sendo injustificada a inconsistência.

- Parecer NCI nº 210101.PG01062/2024, Processo nº 00002.000931/2024-73, Contrato Nº 001/2022, EMPRESA MAZUAD AUTOLOCADORA e LOGISTICA LTDA – CNPJ 09.192.288/0001-18, REFERENTE A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. - que no processo em epígrafe, consta o controle diário de frota (011012704 e 011058963). Desse modo, sendo injustificada a inconsistência.
- Parecer NCI nº 210101.PG01194/2024, Processo nº 00002.001672/2024-06, Contrato Nº 595/2023, EMPRESA MANESCO, RAMIRES, PERES, AZEVEDO MARQUES SOCIEDADE DE ADVOGADOS – CNPJ 66.865.965/0001-550, REFERENTE A SERVIÇOS JURÍDICOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA DE PROJETOS NO SETOR DE SANEAMENTO. - que foi indicado documento hábil que comprove a realização dos serviços, já que o Relatório de Fiscalização nº 210101.RF00185/2024 - Retificadora nº 2 - Conclusão: Regular (011669243) em sua pergunta 7 define que a fiscalização foi realizada por meio de conferência documental: "A empresa enviou os seguintes documentos em formato digital: 1) Diagnóstico Jurídico-Institucional, 2) Anexo I - planilha com legislações; 3) Anexo II - Memorando Indenização; 4) Memorando área rural 5) Memorando Entidade Reguladora". e ainda na pergunta 4 define: "Os documentos foram disponibilizados aos fiscais que os analisaram e emitiram considerações através de comentários no seu texto, que por sua vez, foram ajustados pela empresa antes da entrega da versão final do produto, que também foi analisada e aprovada pelos fiscais". Desse modo, sendo injustificada a inconsistência.
- **PONTO DE ATENÇÃO** – Que sejam observadas separadamente as pendências do NCI e dos fiscais de contrato.

Além disso, que sejam finalizados os seguintes Relatórios de Fiscalização:

<b>Nº DO PARECER</b>	<b>VALOR</b>	<b>MES</b>
210101.RF00117	8.695.307,11	FEVEREIRO
210101.RF00115	8.695.307,11	FEVEREIRO
210101.RF00116	8.695.307,11	FEVEREIRO
210101.RF00161	181.439,93	FEVEREIRO
210101.RF00101	80.578,49	FEVEREIRO
210101.RF00099	25.000,00	FEVEREIRO

210101.RF00193	544.038,72	MARÇO
210101.RF00195	4.066,26	MARÇO

*O Núcleo de Controle Interno se disponibiliza para sanar as eventuais dúvidas que ocorram no curso dos processos de contratação e pagamento com o intuito de sempre evoluir no controle realizado.*

*Sem mais,*

*Atenciosamente,"*

## **2. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 161/2024/CGE-PI/GAB/CG/UNICONT/GERAG – QUE APONTOU 0 INCONSISTÊNCIAS NOS 156 ITENS AVALIADOS.**

Núcleo de Controle Interno da Secretaria de Administração do Estado do Piauí reitera a importância de uma atuação com responsabilidade e transparência para fortalecer a governança e a eficiência da gestão pública.

Por fim, destaca-se o compromisso perene desta Secretaria com o adequado monitoramento e acompanhamento dos processos de gestão, bem como daqueles de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, além do apoio aos controles externos através do Núcleo de Controle Interno, em prol da construção de um cenário favorável ao maior desenvolvimento do Estado, a fim de garantir a correta aplicação dos recursos, aprimorar os processos internos e contribuir para a melhoria contínua da administração pública.

SECRETARIA  
DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD



# RESULTADOS POR SETOR

# Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP)

## Apresentação

A Superintendência de Gestão de Pessoas é a unidade responsável por dirigir e executar programas voltados à administração de pessoal e recursos humanos no âmbito estadual. Sua principal missão é promover a eficiência e a eficácia no desempenho dos servidores públicos, assegurando a qualidade dos serviços prestados à população.

Entre suas principais responsabilidades estão: coordenar e supervisionar políticas de gestão de pessoas; planejar e controlar despesas relacionadas à folha de pagamento; gerenciar frequência e licenças; padronizar os processos de administração de pessoal; e elaborar editais para concursos públicos e processos seletivos internos.

## Principais Áreas de Atuação da SGP

### 1. Desenvolvimento de Pessoas

- **Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas (DDP):** Responsável pela promoção de capacitação, desenvolvimento de competências e valorização profissional dos servidores.

### 2. Atenção ao Servidor

- **Diretoria de Atenção ao Servidor Público do Estado do Piauí (CIASPI):** Focada no bem-estar, saúde e engajamento dos servidores, além de promover políticas que estimulem a produtividade e a coesão das equipes.

### 3. Gestão de Pagamentos

- **Diretoria de Pagamento de Pessoal (DPP):** Gerencia a folha de pagamento, assegura a eficiência nos processos de alocação de pessoal e realiza o planejamento de despesas relacionadas aos servidores públicos.

## Relatório

A Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), vinculada à Secretaria da Administração do Estado do Piauí (SEAD-PI), atua na formulação e execução de políticas que visam à otimização da gestão de recursos humanos no setor público. Conforme o artigo 17 da Lei nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022, a SEAD-PI, por meio da SGP, é responsável por coordenar e supervisionar a política de gestão de pessoal.

Atualmente, a SGP encontra-se em fase de implementação do Planejamento Estratégico 2024/2025, com foco na valorização das carreiras públicas. Os objetivos principais desse plano são:

- a) **Aprimorar a Gestão Estratégica de Pessoas**, promovendo práticas que reconheçam, desenvolvam e maximizem o potencial dos servidores.
- b) **Avançar em Políticas de Transformação Digital**, com foco em modernizar e simplificar processos, garantindo maior agilidade e eficiência na gestão de pessoal.
- c) **Valorizar as Carreiras Públicas**, com iniciativas que assegurem crescimento profissional e excelência na prestação de serviços à população.

O plano estratégico está sendo desenvolvido em etapas, com ações voltadas para alcançar os objetivos traçados, garantir eficiência na gestão de recursos humanos e potencializar o impacto das políticas públicas no estado.

Com essas diretrizes e iniciativas, a SGP reforça seu compromisso com a excelência na gestão de pessoas, promovendo um ambiente de trabalho produtivo e inovador para os servidores públicos e a sociedade.

## **1 – Resultados e Ações vinculadas aos objetivos estratégicos**

### **1.1 Saúde e Segurança do Trabalho**

Ao longo do período analisado, diversas ações foram realizadas para promover a saúde, segurança e bem-estar dos servidores, beneficiando milhares de pessoas. Iniciativas como o *Espaço Cuidar*, *Circuito Multiprofissional de Saúde e Perícias Médicas* atenderam um número significativo de servidores, enquanto programas como o *Plantão Psicológico* e a *Blitz Educativa* fortaleceram o suporte emocional e a conscientização sobre temas relevantes. Além disso, eventos como a *Semana do Servidor* e campanhas de prevenção, incluindo os *Diálogos de Segurança* sobre saúde mental e física, reforçaram o compromisso com a valorização dos profissionais.

Na área de segurança do servidor, foram promovidos treinamentos e inspeções para aprimorar a prevenção e o combate a incêndios, além de palestras sobre assédio e discriminação no ambiente de trabalho. Ações como a *Caravana da Cidadania* e visitas técnicas em diversos órgãos garantiram a disseminação de boas práticas e o fortalecimento da cultura de segurança. Dessa forma, as atividades desenvolvidas refletem o compromisso contínuo com a qualidade de vida dos servidores e a criação de um ambiente institucional mais seguro, saudável e acolhedor, valorizando a gestão de pessoas e as carreiras.

O quadro a seguir exemplifica a amplitude das ações da Secretaria:

<b>Ações</b>	<b>Pessoas/Órgãos Atendidos</b>
Perícia de Junta Médica por Videochamada	68 Pessoas
Espaço Acolhedor/Acolhe Servidor	1.745 Pessoas
Espaço Cuidar	3.124 Pessoas
Nutribem	1.452 Pessoas
Minuto Saúde	1.492 Pessoas
Plantão Psicológico	111 Pessoas
Palestra de Princípio de Combate a Incêndio	452 Pessoas
Palestra de Assédio Moral e Sexual no Trabalho	200 Pessoas
Diálogo de segurança - Percepção de Risco	358 Pessoas
Ações de Prevenção e Proteção Contra Incêndios - PPCI - 1/4	826 Pessoas
Bloquinho do Servidor - Percepção de risco	200 Pessoas
Circuito Multiprofissional de Saúde	3.064 Pessoas
Palestras - Equipe Psicossocial	743 Pessoas
Blitz Educativa	2.250 Pessoas
Assistência e Avaliação Especializada	177 Pessoas
Perícias Médicas	3.262 Pessoas
Diálogo de segurança - SETEMBRO Amarelo	85 Pessoas
Treinamento de Noções de Prevenção e Combate à Incêndio e Primeiros Socorros	176 Pessoas
Treinamento de Prevenção de Assédio Moral, Sexual e Discriminação e Divulgação do Protocolo DIGA	290 Pessoas
Semana do Servidor	400 Pessoas
Dia Radiante do Bem-estar	40 Pessoas
Treinamento de Noções de Prevenção e Combate à Incêndio e Primeiros Socorros	2 Órgãos
Diálogo de Segurança - Outubro Rosa	98 Pessoas
Diálogo de Segurança - Novembro Azul	130 Pessoas
Diálogo de Segurança - Dezembro	600 Pessoas
Caravana da Cidadania	2.241 Pessoas
Caravana da Cidadania Realizadas	9
Inspeções do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio	3 Órgãos
Visitas Técnicas	21 Órgãos
PPP e LTCAT (Perfil Profissiográfico Previdenciário e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho)	13 Órgãos
Palestras	117 Pessoas
Relatório de Situação Ambiental	2 Órgãos

## 1.2 Política Permanente de Valorização do Servidor

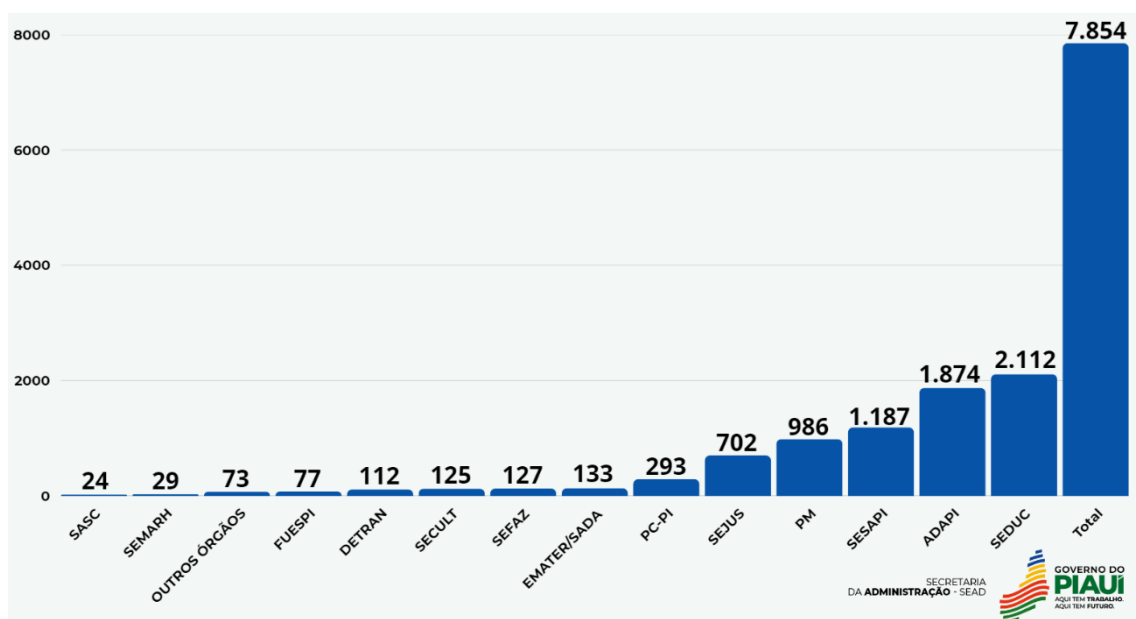
A Mesa Estadual de Negociação Permanente (**MENP**) foi instituída pelo decreto estadual nº 22.627/23, com o objetivo de buscar soluções negociadas para as demandas dos servidores. Criada pelo governador Rafael Fonteles, mas conduzida pelas Secretarias da Administração e Relações Sociais, a MENP realizou sua primeira reunião em 18 de janeiro de 2024. Desde então, foram realizadas 90 reuniões, atendendo mais 40 sindicatos, fortalecendo o diálogo entre o governo e as categorias. Como resultado das negociações, foi concedido um reajuste salarial de 5,35% para os servidores, reafirmando o compromisso com a valorização do funcionalismo público ([SEAD](#)).

Ainda merece destaque o compromisso do Governo do Estado em pagar os servidores rigorosamente em dias já definidos no calendário anual ([SEAD](#)).

## 1.3 Agilidade na análise dos processos de benefícios e direitos dos servidores

Um exemplo clássico, que reflete o compromisso com a valorização das carreiras, resta configurado nos benefícios de promoção, progressão e enquadramento dos servidores, proporcionando crescimento profissional e evolução na carreira.

Essas medidas reforçam o compromisso com a valorização dos servidores,



incentivando o desenvolvimento profissional e aprimorando a qualidade dos serviços prestados à população. Diante disso, segue abaixo a apresentação dos dados:

Figura 9 - Servidores Beneficiados

## 1.4 Nomeações em Concursos e Seleções

O concurso para os cargos de Analista Governamental e Analista Previdenciário foi realizado com um total de 110 vagas distribuídas entre SEAD (45 vagas), SEPLAN (45 vagas) e PIAUÍPREV (20 vagas). Ao todo, 5.851 candidatos se inscreveram para o certame, cuja prova ocorreu no dia 08 de setembro de 2024. Os aprovados participarão do curso de formação nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2025. Além disso, foi lançado o Edital de Seleção nº 02/2024-SEAD para o Processo Seletivo da SASC, com 128 vagas, no dia 05 de julho de 2024. Além disso, no dia 28 de abril de 2024, foi aplicada a prova do concurso público para o cargo de Policial Penal (SEJUS). Com a oferta de 400 vagas, o certame representa um passo importante para o fortalecimento do sistema de segurança pública, assegurando a reposição e expansão do quadro de servidores. A realização do concurso reafirma o compromisso da gestão com a qualificação e valorização dos agentes penitenciários, promovendo mais eficiência e qualidade no serviço prestado à sociedade.

Segue abaixo a quantidade de nomeações realizadas de servidores efetivos em concursos vigentes somente em 2024:

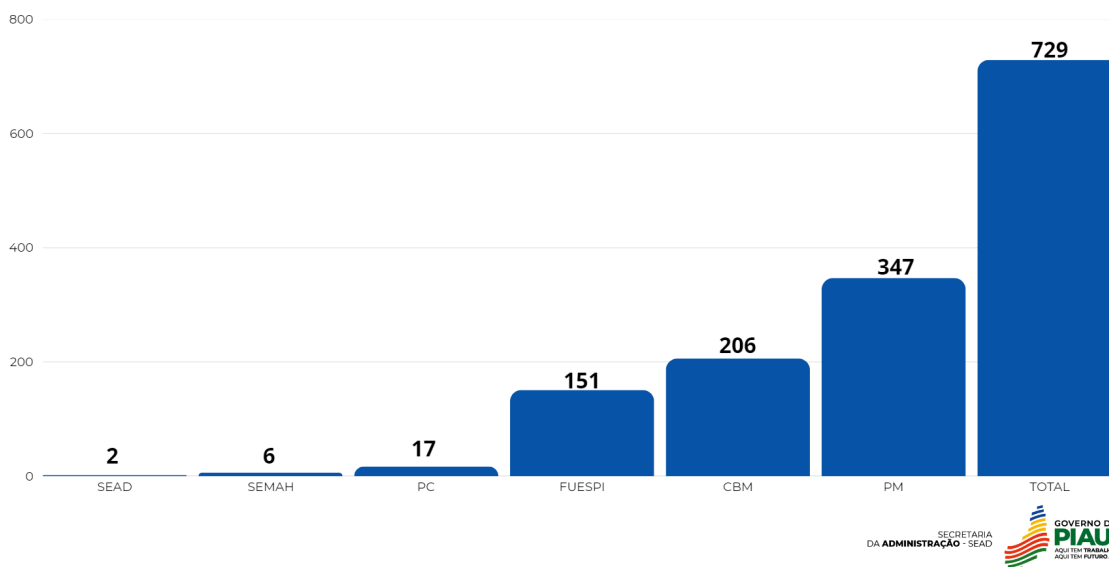
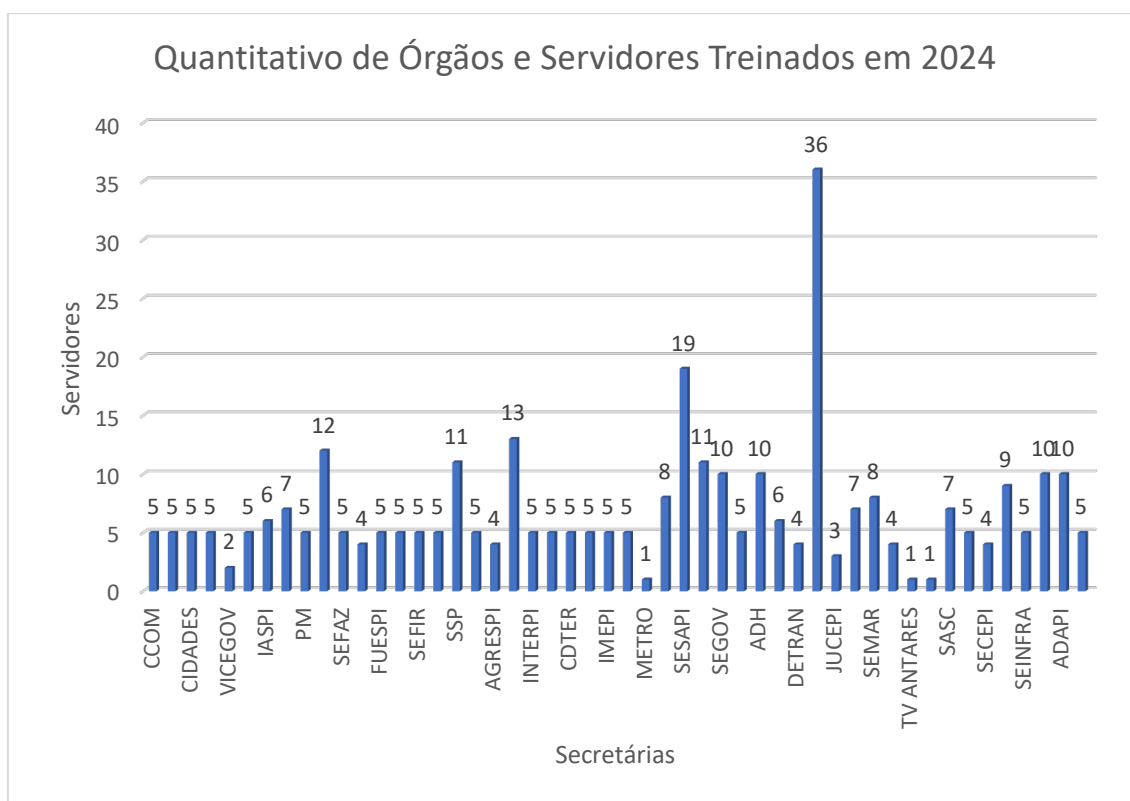


Figura 10 - Nomeações de Servidores Efetivos

## 1.5 Treinamento dos servidores das Unidades Gestoras Estaduais

Inobstante estar vinculado a Escola de Governo que apresenta o quantitativo de capacitações e treinamentos. A fim de aprimorar a gestão de recursos humanos e

garantir o correto encaminhamento dos eventos periódicos ao e-Social, foram realizados treinamentos voltados para os servidores das Unidades Gestoras (UGs) sobre a utilização do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE). A capacitação contou com a participação de **338 servidores, distribuídos entre 50 secretarias**, reforçando o compromisso com a qualificação contínua e a padronização dos procedimentos administrativos. O treinamento teve como foco a correta inserção e transmissão das informações no sistema, garantindo conformidade com as exigências legais e maior eficiência nos processos de gestão de pessoal.



## 1.6 Avanços nas políticas de transformação digital

A melhoria no serviço público realizada pelos avanços na transformação digital também é refletida no âmbito da gestão de pessoas. Durante o período em análise, foram implementadas diversas inovações tecnológicas para modernizar e otimizar a gestão pública.

A exemplo, o Piauí foi pioneiro ao implantar, a Perícia de Junta Medica realizada por videoconferência em polos do interior do Piauí. A primeira cidade a receber o serviço foi Parnaíba-PI, o que vem beneficiando, principalmente, os servidores que residem na planície litorânea, já que esse procedimento era feito somente de forma presencial na Capital, proporcionando maior acessibilidade, eficiência e redução de custos para o Estado e para servidores ([SEAD](#)) ([SEAD](#)).

Outro ponto que merece destaque na transformação digital é a disponibilização de aplicativo ([Gov.pi Cidadão](#)), permitindo ao servidor ter acesso a sua vida funcional e contracheques, fato que reduziu significativamente a necessidade do servidor se deslocar ao setor de pessoal da SEAD.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da administração com a modernização, a eficiência e a transparência na gestão.

## **Diretoria da Escola de Gestores do Piauí – EGEPI**

### **Apresentação**

A Escola de Governo do Piauí (EGEPI) tem como missão promover ações de aperfeiçoamento de lideranças, estimulando o desenvolvimento dos recursos humanos e a produção de conhecimento para o fortalecimento da capacidade de governança pública.

Ressalta-se, a competência legal da Escola de Governo, instituída na estrutura da Secretaria de Estado da Administração, em executar atividades de formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos estaduais, podendo para isso celebração de convênio ou contratos com entes federados ou suas escolas de governo e supervisionar as atividades de educação em gestão pública voltadas à formação e aperfeiçoamento das atividades dos servidores públicos nos termos do Art. 17, XVII e XVIII da Lei Estadual nº Lei 7.884, de 08 de dezembro de 2022, bem como da Lei nº 8.157 de 20 de setembro de 2023. Por meio do Decreto N° 22.546, de 16 de novembro de 2023, veio a assumir, a proposta, alinhada à meta 3.5 do plano de governo, de tornar-se referência na educação executiva, como uma Escola de Gestores.

### **Relatório**

O relatório gerencial do ano de 2024, de atividades desenvolvidas pela Escola de Governo do Piauí, objetiva demonstrar o desempenho das Gerências de Educação Executiva (GEE) e de Aperfeiçoamento da Alta Gestão (GDAG), no período compreendido de janeiro a dezembro de 2024, a fim de permitir monitoramento, avaliação e melhoria contínua dos resultados alcançados.

## Composição da Diretoria

- Diretoria
- Assessoria
- Gerência de Educação Executiva - GEE
- Gerência de Aperfeiçoamento da Alta Gestão – GDAG

## Quantitativo Geral de Servidores

- Efetivos: 3
- Comissionados: 4
- Terceirizados: 7
- Seletivos: 0
- Estagiários: 7
- **TOTAL: 21 servidores**

## 1. Considerações Sobre O Ano De 2024

As considerações sobre o primeiro ano de exercício da Escola de Governo do Piauí durante a atual gestão, demonstraram grande avanço nos resultados comparado com o quadriênio (2019-2022). Tal evolução permaneceu contínua durante o segundo ano de exercício da escola, mostrando o grande compromisso da EGEPi frente a valorização da mão de obra e capacitação dos servidores públicos do Estado do Piauí.

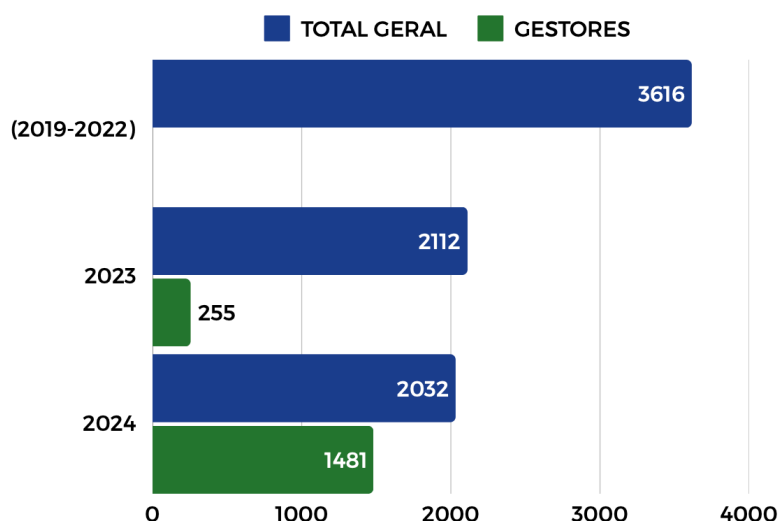
Relembrando as mudanças ao final do primeiro ano da atual gestão (2023-2026), a Lei nº 8.157 de 20 de setembro de 2023 determinou o remanejamento do Núcleo de Formação e Desenvolvimento Profissional dos Servidores do Estado do Piauí "Antonino Freire" – NUFAF, o qual passou a fazer parte da Secretaria de Administração do Estado, mais especificamente da Escola de Governo. Ressalta-se que a referida alteração impulsionou o alcance de servidores que almejam a profissionalização e especialização, tendo em vista que a EGEPi passou a contar com duas diretorias com público-alvo distinto, gestores e servidores, o que permite um melhor direcionamento e qualidade das ações idealizadas.

Diante da publicação da lei supramencionada, os resultados desta Diretoria da Escola

de Gestores durante o ano de 2024 mantiveram-se concentrados no público específico e estratégico de gestores, o que proporcionou uma grande evolução quantitativa de servidores capacitados da alta gestão. O primeiro ano da atual gestão desta Diretoria (2023) apresentou um total geral de 2.112 servidores capacitados, sendo apenas 255 gestores desse total, já no segundo ano de exercício, observa-se um total geral de 2.032 servidores, e desses, 1.481 são gestores.

O aumento do número de gestores capacitados, demonstra o compromisso da Escola de Governo do Piauí com a Qualificação e Desenvolvimento Profissional dos Servidores Públicos Cíveis. Importante destacar que, o quantitativo de servidores capacitados no biênio da atual gestão (4.144 - quatro mil cento e quarenta e quatro certificações entre 2023 e 2024), supera o quantitativo total do quadriênio da gestão anterior (3.616 - três mil seiscentos e dezesseis certificações entre 2019-2022).

**Figura 11 - Quantitativo Global de Certificações (EGEPI)**



## 2. Resumo Dos Resultados

- **43 ações da Gerência de Educação Executiva**
- **40 ações da Gerência de Aperfeiçoamento da Alta Gestão**
- **83 cursos oferecidos** no total, sendo:
  - 42 cursos do eixo de Gestão para resultados
  - 16 cursos do eixo de Comportamento inclusivo e Relações Humanas com Pessoas
  - 12 cursos do eixo de Liderança

- 7 cursos do eixo de Comunicação
- 5 cursos do eixo de Gestão de crises
- 3 cursos do eixo de Articulação
- **2.032 servidores capacitados** no total, sendo:
  - 986 Servidores capacitados pela GEE
  - 1.046 Servidores capacitados pela GDAG
- **130 certificados emitidos para instrutores**

## 3. Oportunidades E Conquistas

### 3.1 Primeiro Trimestre (Janeiro - Março)

No primeiro trimestre, a EGEPI destacou-se pela formalização de parcerias com instituições renomadas como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que resultou na criação de uma página específica da Escola de Governo do Piauí no site da Escola Virtual de Governo da ENAP com cursos selecionados por curadoria da EGEPI, cujo propósito é direcionar as formações que melhor podem contribuir com o desenvolvimento profissional dos servidores em suas respectivas áreas e contextos. Além disso, a instituição iniciou as gravações da trilha básica para gestores, utilizando a estrutura do Studio I.

Houve também, o início das aulas da segunda etapa do programa "Entenda Minhas Mãos", que teve início em março de 2024, com 104 servidores inscritos nas 3 turmas ofertadas, sendo uma de nível intermediário, para os alunos que concluíram o nível básico na primeira etapa e duas turmas de nível básico, uma para servidores da área da saúde e outra para servidores dos órgãos estaduais que não foram contemplados em 2023, alcançando, desta forma, a totalidade das secretarias e órgãos autônomos da Administração direta.

### 3.2 Segundo Trimestre (Abril - Junho)

No segundo trimestre, a Escola de Governo continuou a expandir suas atividades e parcerias estratégicas, consolidando-se como uma referência em formação e capacitação. Destaques deste período incluem:

- **Finalista do Prêmio Espírito Público**, na categoria Gestão de Pessoas, pelo Programa Permanente de Capacitação em Libras "Entenda minhas Mãos".

- **Parceria com a instituição Amana Key**, focada na formação de lideranças em gestão de alta complexidade, a cooperação proporcionou o Curso APG Gestão Avançada, distribuído em 4 turmas, perfazendo um total de 205 servidores no geral, sendo desses, 193 gestores capacitados.
  - Amana Key (São Paulo)
  - Amana Key (Piauí)

### 3.3 Terceiro Trimestre (Julho - Setembro)

Houve um esforço contínuo para reforçar colaborações com diversas instituições, ampliando as oportunidades de desenvolvimento e capacitação para os servidores. O fortalecimento das parcerias firmadas inclui as seguintes instituições:

- **SINEPE** (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí)
- **ICEV** (Instituto de Ensino Superior)
- **SETE** (Sociedade Educacional de Teresina)
- **GENOMA** (Rede de Educação Profissional Brasileiro Eireli)

### 3.4 Quarto Trimestre (Outubro - Dezembro)

Lançamento do programa CapacitIA, iniciativa pioneira do Governo do Piauí para incorporar inteligência artificial (IA) no serviço público, que deu início a capacitação em massa dos gestores estaduais. O programa é realizado pela Secretaria de Inteligência Artificial (SIA) em parceria com a Secretaria de Estado da Administração, por meio da Escola de Governo (EGEPI), e o Piauí Instituto de Tecnologia (PIT).<sup>8</sup>

## 4. Desafios

- Necessidade de **melhores estratégias de divulgação** dos cursos;
- Necessidade de **melhores estruturas físicas e equipamentos**;
- Manter a qualidade dos serviços prestados com **uso de menos recursos financeiros** diante de restrições orçamentárias;
- **Orçamento para material ou estratégia para não precisar de material** (como, por exemplo, material prévio);
- Promover a **eficiência das contratações** e o **uso dos espaços físicos com segurança e integração**.

## 5. Contratos Firmados em 2024

EMPRESA	PROCESSO	CURSO	VALOR (R\$)	Nº CONTRATO
AMANA KEY	00002.01427 0/2023-82	APG - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA	R\$ 911.000,00	Nº 100/2024

No segundo trimestre a Empresa Amana Key teve seu contrato assinado em 28 de março de 2024, para realização de 04 (quatro) turmas para cargos da Alta Gestão (Secretário, Coordenador-Geral, Diretor-Geral, Superintendente e Diretor).

## 6. Programa Servidor Instrutor

O Programa Servidor Instrutor tem como objetivo formar um banco de instrutores com servidores públicos do Estado do Piauí, valorizando o capital intelectual local, onde servidores que tenham habilidades com docência e desejem compartilhar conhecimento, possam fazê-lo sendo instrutor da Escola de Governo.

INSCRITOS	QUANTIDADES
INSCRITOS ATÉ JUNHO DE 2024	874
SERVIDORES DE TERESINA	610
SERVIDORES DE OUTROS MUNICÍPIOS	46
SERVIDOR COM PÓS-DOCTORADO	08
SERVIDOR COM DOCTORADO	54
SERVIDOR COM MESTRADO	190
SUPERINTENDENTE	02
DIRETOR	18

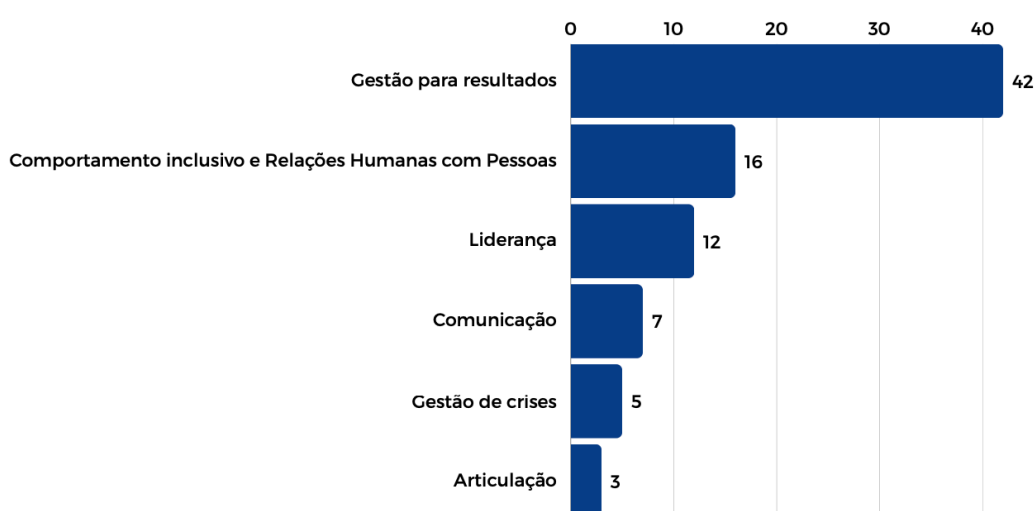
## 7. Demonstrativos Gráficos

### OFERTA DE CURSOS POR TRILHAS

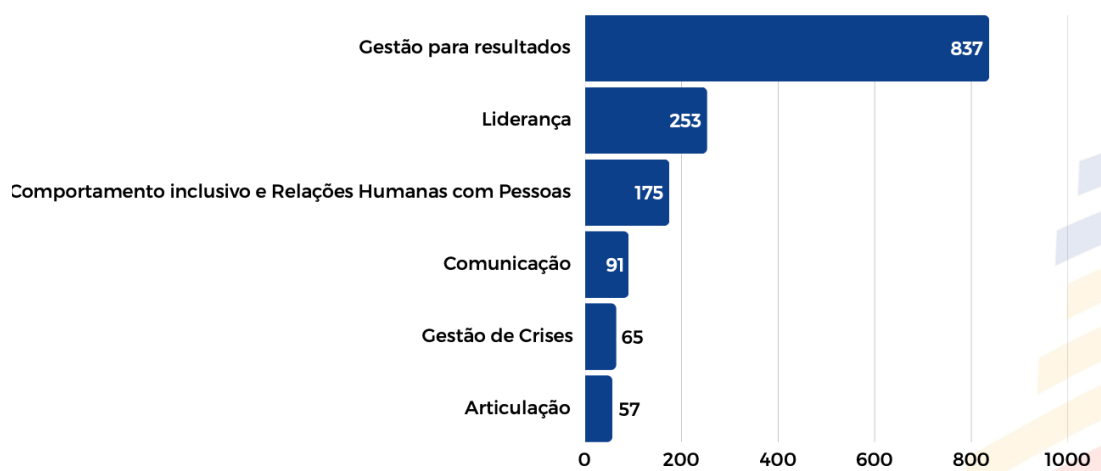
Os cursos foram organizados em trilhas específicas, cada uma destinada a desenvolver competências necessárias aos gestores.

A prestação dos cursos foi distribuída da seguinte forma:

**Figura 12 - Oferta de Cursos por Trilhas**

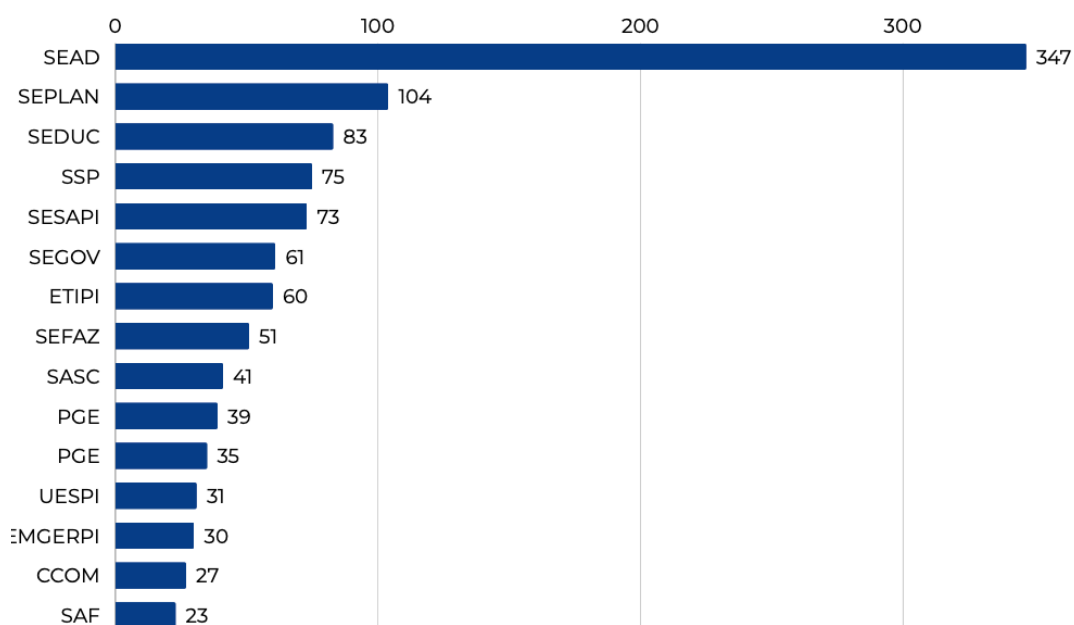


**Figura 13 - Trilhas para Gestores com mais certificados**

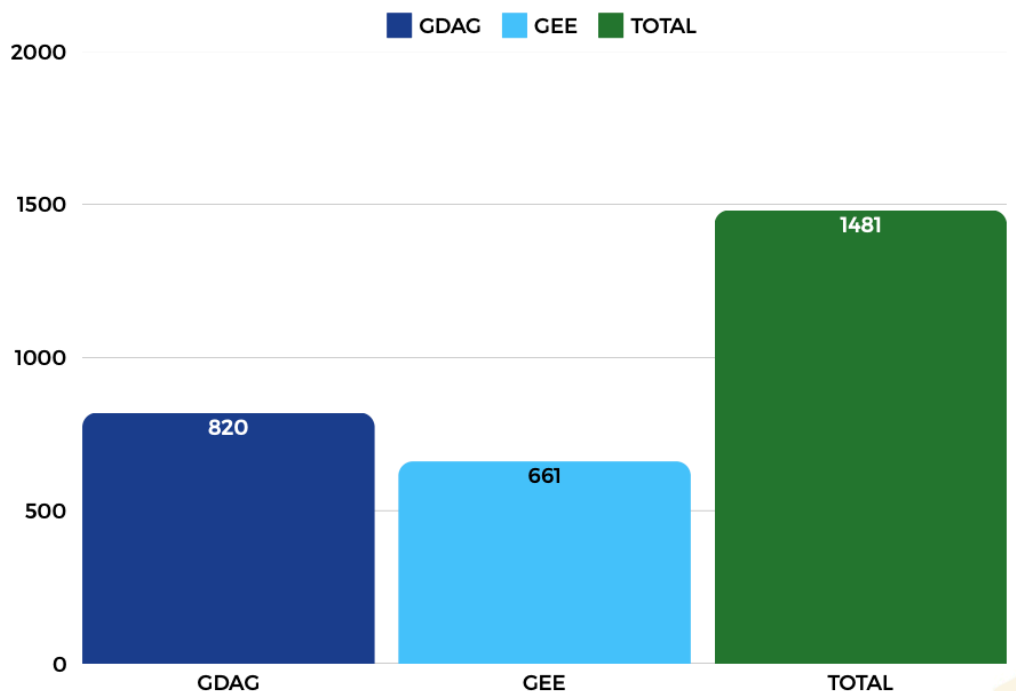


## FORMAÇÃO DE GESTORES

**Figura 14 - Ranking das secretarias que mais certificaram gestores**

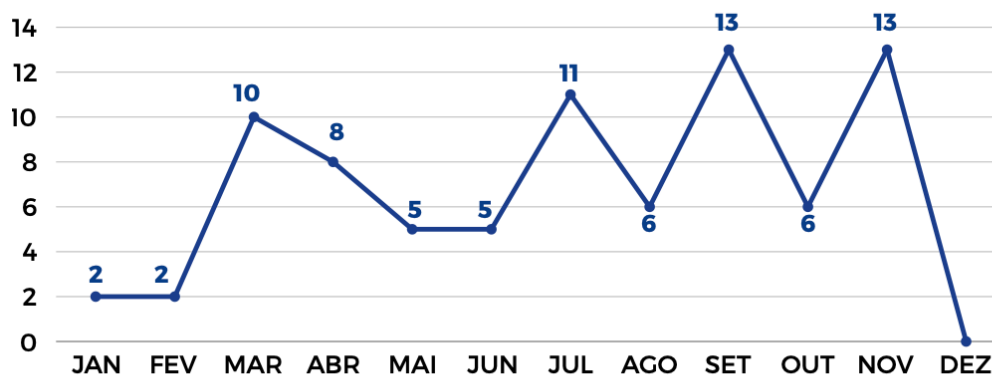


**Figura 15 - Quantitativo de Gestores formados por Gerência**

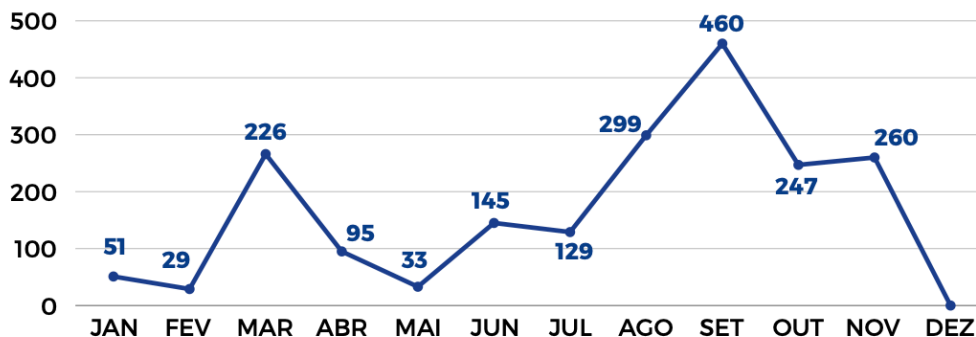


## ANÁLISE MENSAL

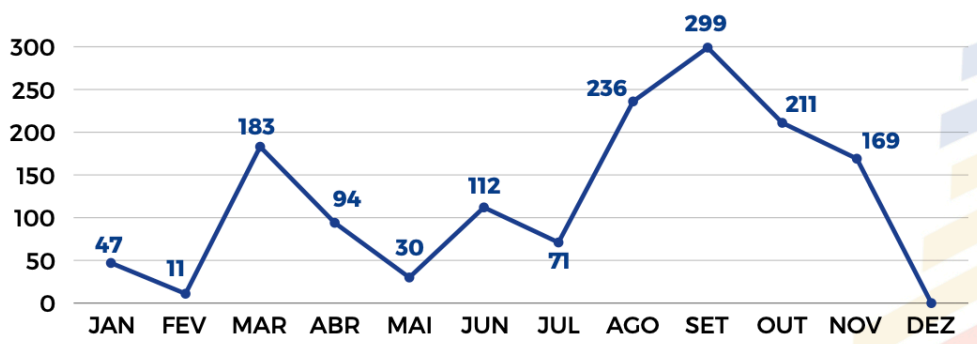
**Figura 16 - Quantitativo de cursos mês a mês**



**Figura 17 - Quantitativo geral de certificados mês a mês**

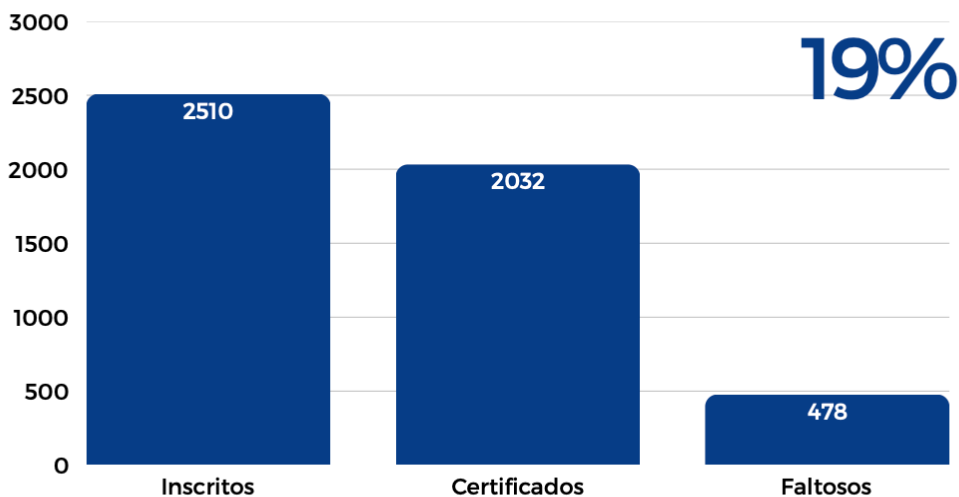


**Figura 18 - Quantitativo de certificados para gestores mês a mês**



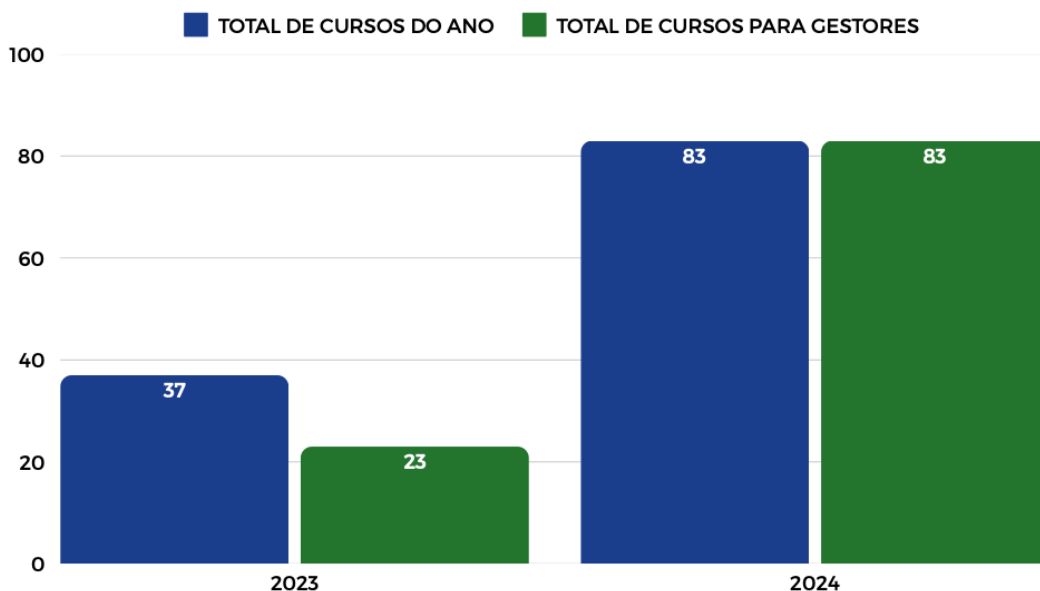
## TAXA DE EVASÃO ANUAL

Figura 19 - Taxa de evasão ao longo do ano

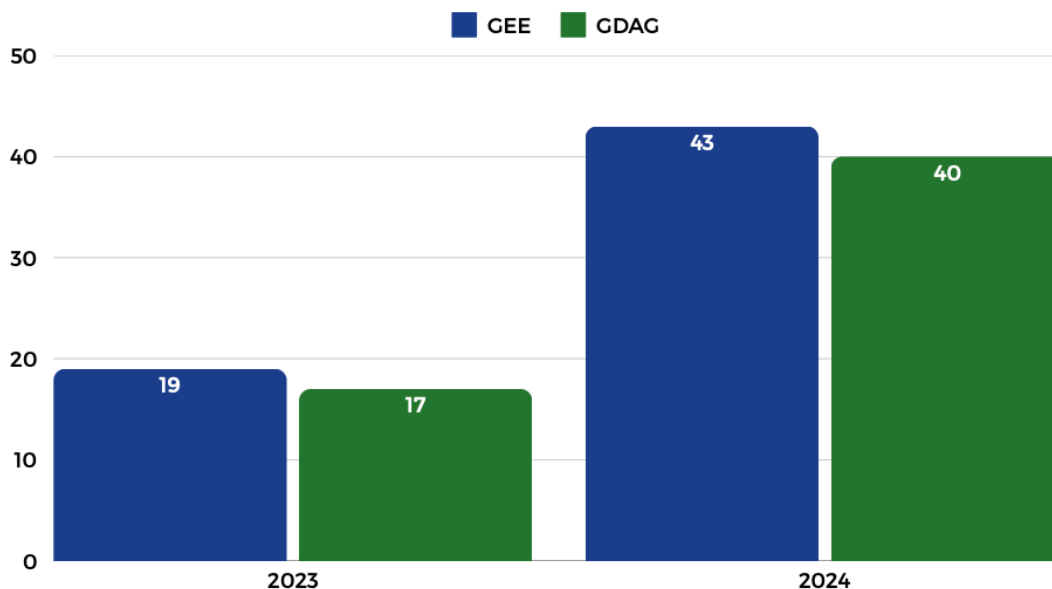


## COMPARATIVOS 2023 x 2024

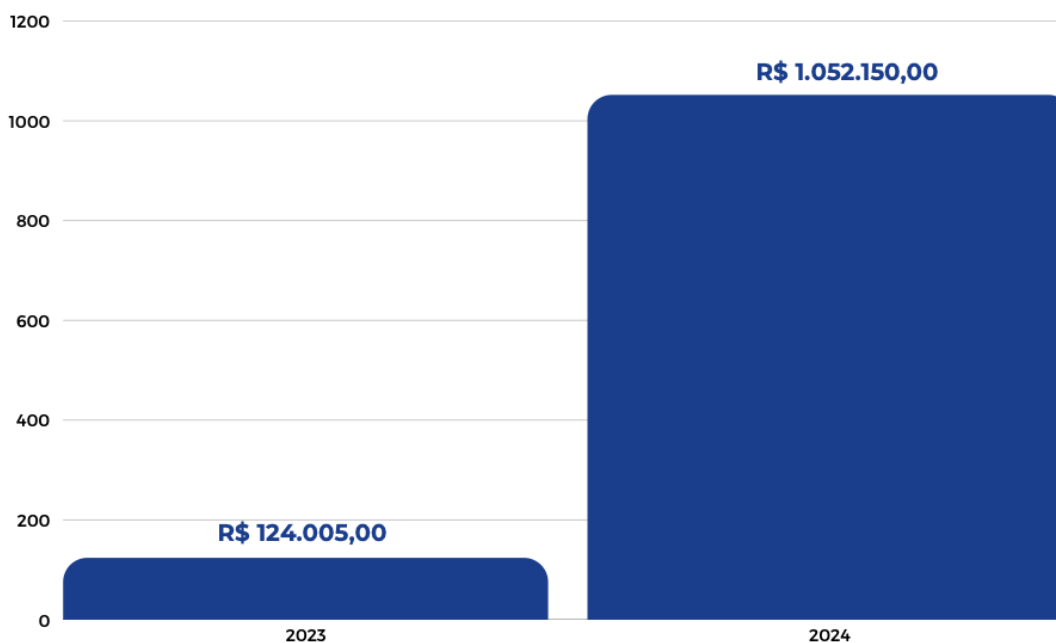
Figura 20 - Ações da Diretoria da Escola de Gestores (comparativo 2023 x 2024)



**Figura 21 - Ações da Diretoria da Escola de Gestores (comparativo 2023 x 2024)**



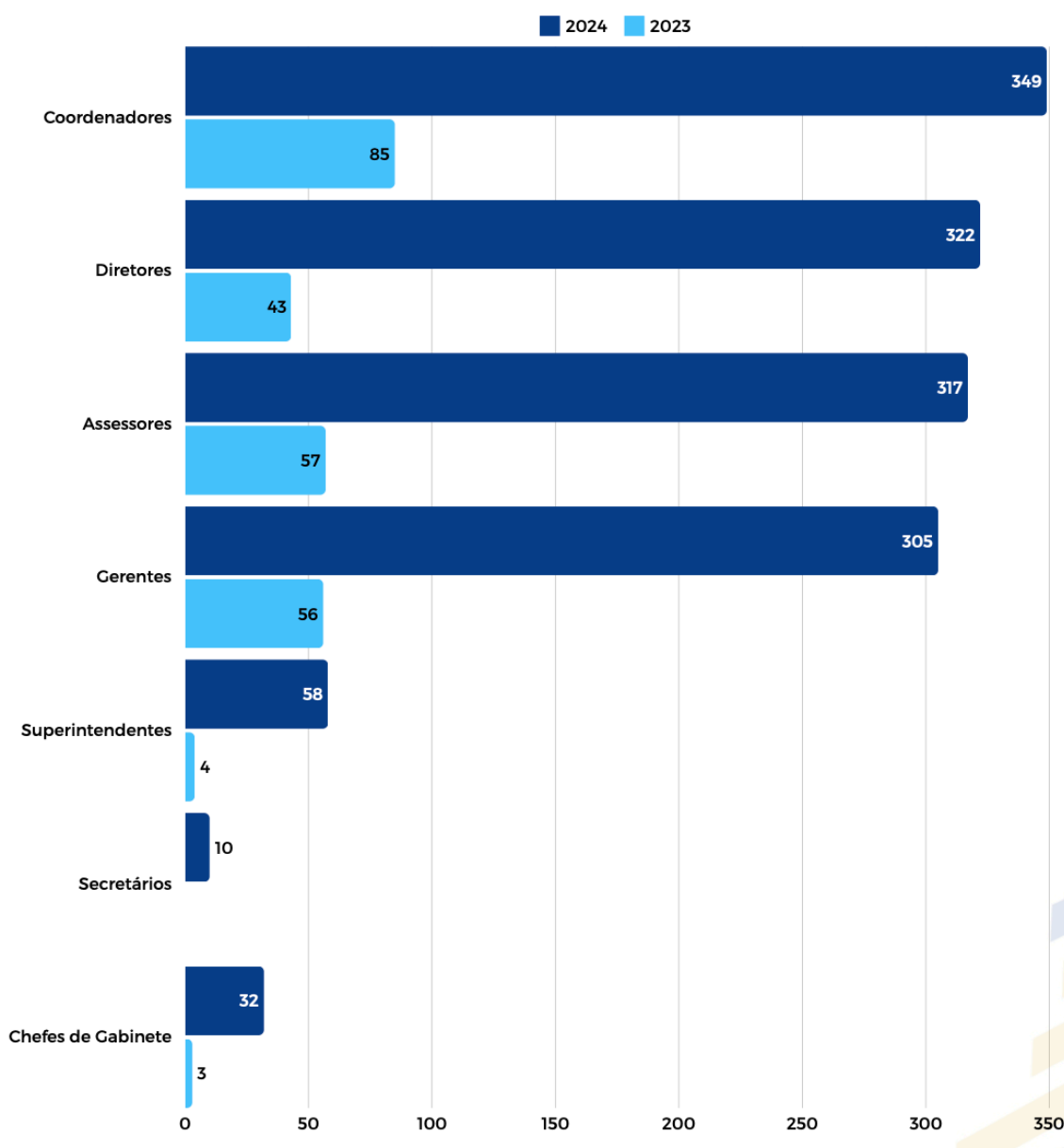
**Figura 22 - Valor investido (comparativo 2023 x 2024)**



## RANKING DOS CARGOS DE ALTA GESTÃO MAIS CERTIFICADOS

A Diretoria da Escola de Gestores conquistou um salto significativo na quantidade de gestores capacitados em 2024, afirmando o compromisso com o novo foco no público específico e estratégico da alta gestão. (Secretário, Coordenador-Geral, Diretor-Geral, Superintendente e Diretor).

Figura 23 - Cargos de Alta Gestão Mais Certificados



## **9. PARECERIAS DE SUCESSO**

### **9.1 UNIVERSIDADE DE LISBOA**

No âmbito do compromisso do governo estadual em promover o bem-estar de cidadãos e a eficiência na prestação de serviços públicos, A Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí - SEPLAN e Secretaria de Estado da Administração do Piauí - SEAD por meio da Escola de Governo, firmaram parceria estratégica com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - ISCSP da Universidade de Lisboa - ULisboa.

O objetivo da parceria foi ofertar o Curso de Formação Especializada em Estratégia - Gestão por Objetivos e Avaliação de Desempenho, uma iniciativa fundamental para fortalecer e aprimorar as capacidades técnicas e gerenciais dos quadros superiores e dos servidores estaduais diretamente envolvidos no processo de planejamento estratégico para o cumprimento dos compromissos do Plano de Gestão.

### **9.2 ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP)**

O acordo entre a Escola Nacional de Administração Pública e Secretaria de Estado da Administração do Piauí visa estabelecer uma colaboração estratégica para a melhoria da gestão pública no estado do Piauí. Firmado durante o primeiro ano da atual gestão, o acordo continuou trazendo resultados significativos para o segundo ano de gestão, proporcionando capacitações em modalidades diversas, como presencial e a distância, foram elas:

#### **9.2.1 AULA - LIDERANÇA FEMININA**

O evento ministrado pela presidente da ENAP, Betânia Lemos, tratou sobre o tema "Liderança Feminina na Administração Pública" contou com o total de 30 gestores capacitados. Na ocasião, também foi reafirmada a parceria com a Enap em que os cursos realizados pela Escola de Governo estarão disponíveis no catálogo da Escola Virtual de Governo (E.V.G.), plataforma mantida pela Escola Nacional, na qual, o Piauí se torna o primeiro estado a ter uma página dentro da plataforma da Enap.

#### **9.2.2 ENAP AQUI**

Um dos produtos oferecidos em decorrência da parceria ENAP e SEAD, foi o "ENAP Aqui", que consistiu na realização de um curso presencial com a temática de Governo Digital; Alcançando um total de 15 secretarias e perfazendo um total de 17 gestores capacitados.

#### **9.2.3 EVG PERSONALIZADA**

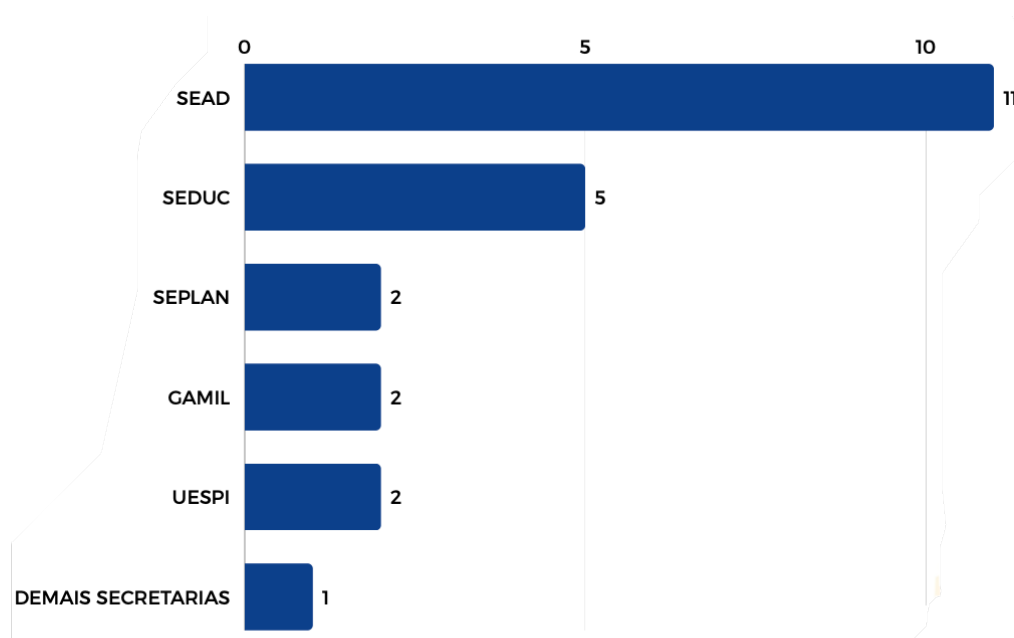
A plataforma EV.G conta com uma interface intuitiva e totalmente responsiva, além de possuir reconhecimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como uma das importantes inovações públicas brasileiras pelo compromisso de fortalecer o modelo de governança digital nos próximos anos.

Em 2024, a EVG personalizada do Piauí, certificou um total de 600 servidores públicos, em diversos cursos digitais disponíveis.

#### **9.2.4 CURSO DE GOVERNO DIGITAL**

A I Capacitação em Governo Digital foi uma das ações geridas pela diretoria da Escola de Governo, que possui como foco gerir a proposição e a execução dos programas e projetos voltados para agentes públicos ocupantes de cargos em nível estratégico e de liderança, bem como para os servidores que estão no processo de execução das políticas e gerenciamento. A parceria firmada entre a Secretaria de Estado da Administração e Estônia HUB, resultou no quantitativo de 40 servidores capacitados, alcançando 23 secretarias, formando o seguinte ranking:

**Figura 24 - Servidores Capacitados na I Capacitação em Governo Digital (Estônia HUB)**



## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente relatório objetivou demonstrar a atuação, os avanços, as dificuldades encontradas e os dados referentes às ações propostas e executadas pela Diretoria da Escola de Gestores do Piauí no ano de 2024. Bem como apresentar os saltos significativos no quantitativo de gestores capacitados e cursos ofertados ao longo do ano.

Escola de Gestores teve êxito na execução de programas de capacitação que contemplaram gestores, servidores e lideranças públicas, contribuindo diretamente para o aumento da eficiência na gestão pública. As parcerias estabelecidas com diversas instituições de ensino e órgãos do governo estadual foram essenciais para o alcance desses resultados, o que fortaleceu a formação técnica e gerencial de nossos servidores.

Por fim, a perspectiva para os próximos exercícios é manter a qualidade dos serviços prestados e ampliar o alcance das ações da Escola de Governo, através da ampliação do rol de parcerias e da oferta de cursos à distância e/ou híbridos.

# Diretoria de Formação Profissional dos Servidores Públicos do Estado do Piauí “Antonino Freire”

## APRESENTAÇÃO

O relatório gerencial do ano de 2024, de atividades desenvolvidas pela Escola de Governo do Piauí, objetiva demonstrar o desempenho das **Gerência Administrativa e de Planejamento, Gerência de Monitoramento e Avaliação, Gerência Pedagógica e de Projetos**, no período compreendido de janeiro a novembro de 2024, a fim de permitir monitoramento, avaliação e melhoria contínua dos resultados alcançados.

Ressalta-se, a competência legal da Escola de Governo, instituída na estrutura da Secretaria de Estado da Administração, em executar atividades de formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos estaduais, podendo para isso, fazer celebração de convênio ou contratos com entes federados ou suas escolas de governo e supervisionar as atividades de educação em gestão pública voltadas à formação e aperfeiçoamento das atividades dos servidores públicos nos termos do Art. 17, XVII e XVIII da Lei Estadual nº Lei 7.884, de 08 de dezembro de 2022.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES EXERCIDAS EM 2024

O ano de 2024 foi marcado por uma série de ações estratégicas realizadas pela Diretoria da Escola de Servidores da Escola de Governo do Piauí (EGEPI), com o objetivo de promover a qualificação contínua dos servidores públicos estaduais. Entre as principais iniciativas desenvolvidas ao longo do período, destacam-se os cursos realizados, palestras promovidas e a formalização de parcerias que ampliaram o alcance e a qualidade das ações da EGEPI.

Os cursos realizados foram desenhados para atender às necessidades específicas das diversas áreas da administração pública, com foco na formação técnica, desenvolvimento de lideranças e na inclusão de metodologias inovadoras de qualidade de vida e relações interpessoais. As palestras realizadas complementaram esse esforço, proporcionando espaços de debate e atualização sobre temas relevantes e emergentes no cenário do serviço público.

Semestralmente a Escola de Governo para Servidores “Antonino Freire”, apresenta um catálogo de cursos planejados com base nas principais demandas dos órgãos do Estado do Piauí. Sempre atentos às novas demandas da realidade dos órgãos. Os cursos do catálogo devem ser acessados através do Site da Escola de Governo, de livre inscrição por parte dos servidores, tendo cursos ofertados nas modalidades presencial, remota e híbrida. A Escola de Governo conta também com uma parceria com a Escola Virtual de Governo, através da Plataforma ENAP, onde foram selecionados 123 cursos remotos também disponíveis para livre acesso a todos os servidores.

Essas realizações refletem o compromisso contínuo da Diretoria da Escola de Servidores da EGEPI com o crescimento e a excelência. Ao longo de 2024, foram enfrentados desafios significativos que foram transformados em oportunidades para inovar, incluir e capacitar. Assim, a EGEPI projeta finalizar o ano de 2024 com a perspectiva de manter o ritmo de progresso, buscando expandir ainda mais o impacto de suas ações e consolidar-se como um pilar fundamental do serviço público piauiense.

A formação continuada e desenvolvimento profissional dos servidores públicos estaduais oferecidas pela Diretoria de Formação Profissional dos Servidores do Estado do Piauí “Antonino Freire”, que está pautada em 2 dimensões:

- **Dimensão Prática/Profissional:** a formação atende à proposta de instrumentalização para a realização das atividades, dentro da expectativa institucional e auxílio para que o servidor possa aprimorar a qualidade, fornecendo a este, elementos fundamentais para uma atuação efetiva, para além das funções que desempenha, com vistas ao fortalecimento de sua personalidade enquanto cidadão, que oferece retorno para a comunidade/sociedade.
- **Dimensão Pessoal:** Propõe uma forma mais ativa e, principalmente, consciente do papel social que cada servidor desempenha. Logo, a qualificação para o trabalho não é apresentada como uma necessidade tão somente do órgão/secretaria, mas como possibilidade real de emancipação humana, quando este passa a agir de forma colaborativa e observar a qualidade das relações interpessoais, dentre outros conceitos, como o de sustentabilidade e a sua relação com os valores humanos e escolhas para a sua vida.

Os cursos foram elaborados pensando em eixos de atuação, que são: Tecnologia, inovação e energias; Saúde e bem-estar no serviço público; Comunicação e Governança no Serviço Público; Direitos Humanos e Pautas transversais. Todas as pautas correspondem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em que procurou-se contemplar reflexões acerca da proposta em consonância com a temática dos cursos.

## APRESENTAÇÃO DOS CURSOS E AÇÕES REALIZADAS

<b>NOME DO CURSO</b>	<b>TIPO DE DEMANDA</b>
A LITERATURA COMO RESISTÊNCIA – A AUTORIA NEGRO-BRASILEIRA E INDIGENA	CURSO
A LITERATURA COMO RESISTÊNCIA – A AUTORIA NEGROBRASILEIRA E INDÍGENA	CURSO
ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO SERVIÇO PÚBLICO - TURMA 01	CURSO
ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO SERVIÇO PÚBLICO - TURMA 02	CURSO
AGENTE DE PORTARIA COM PRIMEIROS SOCORROS E DEFESA PESSOAL - TURMA 01	CURSO
AGENTE DE PORTARIA COM PRIMEIROS SOCORROS E DEFESA PESSOAL - TURMA 02	CURSO
ARQUIVOLOGIA NA PRÁTICA PARA SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI	CURSO
ARQUIVOLOGIA NA PRÁTICA PARA SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI - MÓDULO II	CURSO
ARQUIVOLOGIA NA PRÁTICA PARA SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - HPMPPI	CURSO
ARTE, LUDICIDADE E INCLUSÃO: DESENVOLVENDO PRÁTICAS INOVADORAS	CURSO
ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO
ATENDIMENTO DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: COMUNICAÇÃO E MARKETING PESSOAL	CURSO
ATENDIMENTO DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: COMUNICAÇÃO E MARKETING PESSOAL	CURSO
AUDITORIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE – HPM	CURSO
BEM-ESTAR NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTRATÉGIAS PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL	CURSO
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: APLICAÇÕES PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO
CONSTRUÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE BÁSICOS PARA SERVIDOR COM APPINVENTOR - MODULO BÁSICO	CURSO
CONSTRUINDO PROPÓSITO: ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO - IMEPI	PALESTRA
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO - SECID	PALESTRA

DIÁLOGOS CULTURAIS COM A LITERATURA PIAUIENSE	CURSO
DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES DE GÊNERO	CURSO
ENCONTRO "PRÓ-GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)"	PALESTRA
EFICIENCIA ENERGÉTICA: VISÃO GERAL E APLICADA	CURSO
EMPREENDEDORISMO PÓS-APOSENTADORIA E TÉCNICAS DE MERCADO	CURSO
FORMAÇÃO BÁSICA SOCIOEDUCATIVA - SASC	CURSO
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL	CURSO
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL - SEID	CURSO
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL TURMA 2	CURSO
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL TURMA 3	CURSO
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - HPMPÍ	CURSO
GESTÃO DO TEMPO COM FOCO EM RESULTADOS	CURSO
GESTÃO DO TEMPO E PRODUTIVIDADE COM FOCO EM RESULTADOS	CURSO
GESTÃO PESSOAL, PRODUTIVIDADE E RESULTADOS NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO
GINÁSTICA LABORAL	CURSO
GLPI Básico para Usuários	CURSO
INFORMÁTICA BÁSICA PARA SERVIDORES - PGE	CURSO
INTELIGENCIA ARTIFICIAL - SADA	CURSO
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL(IA) PARA SERVIDORES PÚBLICOS	CURSO
INTELIGENCIA EMOCIONAL - AGESPISA	CURSO
INTRODUÇÃO E CONSTRUÇÕES DE GRÁFICOS COM POWER BI	CURSO
LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS E O COTIDIANO DA ADH	PALESTRA
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CENDFOL	CURSO
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - JUCEPI	CURSO
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	CURSO
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO	CURSO
MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	PALESTRA
NOÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	PALESTRA
NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS	PALESTRA

PALESTRA "CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA"	PALESTRA
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	CURSO
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	CURSO
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	CURSO
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - AGESPISA	CURSO
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - IASPI	CURSO
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - MPPI	CURSO
REDAÇÃO OFICIAL NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO
SAÚDE E BEM-ESTAR PARA SERVIDORES - AGESPISA	CURSO
SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA O ESOCIAL	CURSO
SUPERVISOR PROGRAMA OPORTUNIDADE JOVEM	CURSO
USO DO SEI PARA SERVIDORES	CURSO

<b>TOTAL DE CURSOS REALIZADOS</b>	<b>53</b>
<b>TOTAL DE PALESTRAS REALIZADAS</b>	<b>9</b>

## Dados de desempenho 2024.1

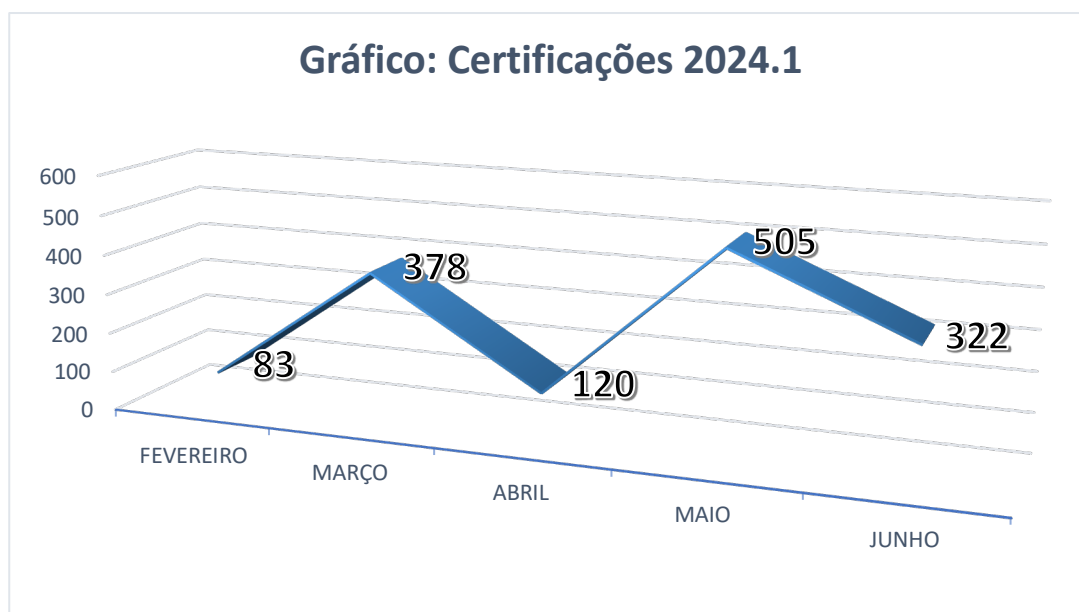
A tabela a seguir apresenta um panorama detalhado das principais atividades realizadas pela Diretoria da Escola de Servidores da Escola de Governo do Piauí (EGEPI) no primeiro semestre de 2024. Essa compilação visa evidenciar a diversidade e o impacto das ações promovidas, que abrangem cursos, palestras, iniciativas estratégicas e parcerias institucionais.

As informações estão organizadas por título da ação, tipo de demanda (catalogada no portfólio fixo ou atendida sob demanda específica), natureza da demanda (curso, palestra, ação ou parceria), mês de realização e o número de certificados emitidos. Essa estrutura permite uma visão clara e objetiva do alcance e relevância das atividades conduzidas pela EGEPI, reforçando seu compromisso com a qualificação contínua e a excelência na formação dos servidores públicos estaduais.

<b>TÍTULO</b>	<b>TIPO DE DEMANDA</b>	<b>NATUREZA DA DEMANDA</b>	<b>MÊS</b>	<b>CERTIFICADOS</b>
A LITERATURA COMO RESISTÊNCIA – A AUTORIA NEGRO-BRASILEIRA E INDIGENA	CURSO	CATÁLOGO	FEVEREIRO	10
A LITERATURA COMO RESISTÊNCIA – A AUTORIA NEGROBRASILEIRA E INDÍGENA	CURSO	CATÁLOGO	FEVEREIRO	10
DIÁLOGOS CULTURAIS COM A LITERATURA PIAUIENSE	CURSO	CATÁLOGO	FEVEREIRO	7
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO - SECID	PALESTRA	SOB DEMANDA	FEVEREIRO	16
MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	PALESTRA	SOB DEMANDA	FEVEREIRO	40
GESTÃO DO TEMPO E PRODUTIVIDADE COM FOCO EM RESULTADOS	CURSO	CATÁLOGO	MARÇO	8
SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA O ESOCIAL	CURSO	SOB DEMANDA	MARÇO	257
USO DO SEI PARA SERVIDORES	CURSO	CATÁLOGO	MARÇO	55
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO - IMEPI	PALESTRA	SOB DEMANDA	MARÇO	58
ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO SERVIÇO PÚBLICO - TURMA 01	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	8
AGENTE DE PORTARIA COM PRIMEIROS SOCORROS E DEFESA PESSOAL - TURMA 01	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	7
AGENTE DE PORTARIA COM PRIMEIROS SOCORROS E DEFESA PESSOAL - TURMA 02	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	6
ARQUIVOLOGIA NA PRÁTICA PARA SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI	CURSO	SOB DEMANDA	ABRIL	19
ATENDIMENTO DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: COMUNICAÇÃO E MARKETING PESSOAL	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	2
CONSTRUÇÃO DE APLICATIVOS MOBILE BÁSICOS PARA SERVIDOR COM APPINVENTOR - MODULO	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	12

BÁSICO				
EFICIENCIA ENERGÉTICA: VISÃO GERAL E APLICADA	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	4
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	37
GESTÃO DO TEMPO COM FOCO EM RESULTADOS	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	20
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	CURSO	CATÁLOGO	ABRIL	5
ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO SERVIÇO PÚBLICO - TURMA 02	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	2
ARTE, LUDICIDADE E INCLUSÃO: DESENVOLVENDO PRÁTICAS INOVADORAS	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	3
ATENDIMENTO DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO: COMUNICAÇÃO E MARKETING PESSOAL	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	4
EMPREENDEDORISMO PÓS-APOSENTADORIA E TÉCNICAS DE MERCADO	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	19
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	7
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	4
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	CURSO	SOB DEMANDA	MAIO	400
REDAÇÃO OFICIAL NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO	CATÁLOGO	MAIO	8
SURPERVISOR PROGRAMA OPORTUNIDADE JOVEM	CURSO	SOB DEMANDA	MAIO	33
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - IASPI	CURSO	SOB DEMANDA	MAIO	25
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA: APLICAÇÕES PARA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO	CATÁLOGO	JUNHO	5
DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES DE GÊNERO	CURSO	CATÁLOGO	JUNHO	4
FORMAÇÃO BÁSICA	CURSO	SOB	JUNHO	91

SOCIOEDUCATIVA - SASC		DEMANDA		
GINÁSTICA LABORAL	CURSO	CATÁLOGO	JUNHO	10
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL(IA) PARA SERVIDORES PÚBLICOS	CURSO	CATÁLOGO	JUNHO	4
INTRODUÇÃO E CONSTRUÇÕES DE GRÁFICOS COM POWER BI	CURSO	CATÁLOGO	JUNHO	19
ECONTO "PRÓ-GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)"	PALESTRA	SOB DEMANDA	JUNHO	95
PALESTRA "CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA"	PALESTRA	SOB DEMANDA	JUNHO	94
<b>TOTAL DE FORMAÇÕES</b>				<b>1408</b>



## Dados de desempenho 2024.2

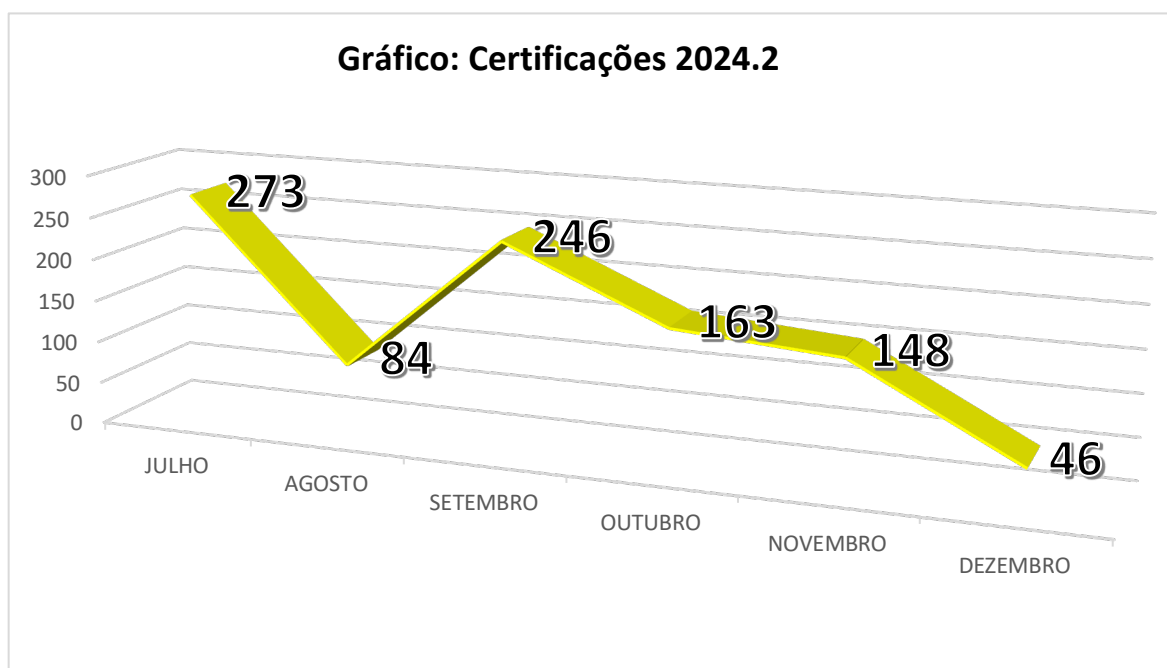
A tabela a seguir apresenta uma visão detalhada das atividades realizadas pela Diretoria da Escola de Servidores da Escola de Governo do Piauí (EGEPI) durante o segundo semestre de 2024, ampliando os resultados expressivos obtidos no Segundo semestre. Dando continuidade ao ritmo de crescimento, a EGEPI consolidou suas ações formativas e estratégicas, destacando-se pela ampliação de parcerias institucionais, pela oferta de cursos e iniciativas de alto impacto e pelo fortalecimento de programas que priorizam a inclusão e a inovação no serviço público.

A tabela está estruturada com informações sobre o título de cada ação (curso, palestra, programa ou parceria), o tipo de demanda atendida (catalogada no portfólio fixo ou sob demanda), a natureza da demanda, o mês de realização e o número de certificados emitidos. Esse formato busca oferecer um registro claro e objetivo das atividades desenvolvidas, evidenciando o impacto positivo das ações realizadas no segundo semestre de 2024 e reforçando a trajetória de crescimento contínuo da EGEPI.

<b>TÍTULO</b>	<b>TIPO DE DEMANDA</b>	<b>NATUREZA DA DEMANDA</b>	<b>MÊS</b>	<b>CERTIFICADOS</b>
ARQUIVOLOGIA NA PRÁTICA PARA SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - HPMPI	CURSO	SOB DEMANDA	JULHO	6
ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO	CATÁLOGO	JULHO	6
BEM-ESTAR NO SERVIÇO PÚBLICO: ESTRATÉGIAS PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL	CURSO	CATÁLOGO	JULHO	7
CONSTRUINDO PROPÓSITO: ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO	SOB DEMANDA	JULHO	6
GESTÃO PESSOAL, PRODUTIVIDADE E RESULTADOS NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO	CATÁLOGO	JULHO	3
GLPI BÁSICO PARA USUÁRIOS	CURSO	SOB DEMANDA	JULHO	91
NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS	PALESTRA	SOB DEMANDA	JULHO	80
NOÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO	PALESTRA	SOB DEMANDA	JULHO	74
TRATAMENTO DE DADOS COM POWER BI - MÓDULO II	CURSO	CATÁLOGO	AGOSTO	7
INTRODUÇÃO E CONTRUÇÃO DE GRÁFICOS COM POWER BI	CURSO	CATÁLOGO	AGOSTO	10
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL TURMA 2	CURSO	CATÁLOGO	AGOSTO	10
INFORMÁTICA BÁSICA PARA SERVIDORES - PGE	CURSO	SOB DEMANDA	AGOSTO	10
INTELIGENCIA EMOCIONAL - AGESPISA	CURSO	SOB DEMANDA	AGOSTO	47

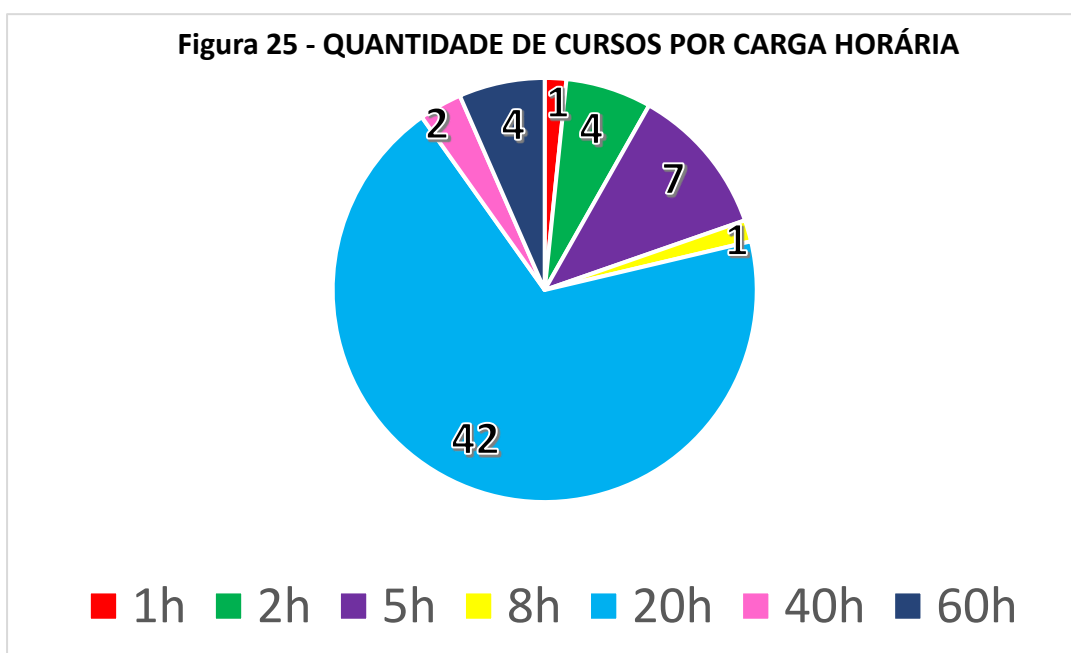
AUDITORIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE - HPM	CURSO	SOB DEMANDA	SETEMBRO	13
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - HPMPPI	CURSO	SOB DEMANDA	SETEMBRO	7
TREINAMENTO SOBRE PREVENÇÃO DE ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO	PALESTRA	SOB DEMANDA	SETEMBRO	171
INTELIGENCIA ARTIFICIAL - SADA	CURSO	SOB DEMANDA	SETEMBRO	24
ARQUIVOLOGIA NA PRÁTICA PARA SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI - MÓDULO II	CURSO	SOB DEMANDA	OUTUBRO	27
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL TURMA 3	CURSO	CATÁLOGO	OUTUBRO	9
ACOLHIMENTO HUMANIZADO NO SERVIÇO PÚBLICO	CURSO	CATÁLOGO	OUTUBRO	12
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	CURSO	CATÁLOGO	OUTUBRO	14
A RELAÇÃO PAIS E FILHOS NO CONTEXTO ATUAL: LIMITES E DESAFIOS	PALESTRA	SOB DEMANDA	OUTUBRO	35
LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS E O COTIDIANO DA ADH	PALESTRA	SOB DEMANDA	OUTUBRO	54
FORMAÇÃO DE SERVIDORES PARA GOVERNO DIGITAL - SEID	CURSO	SOB DEMANDA	OUTUBRO	12
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERENCIA	CURSO	CATÁLOGO	SETEMBRO	13
INGLES BÁSICO PARA SERVIDORES	CURSO	CATÁLOGO	SETEMBRO	18
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - CENDFOL	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	13
TRATAMENTO DE DADOS COM POWER BI - MPPI	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	13
PRO 360+ EMOÇÕES EM AÇÃO: INTELIGÊNCIA EMOCIONAL - SADA	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	24
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - JUCEPI	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	6
PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - AGESPISA	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	29

PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - MPPI	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	13
SAÚDE E BEM-ESTAR PARA SERVIDORES - AGESPISA	CURSO	SOB DEMANDA	NOVEMBRO	50
REDAÇÃO	CURSO	CATÁLOGO	DEZEMBRO	9
INGLES PARA SERVIDORES	CURSO	CATÁLOGO	DEZEMBRO	16
NORMA REGULAMENTADORA NR-10.	CURSO	SOB DEMANDA	DEZEMBRO	15
INFORMÁTICA BÁSICA PARA SERVIDORES	CURSO	CATÁLOGO	DEZEMBRO	6
<b>TOTAL</b>				<b>960</b>

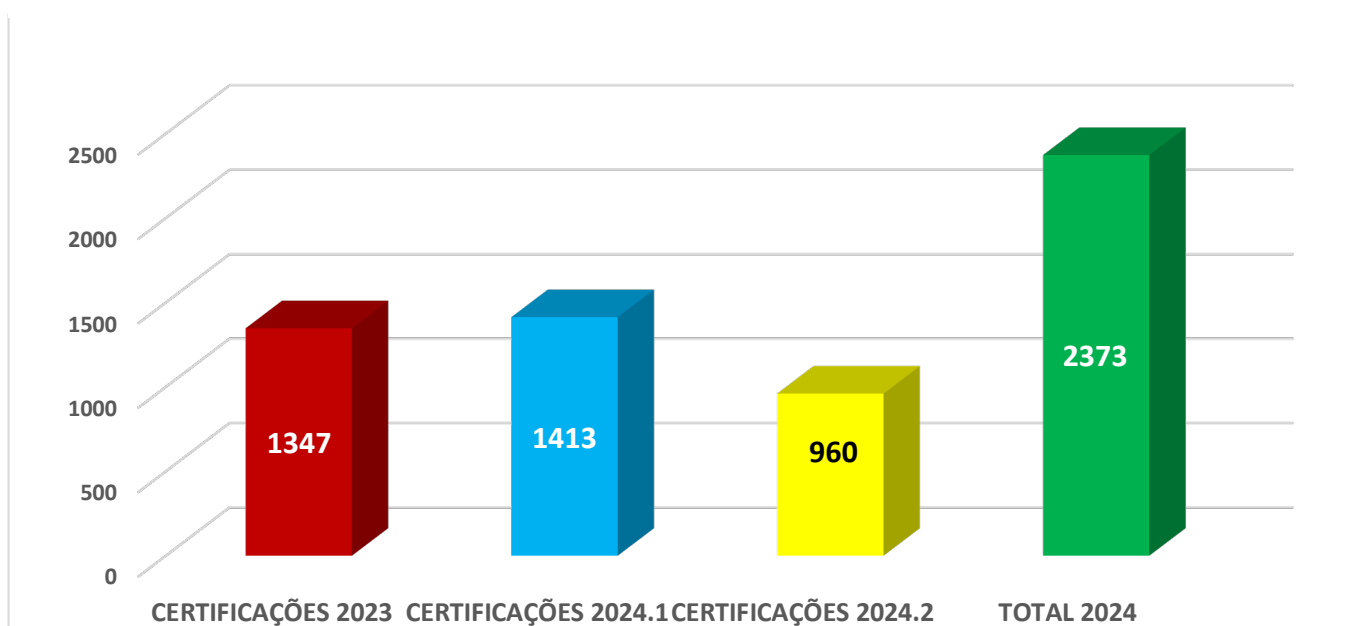


## Dados Gerais

Com base na experiência acumulada no primeiro semestre, em que foram realizadas atividades formativas com 1417 servidores e formalizadas novas colaborações estratégicas, o segundo semestre apresentou um total de 960 certificações para servidores. Este resultado consolida um crescimento de 76,1% em relação às emissões de certificados do ano de 2023, como demonstrado nos gráficos abaixo:



**Figura 26 - Crescimento de 76,1% em relação a 2023**



## DEMAIS AÇÕES E PARCERIAS

### ▪ **Suporte na formação do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí**

A Escola de Governo do Estado do Piauí (EGEPI), por meio de sua Diretoria de Servidores “Antonino Freire”, teve papel essencial no processo de formação dos 205 novos soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (CBMEPI). Em uma parceria sólida com a Secretaria de Segurança Pública, a EGEPI disponibilizou seus espaços e ofereceu suporte técnico especializado, assegurando que os futuros bombeiros recebessem a qualificação com nível de excelência para servir à população piauiense.

Essa colaboração entre a EGEPI e a Secretaria de Segurança Pública demonstra o compromisso do Governo do Estado com a valorização das instituições e a promoção de segurança e bem-estar para a sociedade.

### ▪ **4.2 Justiça Itinerante**

A parceria entre a Escola de Governo, por meio da Diretoria para Servidores “Antonino Freire” e a Defensoria Pública do Estado do Piauí tem se destacado como uma iniciativa de grande relevância para a promoção do acesso à cidadania e a ampliação dos serviços jurídicos e serviços de notas e ofícios à população piauiense. Essa colaboração, consolidada por meio do Programa "Justiça Itinerante", trouxe uma série de benefícios diretos à comunidade durante a realização do evento na Praça Firmina Sobreira, nas proximidades do prédio histórico do “Antonino Freire”, sede da Escola de Governo para Servidores.

O evento ocorreu entre os dias 8 a 12 de abril e teve como objetivo descentralizar serviços jurídicos e administrativos, facilitando o acesso da população a direitos essenciais. Durante os cinco dias de atividade, diversos serviços foram oferecidos, com resultados expressivos:

- ✓ Emissão de Certidões de Nascimento: Aproximadamente 40 certidões por dia foram emitidas, garantindo a formalização e o registro civil de cidadãos que, muitas vezes, não possuíam documentação básica.
- ✓ Emissão de Carteiras de Identidade: Foram realizadas cerca de 50 emissões diárias, contribuindo para que os beneficiários pudessem acessar outros direitos fundamentais e exercer plenamente sua cidadania.
- ✓ Acompanhamento de Processos Jurídicos: Os cidadãos tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre processos em andamento e buscar orientações jurídicas diretamente com profissionais qualificados.
- ✓ Abertura de Processos de Casamento Comunitário: O evento também

contemplou aqueles interessados em formalizar uniões civis, reforçando a inclusão social e jurídica no âmbito familiar.

O prédio do Antonino Freire desempenhou um papel central durante o evento, não apenas pela sua localização estratégica, mas também pela infraestrutura que garantiu o suporte logístico e administrativo necessário. Sua proximidade com a Praça Firmina Sobreira permitiu um fluxo organizado e eficiente entre as equipes de atendimento e a população.

Essa iniciativa reforça a importância de parcerias interinstitucionais no fortalecimento das políticas públicas. Ao unir esforços, a Escola de Governo para Servidores e a Secretaria de Justiça demonstram um compromisso conjunto com a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento humano.

#### ▪ **4.3 Programa Oportunidade Jovem**

A Escola de Governo, por meio da Diretoria para Servidores “Antonino Freire”, desempenhou um papel fundamental na execução do programa Oportunidade Jovem, da Secretaria da Administração do Estado do Piauí.

A Escola de Governo auxiliou na seleção dos 400 jovens e forneceu o curso de formação inicial, capacitando os jovens para assumirem suas posições com habilidade e dedicação. A capacitação, em consonância com os princípios do programa de formação profissional, uniu teoria e prática, tratando de elementos técnicos, éticos e comportamentais essenciais para o desempenho nas entidades estaduais. Portanto, a EGEPI reitera sua dedicação ao crescimento humano e profissional, auxiliando diretamente na inclusão social e na formação de uma juventude preparada e ativa na gestão pública.

#### ▪ **4.4 Parceria com a Caravana pelos Direitos da Criança e do Adolescente**

No dia 18 de setembro de 2024, a Escola de Governo para Servidores “Antonino Freire”, reafirmou seu compromisso com a promoção de ações sociais e educativas ao ceder suas instalações para a realização da Caravana pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Com o tema "Contribuições das CNDCA's: Uma visão sistematizada da jornada de 1995 a 2024", o evento contou com a utilização de salas e do auditório do prédio Antonino Freire, proporcionando um ambiente adequado e acolhedor para as atividades planejadas. A iniciativa reuniu representantes de Conselhos de Direitos, profissionais da área, estudantes e sociedade civil para discutir e avaliar os avanços e desafios enfrentados na defesa dos direitos infantojuvenis ao longo de quase três décadas.

A estrutura disponibilizada pela Escola de Governo para Servidores “Antonino Freire” contribuiu significativamente para o sucesso da programação, que incluiu palestras, painéis temáticos e momentos de diálogo e reflexão. O evento não apenas promoveu o debate sobre as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, mas também fortaleceu a integração entre diferentes atores sociais comprometidos com essa causa. Ao apoiar eventos como este, a EGEPI reafirma seu papel como um espaço de aprendizado, articulação e construção de soluções coletivas para os desafios da sociedade piauiense.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Escola de Governo, por meio da Diretoria para Servidores “Antonino Freire”, reafirma seu compromisso com a qualificação contínua dos servidores públicos, reconhecendo o papel central da capacitação na promoção de um serviço público eficiente e inovador. Os avanços alcançados ao longo do ano de 2024 refletem os esforços dedicados à oferta de cursos e ações formativas que atendem às demandas emergentes da administração pública.

Apesar dos desafios enfrentados, os objetivos estabelecidos foram alcançados de forma satisfatória conforme avaliações com critérios estabelecidos para todas as atividades realizadas. Essas informações não apenas enriqueceram o histórico institucional da EGEPI, mas também fortaleceram a base para o planejamento estratégico das próximas ações. Nesse sentido, destacam-se como prioridades a consolidação de uma cultura de inovação e a ampliação do investimento na formação continuada, com impactos significativos na ampliação da qualidade dos serviços prestados pelo servidor público.

Com o objetivo de manter a excelência na formação dos servidores, a EGEPI continuará investindo em parcerias estratégicas diversificando os programas de formação continuada em serviço. Tais iniciativas são fundamentais para ampliar o alcance e a acessibilidade das ações formativas, promovendo a inclusão e a eficiência na formação de quadros técnicos e administrativos do Governo do Estado do Piauí.

Por fim, a Diretoria expressa sua gratidão a todos os parceiros, colaboradores e servidores que contribuíram para o sucesso das ações realizadas e reafirma sua determinação em transformar desafios em oportunidades. O apoio da Secretaria da Administração do Estado do Piauí foi fundamental para a efetivação dos cursos por meio do suporte financeiro, estrutural e administrativo, para que juntos, prossigamos construindo uma Escola de Governo cada vez mais preparada para responder às demandas da Administração Pública.

# Superintendência de Patrimônio Imobiliário – SPI

## APRESENTAÇÃO

A Superintendência é unidade vinculada à Secretaria de Estado da Administração do Piauí, foi instituída pela Lei nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022, conforme o disposto no art. 17. Sua principal missão é coordenar, executar e supervisionar as atividades administrativas relacionadas ao patrimônio imobiliário estadual. Entre suas funções destacam-se o planejamento, a direção e o monitoramento da implementação da política estadual de regularização do patrimônio imobiliário, em conformidade com a legislação vigente, bem como é responsável por iniciar processos de regularização fundiária urbana, abrangendo tanto imóveis públicos quanto ocupações urbanas existentes.

A Superintendência é responsável por gerenciar o banco de dados geoespacial dos imóveis pertencentes ou sob domínio do Estado, com o objetivo de administrar, regularizar e inventariar esses bens. Suas atribuições incluem o desenvolvimento de metodologias para avaliação patrimonial, análise de laudos técnicos, coleta de dados estatísticos e elaboração de relatórios técnicos, que são fundamentais para o planejamento estratégico das ações relacionadas ao patrimônio estadual. Assim, busca-se assegurar uma gestão eficiente e transparente do patrimônio imobiliário público, promovendo a regularização fundiária e o desenvolvimento urbano sustentável no Estado do Piauí.

## OBJETIVOS

- **Aprimorar o Programa de Regularização Fundiária Urbana**

O principal objetivo desta Superintendência é potencializar a eficácia do processo de regularização fundiária urbana, adotando abordagens inovadoras, eficientes e otimizar a segurança jurídica, impulsionando o desenvolvimento sustentável nas áreas urbanas do Piauí, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

- **Potencializar o valor e a eficiência do portfólio de ativos imobiliários do Estado do Piauí, aprimorando a administração e a utilização dos recursos de forma estratégica**

Para alcançar esse objetivo a médio e longo prazo, espera-se, por meio da atualização anual do inventário de bens imóveis do Estado do Piauí, desenvolver um portfólio imobiliário estratégico que otimize a gestão e a movimentação dos imóveis estaduais. Além disso, busca-se fortalecer a geração de ativos financeiros para o Governo, ampliando as oportunidades de valorização e aproveitamento eficiente desses bens.

## **PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

As competências apresentadas são recentes e surgem da necessidade de aprimorar a gestão das atividades governamentais relacionadas à administração do patrimônio imobiliário.

Em 2024, a Superintendência concentrou seus esforços no **Programa de Regularização Fundiária Urbana (PROURBE)**, parte integrante da Política Estadual de Regularização Fundiária Urbana, instituída pela Lei nº 8.153/33. O programa tem como objetivo identificar ocupações informais, individuais ou coletivas, consolidadas em imóveis públicos estaduais, e assegurar a transferência da propriedade imobiliária aos respectivos ocupantes, promovendo cidadania e desenvolvimento urbano.

O programa abrange todos os municípios que possuem imóveis situados no perímetro urbano pertencentes ao Estado do Piauí, tendo como público-alvo os ocupantes de ocupações informais, individuais ou coletivas, consolidadas em imóveis públicos estaduais.

Além das atividades de regularização fundiária, a Superintendência também é responsável por realizar o inventário do patrimônio imobiliário do Estado do Piauí, analisar e validar laudos técnicos de imóveis de terceiros e elaborar laudos técnicos de avaliação de imóveis, garantindo maior eficiência e transparência na gestão desses bens.

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário é composta por três importantes diretorias, responsáveis por diferentes áreas de atuação. São elas: a Diretoria de Gestão de Patrimônio, que administra e organiza os bens patrimoniais; a Diretoria de Regularização Imobiliária, que atua na formalização e legalização de imóveis; e o Núcleo de Informações Geoespaciais, dedicado à gestão e análise de dados espaciais relacionados ao patrimônio. Essas diretorias, de forma integrada, garantem a eficiência e a transparência na gestão imobiliária.

- **Núcleo de Informações Geoespaciais**

O Núcleo de Informações Geoespaciais é responsável pela elaboração de mapas que representam a localização dos imóveis pertencentes ao Estado do Piauí. Sua atuação

envolve a geração de mapas e representações gráficas com o objetivo de maximizar o valor e a eficiência do portfólio de ativos imobiliários estaduais, promovendo a otimização da gestão patrimonial.

Entre suas atribuições, destaca-se a atualização periódica do Banco de Dados Geográficos da SEAD, esse processo inclui a gestão e manutenção do sistema de banco de dados, bem como o uso de arquivos no formato Shapefile para a reconstituição da CIT (Cadastro Imobiliário Territorial) e de áreas pertencentes ao Estado. Essas ações são essenciais para melhorar a eficiência da gestão territorial e patrimonial do Estado do Piauí.

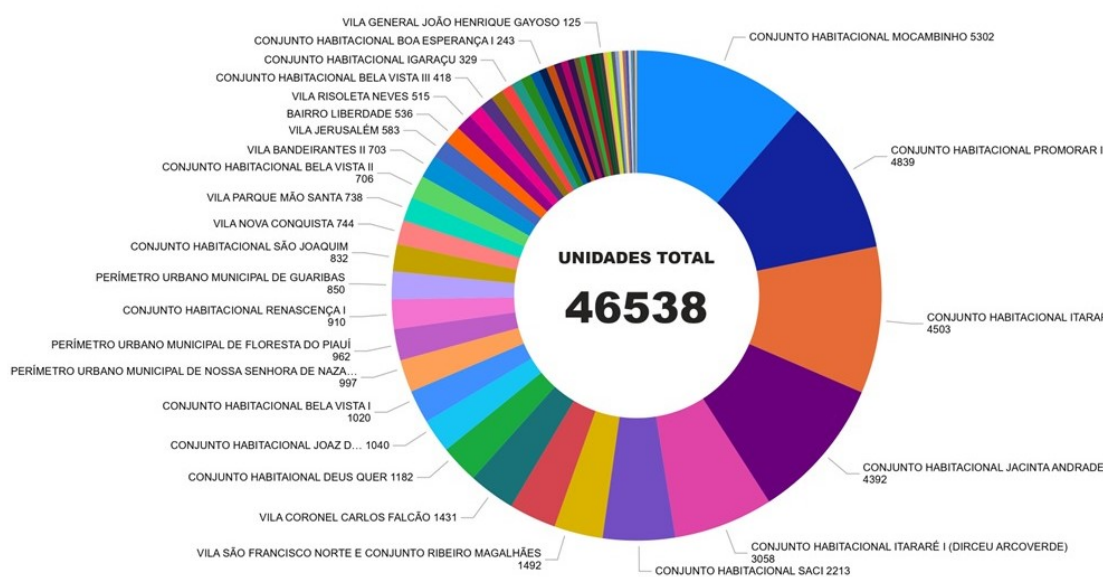
- **Diretoria de Regularização Imobiliária**

A Regularização Fundiária Urbana no Piauí é uma iniciativa voltada para formalizar a posse e propriedade de terras em áreas urbanas ocupadas indiretamente, promovendo segurança jurídica, cidadania e inclusão social. O estado, em parceria com municípios e instituições públicas, tem implementado o Programa de Regularização Fundiária Urbana (PROUrbe) para identificar, cadastrar e regularizar núcleos urbanos informais. Esse processo inclui o fornecimento de títulos de propriedade, melhorias na infraestrutura urbana e na qualidade de vida dos moradores.

A ação é especialmente importante para populações de baixa renda, garantindo o acesso à moradia digna e promovendo o desenvolvimento sustentável. A regularização no Piauí também busca atender demandas históricas e diminuir conflitos fundiários, fortalecendo a integração dessas áreas ao ordenamento urbano formal.

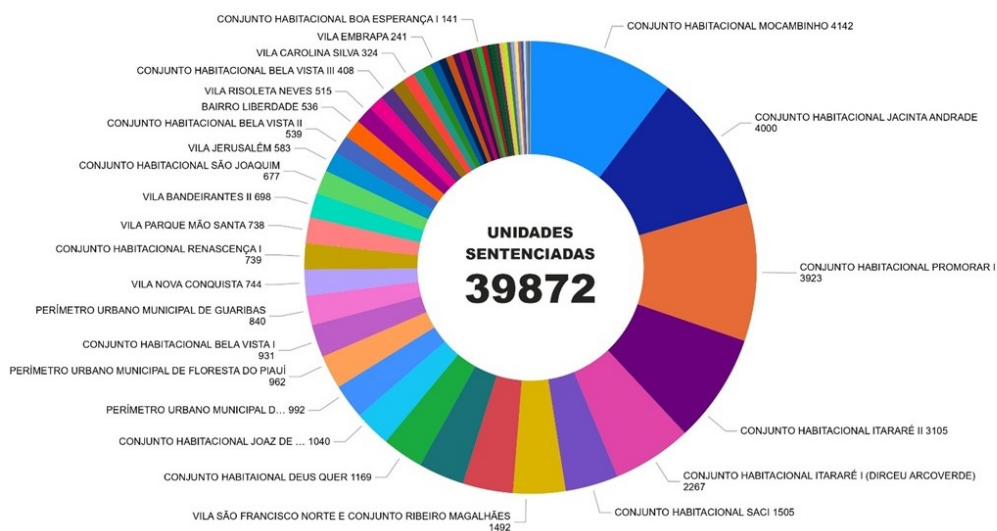
Até dezembro de 2024, o PROUrbe proporcionou a regularização de imóveis em sete cidades piauienses, sendo três delas regularizadas 100% do perímetro urbano. Os municípios são: Teresina, Parnaíba, Guaribas (Selo 100%), Nossa Senhora de Nazaré (Selo 100%), Floresta (Selo 100%), São João do Arraial e São Raimundo Nonato.

Ao todo foram impactados 56 núcleos urbanos formais e informais, totalizando 46.538 imóveis.



**Figura 27 - Quantidade total de imóveis em núcleos atuados - 2024**

Através da parceria do Governo do Estado do Piauí com o Tribunal de Justiça do Estado foram sentenciados, através do Programa REGULARIZAR TJ/PI, 39.872 imóveis para abertura de matrícula em cartório e transferência da titularidade para os ocupantes devidamente identificados e cadastrados.



**Figura 28 - Quantidade de imóveis sentenciados para abertura de matrícula – 2024.**

## • Diretoria de Gestão de Patrimônio Imobiliário

### ✓ Inventário de Imóveis do Estado do Piauí – 2024

O Inventário patrimonial anual assegura que todos os imóveis sejam devidamente registrados e avaliados. A Assessoria de Gestão Governamental cuida de manter, organizar, catalogar e atualizar os processos de gestão do acervo patrimonial do Estado do Piauí.

### ✓ Cessão

A cessão é a transferência gratuita de imóveis estaduais para entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, conforme o interesse público (Constituição do Estado do Piauí, Art. 18, §1º). A DGPAT conduz esses processos, verificando a destinação dos imóveis e regularizando os registros. Atualmente, há 70 processos abertos, sendo 48 em análise. Entre as solicitações, 31 são de associações, 17 de municípios, e outras de instituições como Câmara de São Julião, ANATEL, CODEVASF, COREN, Correios, Defensoria Pública, Fundação Universitária, Investe Piauí, TRE, Secretaria de Cultura - OPA, e TJ-PI.

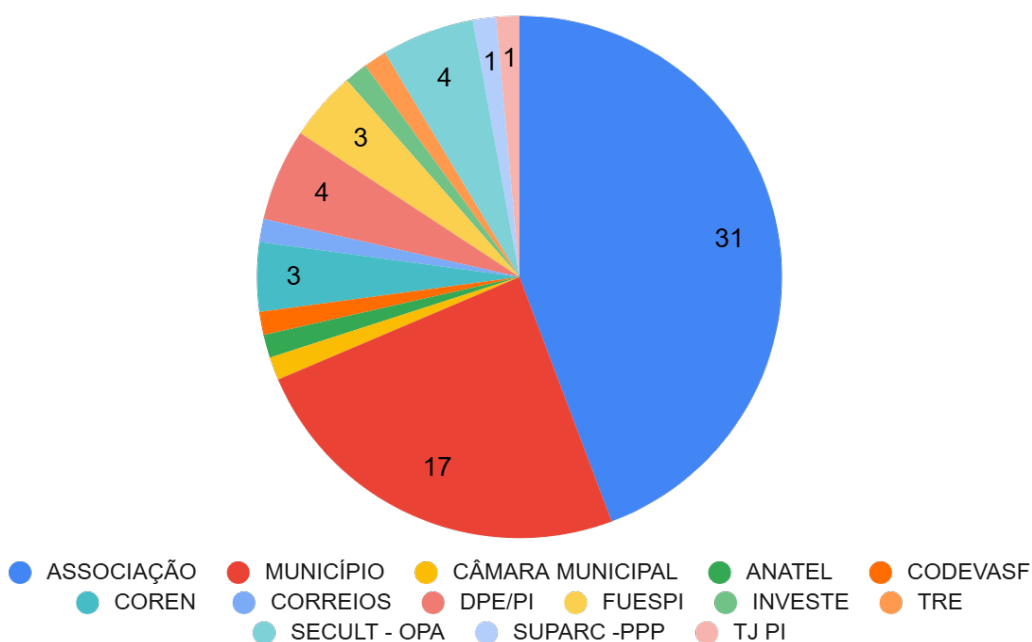


Figura 29 - Processos de Cessão em aberto por solicitante - 2024

Até o momento, **foram concluídas 7 cessões:**

<b>CESSÕES CONCLUÍDAS POR SOLICITANTE E PROJETO - 2024</b>		
<b>SOLICITANTE</b>	<b>PROJETO</b>	<b>CIDADE</b>
ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE PRATICANTE DA CIDADANIA (APJ)	SEDE DE ASSOCIAÇÃO	ALTOS
ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA E VIDA	SEDE DE ASSOCIAÇÃO	TERESINA
SUPARC	PPP - SPE CENTRO DE CONVENÇÕES	TERESINA
MUNICÍPIO	CRECHE MUNICIPAL	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ
ASSOCIAÇÃO COLÔNIA DE PESCADORES E AQUICULTORES Z-51 DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	SEDE DA ASSOCIAÇÃO	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ
ASSOCIAÇÕES: FAZENDA DA PAZ E CENTRO DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR E INCENTIVO A ADOÇÃO	SEDE DAS ASSOCIAÇÕES	TERESINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ - TCE	ESTACIONAMENTOS	TERESINA

**Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Elaboração própria da Superintendência.**

O número reduzido de cessões ocorre devido ao rigor do processo, que exige etapas detalhadas e documentação completa, frequentemente ausente. Além disso, o alto volume de solicitações, a demora no trâmite cartorário e a equipe técnica reduzida contribuem para a lentidão no processamento.

#### ✓ **Doação**

Atualmente, encontram-se em andamento 27 processos de doação, dos quais 17 estão na caixa de tramitação da Diretoria. Até o momento, uma doação foi concluída, realizada em favor da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba S/A, com a finalidade de **viabilizar o projeto de ampliação da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba - ZPE Piauí**. O objeto da doação foi um terreno situado na Fazenda Cacimbão, zona rural de Parnaíba, com área total de 311,49,55 hectares (trezentos e onze hectares, quarenta e nove ares e

cinquenta e cinco centiares), matriculado sob o nº 1285, Ficha 01, do Livro de Registro Geral nº 02, da 4ª Serventia Extrajudicial de Registro de Imóveis da Comarca de Parnaíba - PI.

#### ✓ **Desapropriação**

Desapropriação é a transferência compulsória da propriedade particular (ou pública de entidade de grau inferior para o superior) para o Poder Público ou seus delegados, por utilidade ou necessidade pública, ou ainda por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Nos procedimentos de desapropriação de bens imóveis, a DGPAT presta auxílio técnico para o cumprimento das exigências legais, tais como elaboração de memorial descritivo, que integra o decreto de declaração de utilidade pública, bem como na realização dos laudos de avaliação.

Atualmente, existem 16 processos de desapropriação em trâmite, dos quais 9 estão na Diretoria, e 7 desapropriações foram publicadas no Diário Oficial do Estado.

<b>DESAPROPRIAÇÕES PUBLICADAS POR ÓRGÃO SOLICITANTE E DECRETO - 2024</b>			
<b>SOLICITANTE</b>	<b>PROJETO</b>	<b>CIDADE</b>	<b>DECRETO</b>
SSP	ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA A JUVENTUDE	TERESINA	DECRETO Nº 22996, DE 20 DE MAIO DE 2024
SECULT	CINE REX	TERESINA	DECRETO Nº 23192, DE 30 DE JULHO DE 2024
SSP	ESTACIONAMENTO PARA VIATURAS	TERESINA	DECRETO Nº 23203, DE 02 DE agosto DE 2024
SSP	ESTACIONAMENTO PARA VIATURAS	TERESINA	DECRETO Nº 23205, DE 02 DE AGOSTO DE 2024
SSP	ESTACIONAMENTO PARA VIATURAS	TERESINA	DECRETO Nº 23204, DE 02 DE AGOSTO DE 2024
SUPARC	PPP TRANSCERRADO	URUÇUÍ	DECRETO Nº 23.130, DE 09 DE JULHO DE 2024
INVESTE PIAUÍ	PORTO	LUÍS CORREIA	DECRETO Nº 23256, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

#### ✓ **Devolução**

Atualmente, há 5 processos de devolução de imóveis em andamento. Destes, 2 encontram-se na caixa de tramitação da Diretoria, enquanto os demais estão em movimentação por outros setores, onde estão sendo realizados procedimentos para inserção no banco de dados e emissão do laudo de vistoria. No ano de 2024, foram concluídos sete processos de devolução.

#### ✓ **Indicativos de Lei**

Os processos de Indicativos de Lei consistem em procedimentos administrativos destinados a obter uma Lei Estadual específica que autorize a doação ou a cessão gratuita de bens imóveis públicos para terceiros.

Para subsidiar a decisão do Excelentíssimo Senhor Governador sobre cada caso em questão, a Diretoria de Assuntos Jurídicos do Gabinete do Governador solicita, com a maior brevidade possível, que a Diretoria de Gestão de Patrimônio Imobiliário (DGPAT) realize uma análise detalhada dos termos do Indicativo de Projeto de Lei.

Atualmente, há sete (07) processos de indicativos de lei em andamento; destes, três (03) estão na fase de tramitação da Diretoria, enquanto os demais estão sendo analisados por outros setores.

#### ✓ **Integralização de Capital**

A Diretoria também atuou no procedimento de integralização de capital social para empresas estatais, utilizando imóveis pertencentes ao Estado como aporte.

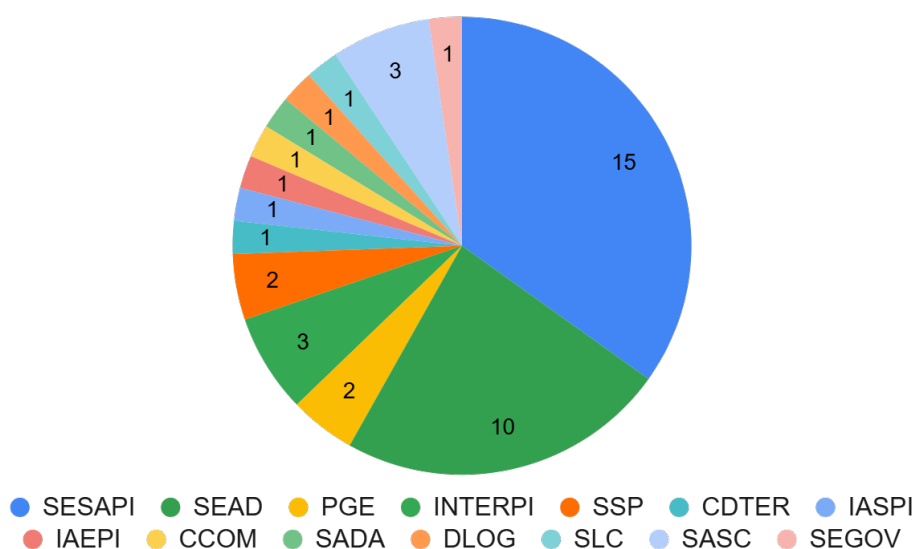
Atualmente, estão em andamento **oito** processos de integralização de capital relacionados a imóveis, dos quais **três (03)** estão na fase de tramitação da Diretoria, enquanto os demais estão sob análise em outros setores.

Em 2024, não foram concluídos processos de integralização de capital.

#### ✓ **Locação**

A Diretoria de Gestão de Patrimônio do Estado do Piauí realizou um total de **43 laudos de avaliação** visando à locação e à renovação de locações. Atualmente, encontram-se em tramitação seis (6) processos de locação pendentes de finalização.

Este trabalho foi executado com o intuito de proporcionar suporte técnico às secretarias e órgãos públicos que solicitaram a colaboração desta diretoria.



**Figura 30 - Número de avaliações realizadas por Secretaria solicitante**

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e elaboração própria.

#### ✓ **Leilão**

O leilão na administração pública é um procedimento de venda pública de bens desafetados. Este processo é regulamentado por edital, que estabelece as condições de venda, e visa garantir a transparência e a obtenção do melhor preço para os bens públicos.

Atualmente existem quatro (4) processos de leilão em abertos na caixa de tramitação da Diretoria, referentes à área de Canto do Buriti. Até o presente momento, nenhum processo de leilão foi concluído no ano de 2024.

#### ✓ **Regularização**

A regularização registral é um procedimento destinado a corrigir eventuais irregularidades nos registros de imóveis nos cartórios, como a qualificação inadequada do proprietário, a identificação precisa do imóvel e o suprimento da falta de registro ou matrícula.

O procedimento das regularizações é realizado de duas formas, por meio das Serventias Extrajudiciais (cartórios) ou através de apoio à Procuradoria do Estado em ações judiciais de regularização, a depender da complexidade de cada caso. No decorrer do ano, foram emitidas 34 certidões atualizadas de matrículas de imóveis,

efetuadas cinco (5) retificações de matrícula, a execução de um (1) desmembramento e abertura de seis (6) novas matrículas.

A complexidade da regularização registral é demonstrada pelos importantes resultados obtidos dentre as seis (6) novas matrículas emitidas, na qual podemos destacar 3 imóveis de relevância para o Estado, são eles:

- A) Museu do Piauí - Casa Odilon Nunes** - no imóvel funcionou a sede do Governo do Estado do Piauí entre os anos de 1873 a 1925, o Tribunal de Justiça do Estado, de 1926 a 1975, sendo regularizado após 151 anos de atividades;
- B) Antiga Maternidade Dona Evangelina Rosa** - inaugurada em 15 de julho de 1976, sendo regularizada após 48 anos em funcionamento;
- C) Lar da Criança Maria João de Deus** - Imóvel que abriga um importante projeto de acolhimento às crianças em situação de vulnerabilidade.

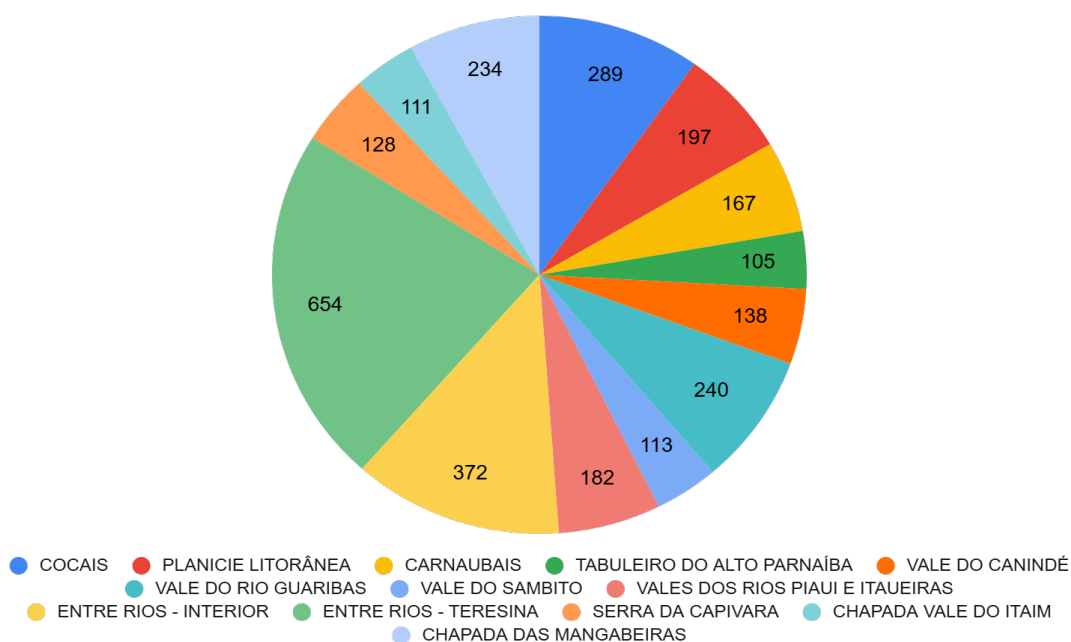
Desse modo, evidencia-se que a regularização registral é um instrumento essencial para garantir a segurança jurídica no âmbito do patrimônio imobiliário do Estado. Ao corrigir irregularidades nos registros e formalizar a titularidade dos imóveis, assegurando a estabilidade e a transparência nas relações jurídicas, prevenindo disputas e eventuais litígios sobre a dominialidade dos imóveis

#### ✓ **Gestão de Ativos Imobiliários**

A Diretoria de Gestão de Patrimônio realiza a coleta e organização de dados referentes aos ativos imobiliários estaduais, com o objetivo de manter um controle eficiente sobre o patrimônio público. Esta gestão envolve, além da própria Secretaria de Estado da Administração, a colaboração com outras Secretarias para a atualização dos dados necessários à construção de uma planilha detalhada de ativos imobiliários.

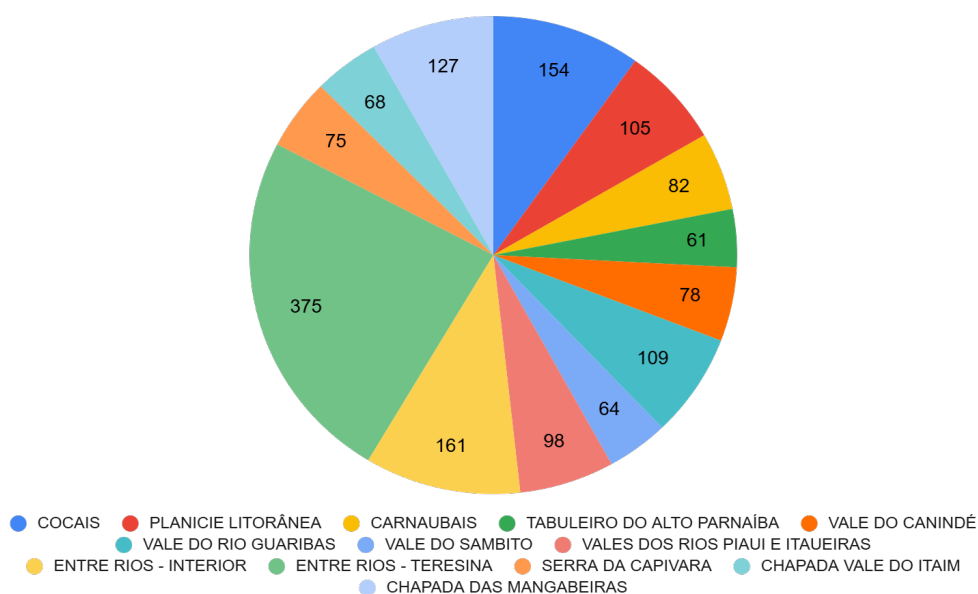
A principal finalidade da planilha é o controle sistemático dos imóveis pertencentes ao Estado do Piauí, garantindo a catalogação de informações essenciais sobre os bens que compõem o acervo patrimonial. Além disso, a planilha auxilia uma avaliação abrangente da utilidade dos imóveis, identificando aqueles que estão efetivamente atendendo à população, por meio de serviços estaduais.

Atualmente, a planilha contém o registro de 2.930 imóveis catalogados, entre imóveis de propriedade do Estado do Piauí, imóveis alugados, imóveis cedidos ao Estado e de terceiros. Deste total, 1.557 são utilizados para serviços prestados pelo Estado, o que representa 53,14% do total de bens catalogados.



**Figura 31 - Quantitativo de Imóveis Catalogados nos Territórios de Desenvolvimento – 2024.**

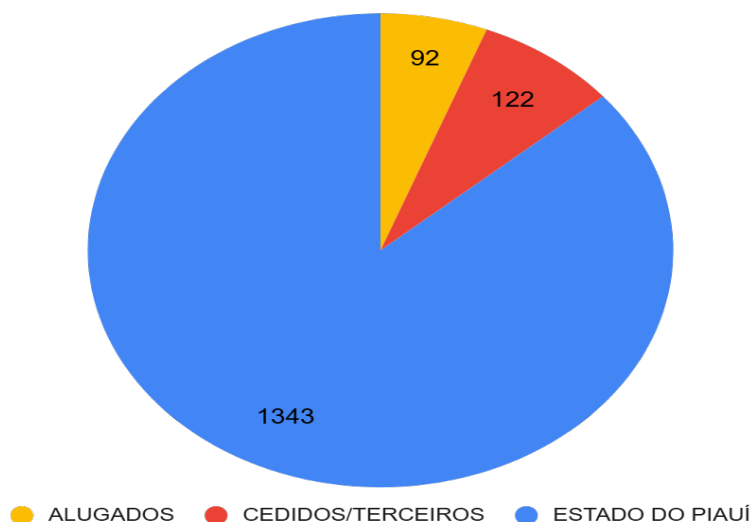
A planilha também detalha a distribuição dos imóveis que abrigam serviços estaduais, catalogados em cada Território de Desenvolvimento do Estado do Piauí.



**Figura 32 - Distribuição de imóveis com serviços estaduais - 2024.**

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e elaboração própria.

Também é possível analisar a quantidade de serviços públicos prestados em imóveis próprios, alugados e imóveis cedidos e de terceiros.



**Figura 33 - Quantidade de Serviços Públicos prestados em imóveis – 2024**

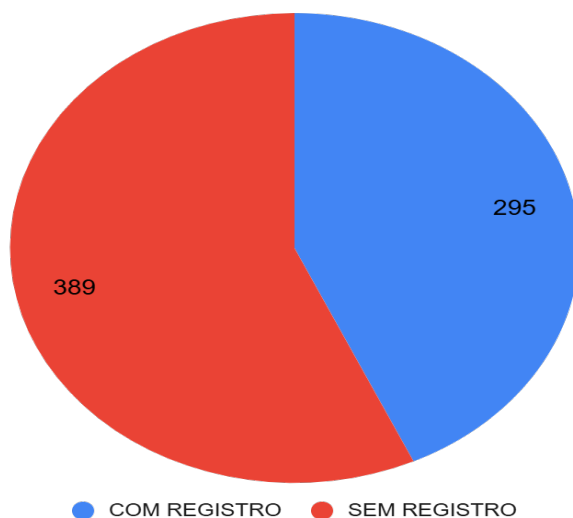
Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e elaboração própria.

A planilha de gestão de ativos imobiliários do Estado do Piauí representa um avanço significativo na organização e controle do patrimônio público. A coleta e catalogação de informações, aliadas à análise geográfica dos imóveis, proporcionam um cenário claro sobre a utilização dos bens estaduais, permitindo uma gestão cada vez mais eficaz.

#### ✓ **Imóveis de Fundo da Previdência**

A Lei Estadual 6.776 de 18 de março de 2026 vinculou imóveis de propriedade do Estado do Piauí ao Fundo Financeiro do Regime Próprio da Previdência Social do Estado do Piauí, na qual a exploração desses bens são utilizados, exclusivamente, para o pagamento dos beneficiários do sistema previdenciário do regime próprio do Estado do Piauí.

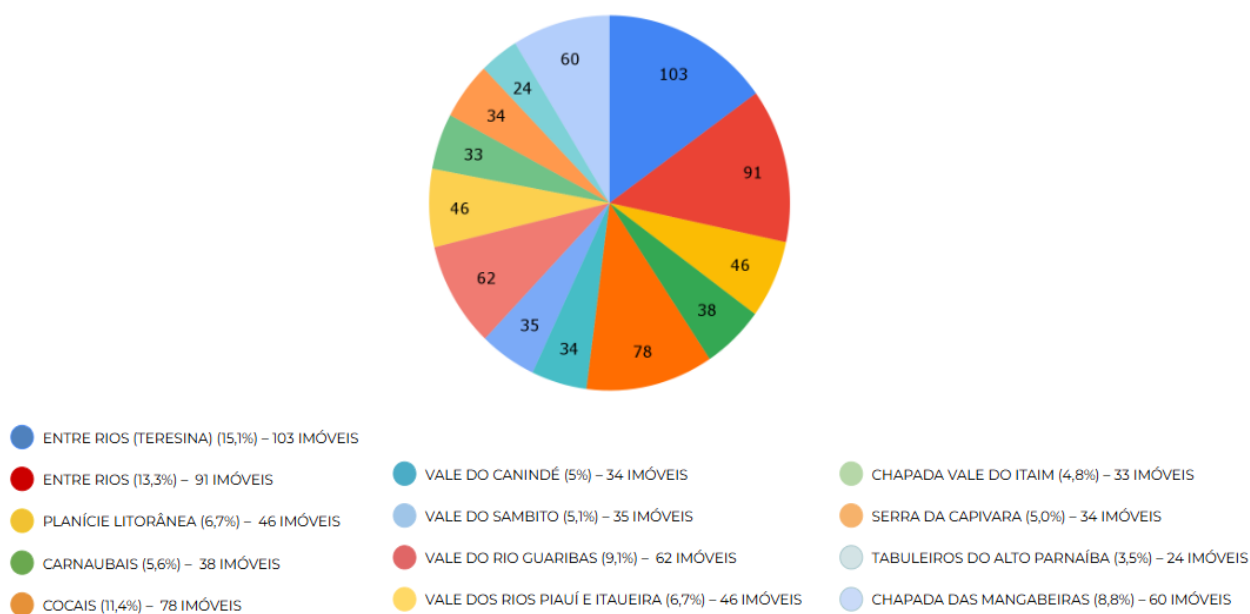
Neste ano de 2024, todos os **684 imóveis** vinculados ao Fundo Financeiro do Regime Próprio da Previdência Social foram **avaliados**. Destes, 389 possuem registro cartorário, enquanto 295 não têm registro formal



**Figura 34 - Quantidade de imóveis com e sem registro – 2024.**

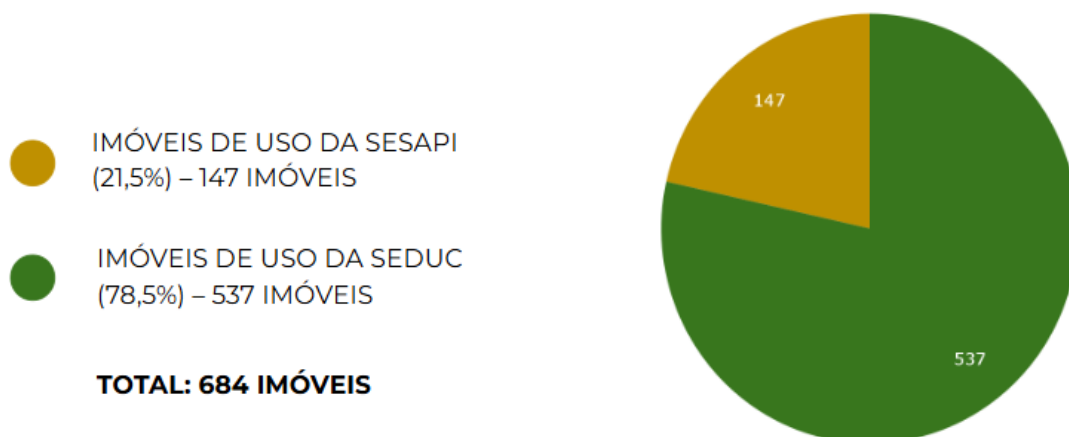
Fonte: Busca cartorária e banco de dados interno DGPAT.

O gráfico apresentado a seguir ilustra a quantidade de imóveis analisados em cada Território de Desenvolvimento do Piauí vinculados ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social.



**Figura 35 - Imóveis do Fundo da Previdência Social vidência por Território de Desenvolvimento.**

Desta totalidade, 537 estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), enquanto 147 são geridos pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI).



**Figura 36 - Imóveis do Fundo da Previdência qualificados por uso.**

Fonte: Banco de dados interno DGPAT e elaboração própria.

Especificamente em relação aos imóveis da SEDUC, 98 encontram-se na capital, Teresina, e 439 estão distribuídos pelos demais municípios do estado. Para a SESAPI, há 5 imóveis localizados em Teresina e 142 nos demais municípios

Para garantir a avaliação dos imóveis do Fundo da Previdência de forma mais célere, foram realizados Relatórios de Valor de Referência - RVR de todos os imóveis. A Instrução Normativa SPU/ME nº 67, de 20 de setembro de 2022, em seu parágrafo 1º dispõe que:

*O Relatório de Valor de Referência - RVR é caracterizado como uma avaliação simplificada, podendo se embasar em fotografias do processo ou outras fontes, uma vez que não é obrigatória a vistoria do imóvel avaliando, desde que adotada situação paradigma nos termos da NBR 14.653.*

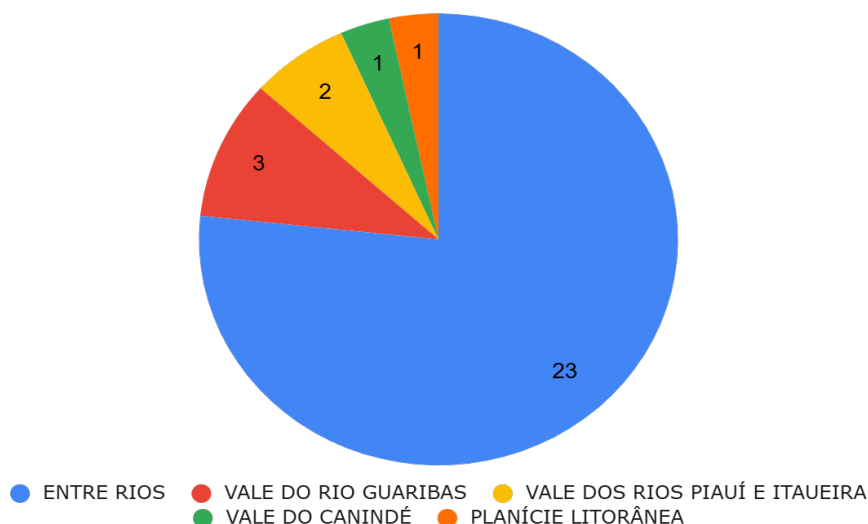
Esse tipo de relatório utiliza a comparação com imóveis similares (paradigma) para estimar o valor, sendo uma alternativa mais prática e econômica em relação a avaliações mais detalhadas.

Os valores encontrados nos RVRs dos 684 imóveis que estão incluídos no Fundo da Previdência estão discriminados na tabela (ID. 015806878) anexada ao processo SEI 00227.002756/2020-91. O valor total dos imóveis estão descritos na tabela 03 abaixo:

<b>VALORES DOS IMÓVEIS DO FUNDO DA PREVIDÊNCIA - 2024</b>	
<b>RELATÓRIO DE VALOR REFERENCIAL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
PATRIMÔNIO	R\$ 1.671.794.205,10
ALUGUEL	R\$ 13.056.551,32

### ✓ Afetação

A afetação é a destinação de bens patrimoniais para uso específico de secretarias e instituições estaduais, conforme o interesse público. Atualmente, há 77 processos abertos, sendo 31 em tramitação na Diretoria e os demais em análise nos setores responsáveis. Já foram concluídas 30 afetações, distribuídas entre os territórios de desenvolvimento: 23 imóveis no Entre Rios, 3 no Vale do Rio Guaribas, 2 no Vale dos Rios Piauí e Itaueira, 1 no Vale do Canindé, e 1 na Planície Litorânea.



**Figura 37 - Distribuição de Afetações de Imóveis por Território de Desenvolvimento - 2024.**

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e elaboração própria.

Dos 29 imóveis afetados em 2024, 16 estão regularizados, enquanto os demais encontram-se em fase de regularização.

### ✓ Declaração de Posse

A Declaração de Domínio é um instrumento jurídico necessário quando a Secretaria solicita recursos por meio de convênio e o imóvel destinado ao projeto ainda não possui regularização completa. Esse documento é especialmente importante quando

o processo de desmembramento e regularização cartorária está em andamento, mas sem previsão de conclusão imediata.

Mesmo sem o registro definitivo, a posse do imóvel pelo Estado encontra-se comprovada, não havendo, assim, impedimento jurídico para que o Excelentíssimo Senhor Governador subscreva a Declaração de Domínio. Esse ato confirma a titularidade estatal sobre a área, viabilizando a continuidade das obras e a liberação dos recursos necessários para o projeto, mantendo o cronograma do convênio.

Atualmente há 8 processos abertos na Diretoria de Gestão de Patrimônio Imobiliário que possuem Declaração de Domínio assinadas pelo Exmo. Governador, e que estão em fase de regularização.

Em 2024, houve um total de 11 processos que exigiram a assinatura de Declaração de Posse pelo Exmo. Governador. Desses, 3 foram devidamente regularizados, conforme demonstra o gráfico abaixo.



**Figura 38 - Situação de regularização das declarações de posse – 2024**

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e elaboração própria.

## CONCLUSÃO

O presente relatório reflete o trabalho realizado pela Superintendência de Patrimônio Imobiliário ao longo de 2024, focado na gestão e regularização dos bens imóveis estaduais. A Superintendência desempenhou papel essencial nos processos de afetação, cessão, doação, desapropriação e regularização registral, além de contribuir

para o Programa de Regularização de Bens Imóveis (PROURBE), promovendo maior segurança jurídica e otimização do patrimônio estadual. Apesar dos desafios, como o volume de processos e a documentação necessária, os resultados evidenciam o compromisso com a transparência e a legalidade. A Superintendência continuará a aprimorar suas práticas e a colaborar para o desenvolvimento do Estado.

# Superintendência de Licitações e Contratos (SLC)

## LISTA DE SIGLAS

### SIGLA SIGNIFICADO

**SLC** Superintendência de Licitações e Contratos

**SEAD-PI** Secretaria de Administração do Estado do Piauí

**TCE-PI** Tribunal de Contas do Estado do Piauí

**CADUF** Cadastro Único de Fornecedores

**ASS** Assessoria de Licitações

**DCON** Diretoria de Contratos

**DIP** Diretoria de Planejamento de Compras Públicas

**DL** Diretoria de Licitações

**GPPCL** Gerência de Planejamento, Pesquisa, Controle e Liberação de Atas

**PAS** Processo Administrativo Sancionador

**IRP** Intenção de Registro de Preços

**PPA** Plano Plurianual

**PGE-PI** Procuradoria Geral do Estado do Piauí

**Scrum** Metodologia ágil de gestão de projetos

**SEI** Sistema Eletrônico de Informações

# 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

## Apresentação

A Superintendência de Licitações e Contratos (SLC), vinculada à Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD-PI), apresenta, para conhecimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e do público em geral, o **Relatório de Gestão referente ao exercício de 2024**, em consonância com as determinações legais aplicáveis e com o dever de transparência na administração pública.

A competência da SEAD-PI, fixada no art. 17, incisos III e XIX, da Lei Estadual nº 7.884/2022, contempla a supervisão, a realização, o acompanhamento e o controle de todos os procedimentos licitatórios e contratações públicas no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, inclusive no que diz respeito às contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação e às autorizações para celebração de ajustes contratuais, com possibilidade de prorrogações e aditivos quantitativos e qualitativos.

No decorrer de 2024, a SLC empenhou-se em cumprir tais atribuições, buscando assegurar a observância dos princípios constitucionais e administrativos, tais como **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

Desse modo, apresenta-se o conjunto de resultados obtidos por esta Superintendência ao longo do exercício de 2024, com ênfase nos procedimentos licitatórios, nas contratações diretas efetuadas por dispensa e inexigibilidade de licitação e principais entregas.

## A Importância da Superintendência de Licitações e Contratos para a População

A Superintendência de Licitações e Contratos (SLC) é o **coração do funcionamento do Estado**, responsável por viabilizar processos essenciais que sustentam a máquina pública e atendem diretamente à população. Por sua atuação estratégica na gestão de recursos, desde a aquisição de materiais básicos até a execução de obras de grande impacto, a SLC exige **planejamento e execução com empenho e dedicação**, garantindo que cada etapa seja conduzida com rigor técnico, transparência e eficiência. Com esse cuidado evita-se desperdícios, assegura a qualidade dos serviços prestados e impulsiona o desenvolvimento socioeconômico do Piauí. Ao garantir que políticas públicas saiam do papel com excelência, a SLC fortalece a confiança da sociedade na administração governamental, e também **mantém o "pulsar" de um Estado que prioriza o bem-estar coletivo**.

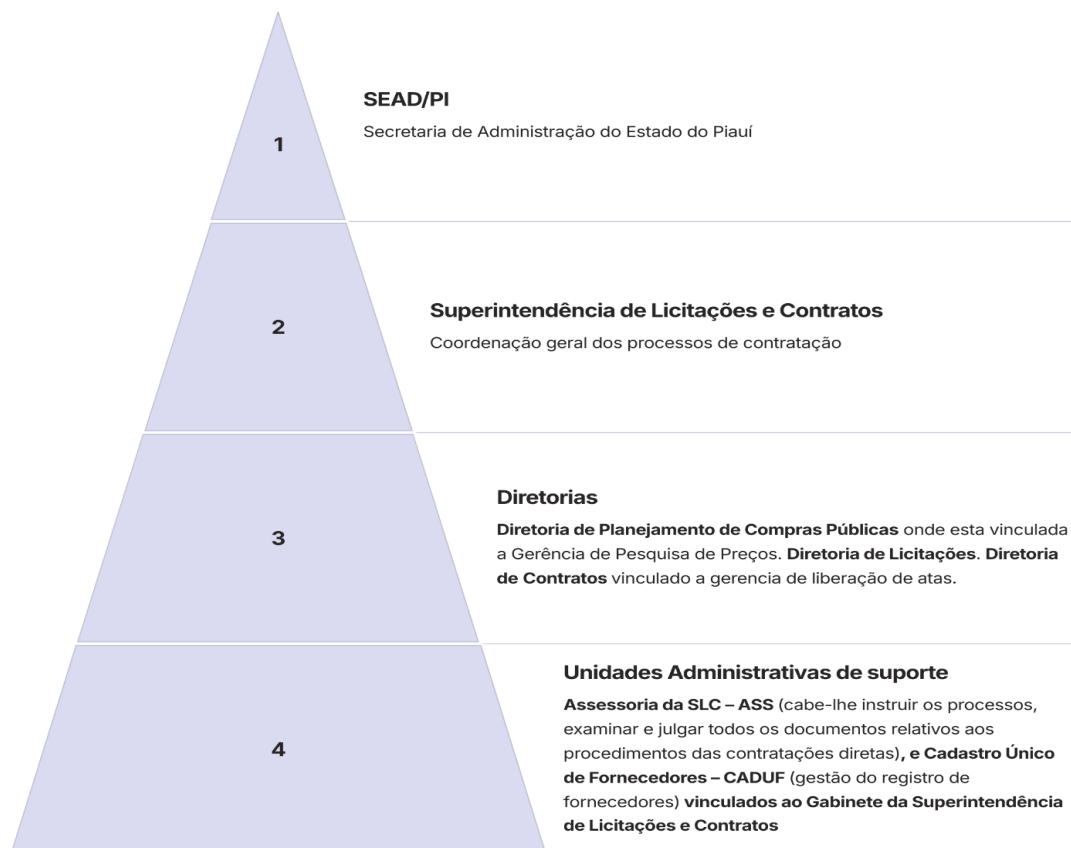
## Estrutura, Composição e Avanços da Superintendência de Licitações e Contratos

A Superintendência de Licitações e Contratos (SLC) é composta por três Diretorias, duas gerências e por unidades administrativas de suporte, liderados em sua grande maioria por mulheres, fato que reflete significativo avanço social e a quebra de barreiras históricas relacionadas à equidade de gênero no serviço público. Composição que destaca o compromisso do Governo do Estado do Piauí com a promoção da igualdade e a valorização do papel da mulher em posições de liderança.

A SLC, organiza-se de forma estruturada e eficiente para garantir a transparência e a fluidez de seus processos. Abaixo, apresenta-se a estrutura organizacional da superintendência, que ilustra a distribuição das suas distintas diretorias e setores, cada qual com responsabilidades específicas e interligadas para assegurar o adequado andamento das atividades licitatórias e contratuais.

## Estrutura Organizacional SEAD/PI

Conforme Lei nº 7.884/2022 e Decreto Nº 22.546/2023



A estrutura inclui a Diretoria de Planejamento de Compras Públicas (Gerência de Pesquisa de Preços), Diretoria de Licitações, e Diretoria de Contratos (gerência de liberação de atas), além das unidades administrativas de suporte como CADUF (gestão do registro de fornecedores) e Assessoria de Licitações (instrução de processos de contratações diretas).

As Diretorias, unidades administrativas e suas respectivas funções são os seguintes:

- **Cadastro Único de Fornecedores – CADUF:** Coordenada por **Rosangela de Resende Araújo**. É responsável por receber o fornecedor, seja presencialmente ou de modo eletrônico, analisando o Pedido de Inscrição e toda a documentação necessária para fins de habilitação. Ao concluir essa etapa, emite um Certificado com vigência de um ano, a contar da data dos documentos de habilitação (Contrato Social, Certidões Negativas de Débito e de Tributos Municipais, Estaduais e Federais, Certidão de Falência e Concordata, Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, Balanço Patrimonial, Documentos de Identidade dos Sócios, Cartão CNPJ, Certificado de Registro no Conselho Competente, Prova de Inscrição nos Cadastros de Contribuintes, se houver, e Declaração de não contratação de menor, nos termos do art. 7º da Constituição Federal).
- **Assessoria de Licitações – ASS:** Coordenada por **Ilka Leal Portugal**. Esta assessoria é responsável por examinar os procedimentos licitatórios de todos os órgãos vinculados a Administração Estadual, a fim de proceder autorização destes procedimentos, dentre contratações, aditivos, delegações, adesões à ARP e convalidações de ato, considerando a competência da SEAD advinda da Lei nº 7.884/2022. Este setor também é responsável por instruir, examinar e julgar as contratações diretas da SEAD e realizar as publicações necessárias no Diário Oficial do Estado do Piauí no que tange às contratações, aditivos e incorporações de ARP, compreendidos em sua esfera de competência, bem como aos processos de locação de imóveis, observando o rito previsto tanto na Lei nº 8.666/1993 quanto na Lei nº 14.133/2021.
- **Diretoria de Contratos – DCON e Gerência de Planejamento, Pesquisa, Controle e Liberação de Atas:** Dirigida por **Juliana de Carvalho Neves**. Dedicar-se ao controle e à instrução dos contratos, tanto dos novos quanto dos já vigentes, competindo-lhe promover prorrogações, repactuações, reajustes e realinhamentos contratuais no âmbito da SEAD-PI, assegurando a regularidade e a conformidade dos ajustes às disposições legais pertinentes. Por sua vez, a Gerência de Planejamento, Pesquisa, Controle e Liberação de Atas (GPPCL), administra as atas de registro gerenciadas e incorporadas pela SEAD/PI, elabora as autorizações para adesão, adesão carona e liberação solicitadas pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e examina demandas provenientes de diversas unidades requisitantes, facilitando a gestão dos bens e serviços.
- **Diretoria de Planejamento de Compras Públicas – DIP:** Dirigida por **Jéssica Kelly de Sousa Carvalho**. É responsável pelo saneamento processual e pelo levantamento e análise precisa do objeto a ser contratado. Realiza estudos e levantamentos acerca da modelagem da contratação, elabora o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e ofícios que definem o planejamento estratégico para a execução de estudos de demanda dos órgãos e entes que

compõem o Estado do Piauí, consolida quantitativos, avalia as soluções disponíveis no mercado, produz o Estudo Técnico Preliminar, elabora o Mapa de Gestão de Riscos e planeja o gerenciamento de riscos, resultando, por fim, na confecção do Termo de Referência. Quando o procedimento adota o Sistema de Registro de Preços, essa Diretoria também realiza a definição do planejamento específico que subsidiará a organização dos quantitativos demandados. No âmbito da Diretoria de Planejamento, tem-se a Gerencia de Pesquisa de Preços que desempenha um papel fundamental sendo responsável por realizar e consolidar pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, bem como nos processos de prorrogações contratuais.

- **Diretoria de Licitações – DL:** Sob a liderança de **Leda Maria Eulálio Dantas Luz Costa Oliveira**. Conduz tanto a fase interna quanto a fase externa dos procedimentos licitatórios. Em relação à fase interna, elabora editais, portarias, avisos de licitação e anexos, submetendo-os às análises dos órgãos de controle (PGE, CGFR). No que tange à fase externa, realiza a publicação do edital, realiza a seleção de fornecedores e, após o regular trâmite, procede à adjudicação e à homologação do certame, garantindo a observância das disposições legais e a ampla divulgação dos atos.

## Liderança e Equipe SLC

Nossa equipe é composta por profissionais dedicados e comprometidos com a excelência em gestão pública



### Direção Executiva SLC

Liderança responsável pela gestão estratégica e direcionamento das ações da Superintendência



### Equipe SLC

Profissionais especializados que atuam nas diferentes áreas da SLC, garantindo a execução eficiente das atividades

As respectivas entregas e resultados de cada setor serão detalhadas em tópicos específicos deste relatório, demonstrando o compromisso da SLC com a excelência na gestão pública e a transparência na aplicação dos recursos estaduais.

## Principais Normas Direcionadoras

A atuação da Superintendência de Licitações e Contratos (SLC), segue os dispositivos legais estabelecidos para a Administração Pública, dentre os quais se destacam:

**1**

### **Lei Federal nº 14.133/2021**

Nova Lei de Licitações e Contratos - Define as normas gerais para licitações e contratos na esfera pública, buscando assegurar competitividade, transparência e eficiência na contratação de bens e serviços.

**2**

### **Lei Estadual nº 7.884/2022**

Institui as competências administrativas no âmbito do Estado do Piauí, incluindo as atribuições relacionadas aos processos licitatórios.

**3**

### **Decreto Estadual nº 21.938/2023**

Regulamenta a aplicação da nova lei de licitações no contexto estadual, estabelecendo procedimentos para contratações públicas e Sistema de Registro de Preços.

**4**

### **Decreto Estadual nº 21.872/23**

Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Estadual.

**5**

### **Lei Complementar 123/2006**

Estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte.

**6**

### **Decreto Estadual nº 22.546/23**

Aprova a Estrutura Regimental, o Organograma, as Atribuições e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Estado da Administração – SEAD/PI

**7**

### **Instruções Normativas e Outros Decretos**

- IN nº 58/2022 - Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares
- Decreto Estadual nº 16.212/2015 - Tratamento favorecido para ME/EPP
- Decreto Estadual nº 14.483/2011 - Contratação de serviços
- Decreto Estadual nº 14.386/2011 - Aquisição de veículos oficiais
- Decreto nº 15.093/2013 - Acompanhamento de contratos
- IN SEGES/ME Nº 81/2022 - Elaboração de Termo de Referência

Complementarmente, a SLC também segue as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed. Brasília, 2023).

## **Políticas, Planos E Programas De Governo**

A atuação da SLC, amparada pela Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), pela Lei Estadual nº 7.884/2022 e por outros regulamentos estaduais, alinha-se às metas do Plano Plurianual (PPA) e às políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado do Piauí. As contratações, além de visarem a suprir as demandas administrativas e o desenvolvimento de obras de relevância social, também buscam promover a economicidade e a eficiência na aplicação de recursos, com auxílio de estudos de mercado e de metodologias de planejamento e controle de riscos.

Ao longo de 2024, os esforços concentraram-se na modernização de sistemas, na capacitação dos servidores envolvidos com a área de compras governamentais e na busca pela transparência em todos os atos, viabilizando, inclusive, a participação de diversos entes em atas de registro de preços, favorecendo o ganho de escala e a padronização dos processos.

Com o objetivo de aprimorar continuamente a governança pública, a SLC reforçou as ações de publicidade, possibilitando que órgãos de fiscalização, como o TCE-PI, bem como a sociedade piauiense, tivessem acesso aos dados essenciais dos processos licitatórios em curso. A transparência, nesse sentido, fortalece a credibilidade da Administração e assegura melhores condições de competitividade, prevenindo ilicitudes e resguardando o interesse público.

Nesse sentido, o fluxo operacional dos processos de contratação segue a lógica de iniciar-se na Diretoria de Planejamento de Compras Públicas (DIP), que elabora os documentos técnicos e os estudos preliminares; transitar pela Diretoria de Licitações (DL), responsável por comandar as sessões públicas e avaliar as propostas; e culminar na Diretoria de Contratos (DCON), incumbida de formalizar e fiscalizar a execução dos ajustes firmados. Referido modelo operacional revela-se eficaz para a prevenção de erros e para a resolução de demandas com maior agilidade, constituindo um arcabouço seguro de governança.

Ao final do exercício de 2024, constata-se que as medidas adotadas favoreceram a celeridade dos certames, o fortalecimento das capacidades institucionais e a consolidação de boas práticas de governança, o que se refletiu em contratações economicamente vantajosas, com menor índice de questionamentos e maior satisfação dos órgãos usuários. A SLC, ciente da necessidade de evolução contínua, permanece comprometida em aprimorar rotinas, procedimentos e ferramentas de controle, bem como em incentivar a profissionalização dos agentes públicos envolvidos, tudo em conformidade com as diretrizes legais e as exigências de accountability.

## 2. GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS

A Superintendência de Licitações e Contratos (SLC) consolidou, no exercício de 2024, avanços substanciais na governança das contratações públicas do Estado do Piauí, promovendo **maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos processos administrativos**. A modernização dos procedimentos licitatórios foi pautada na **adoção de metodologias ágeis de gestão, na integração de setores estratégicos e na padronização dos documentos administrativos**, garantindo maior controle sobre as aquisições e otimizando a prestação de serviços à administração pública.

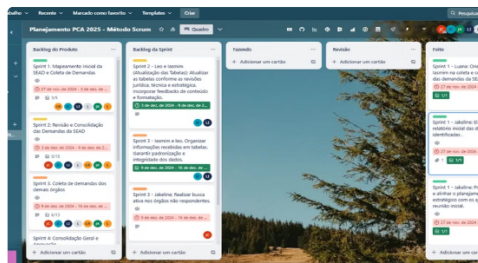
Dentre as inovações implementadas, destaca-se a **implantação da metodologia Scrum em toda a estrutura da SLC**, com o objetivo de modernizar a gestão de projetos, aumentar a produtividade e otimizar os fluxos de trabalho. O Scrum permitiu melhoria na organização interna, entrega incremental de resultados e aprimoramento da comunicação entre as equipes, reduzindo o tempo de tramitação dos processos e garantindo maior eficiência operacional. A adoção dessa metodologia teve início na Diretoria de Planejamento de Compras Públicas (DIP), onde foi realizada a primeira reunião de alinhamento para aplicação do método, e posteriormente expandiu-se para os demais setores da Superintendência.

### Implementação do Método Scrum na SLC



#### Reunião de Alinhamento Scrum

Primeira reunião de alinhamento para aplicação do Método Scrum na Diretoria de Planejamento de Compras Públicas (DIP)



#### Quadro Kanban Digital

Implementação do quadro Kanban utilizando o aplicativo Trello para gerenciamento ágil das atividades

### Resultados, Destaques E Metas Por Diretorias E Unidades Administrativas

O aperfeiçoamento das estruturas de governança também se reflete nos resultados obtidos pelas diversas áreas integrantes da SLC.

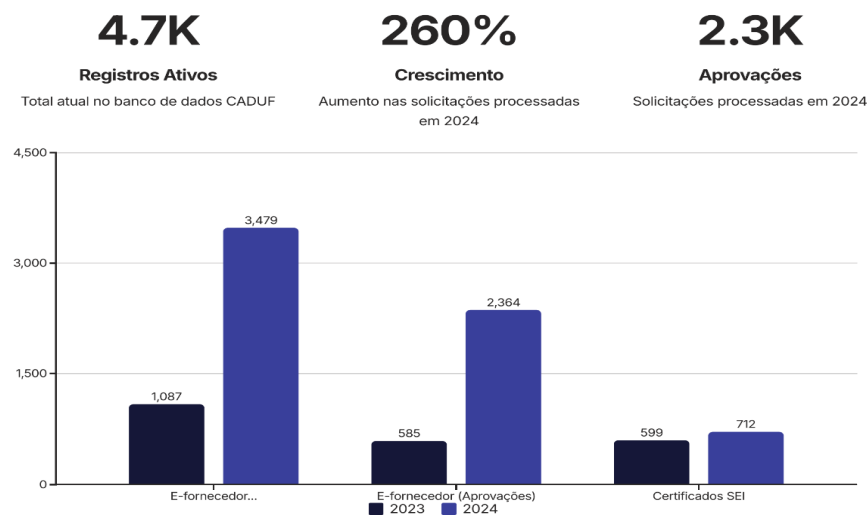
- **Coordenação do Cadastro Único de Fornecedores (CADUF)**

Tem registrado um crescimento expressivo em suas atividades, evidenciando a importância do aprimoramento contínuo da gestão de fornecedores e da modernização dos sistemas utilizados. Desde o início das operações, a unidade recebeu **4.566 solicitações de cadastro e renovação**, emitindo **2.364 certificados por meio da plataforma e-fornecedor**. Os números demonstram a relevância da ferramenta digital na desburocratização e otimização dos processos, promovendo maior agilidade na regularização cadastral dos fornecedores interessados em participar das contratações públicas do Estado do Piauí.

Atualmente, o CADUF opera simultaneamente em **três sistemas distintos – E-Fornecedor (novo CADUF), CADUF ATI (antigo Process) e SEI** –, gerando desafios operacionais que impactam a eficiência do atendimento e a gestão das informações. Em 2023, no período de 01/05/2023 a 31/12/2023, foram atendidas **1.087 solicitações no sistema e-fornecedor**, com **585 aprovações**. No CADUF ATI, o mesmo número de cadastros foi processado, enquanto no SEI foram emitidos **599 certificados**.

No exercício de 2024, até a presente data, o número de solicitações atendidas pelo e-fornecedor aumentou significativamente, totalizando **3.479 pedidos, com 2.364 aprovações**. No CADUF ATI, os cadastros processados alcançaram **2.364**, e no SEI foram emitidos **712 certificados**. **Vale ressaltar que o CADUF processou, ao longo do exercício, mais de 2.300 solicitações, representando um aumento de 260% em relação a 2023, evidenciando a importância de um cadastro célere e confiável**. Atualmente, o banco de dados do CADUF conta com **4.752 registros**, consolidando-se como uma ferramenta essencial para a administração pública estadual e para os fornecedores que participam das licitações do Estado.

A Coordenação do Cadastro Único de Fornecedores (CADUF) tem registrado um crescimento expressivo em suas atividades através de três sistemas principais: E-Fornecedor (novo CADUF), CADUF ATI e SEI.



O crescimento significativo nos números demonstra a relevância da ferramenta digital na desburocratização e otimização dos processos, promovendo maior agilidade na regularização cadastral dos fornecedores interessados em participar das contratações públicas do Piauí.

**Figura 39 - Solicitações registradas e processadas na Coordenação de Cadastro Único de Fornecedores**

Ressaltando que a operação simultânea de três sistemas distintos gera dificuldades administrativas, aumentando o tempo de processamento, as inconsistências nos dados e a sobrecarga operacional. Dessa forma, a unificação dos sistemas é essencial para otimizar a gestão do Cadastro de Fornecedores, garantindo maior celeridade no atendimento, eficiência na análise documental, redução de erros e maior confiabilidade nas informações.

Para aprimorar a eficiência e transparência do serviço, a Coordenação do CADUF definiu diretrizes estratégicas para o exercício seguinte, incluindo a unificação dos sistemas, a adoção de tecnologias para reduzir o tempo de resposta, a ampliação da capacidade de atendimento e a digitalização dos processos.

Como principais avanços, destacam-se a otimização do atendimento eletrônico via e-fornecedor, permitindo a emissão ágil de certificados, a capacitação no Processo Administrativo Sancionador (PAS) para reforçar a fiscalização dos fornecedores com a emissão de 712 certificados, demonstrando a crescente demanda pelo serviço digital.

Para 2025, as metas incluem a consolidação de um sistema único para o Cadastro de Fornecedores, a continuidade da capacitação no PAS, a ampliação da infraestrutura física e a otimização dos fluxos internos, garantindo um

serviço mais eficiente, transparente e alinhado às melhores práticas de governança pública.

No **Apêndice**, na **Tabela 2**, seguem informações detalhadas sobre o **Cadastro Único de Fornecedores (CADUF)**, apresentando dados sobre as **solicitações recebidas e deferidas ao longo de 2024**, o **índice de aumento em relação ao exercício anterior** e o **número total de fornecedores ativos ao final do período**.

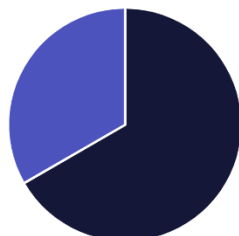
- **Diretoria de Licitações (DL)**

Exerce papel fundamental na coordenação e execução dos processos licitatórios do Estado do Piauí, incumbindo-se de gerenciar as fases interna e externa dos certames, compreendendo a elaboração de editais, a análise de propostas, o julgamento, a habilitação e a homologação.

No exercício de 2024, a DL conduziu 25 processos licitatórios, contemplando 18 pregões eletrônicos novos, 3 relançamentos de pregões, 2 concorrências públicas e 2 credenciamentos, com o propósito de atender a contratações estratégicas para diversos órgãos da Administração Pública. O montante total homologado aproximou-se de R\$ 9,93 bilhões, englobando aquisições de bens e serviços indispensáveis ao adequado funcionamento do Estado.

A modalidade pregão eletrônico foi predominante, totalizando 17 certames e evidenciando o esforço contínuo de modernização e ampliação da competitividade nos procedimentos licitatórios.

## Diretoria de Licitações (DL) em 2024



■ Pregão Eletrônico ■ Concorrências e Outros

A modalidade pregão eletrônico foi predominante, totalizando 17 certames e evidenciando o esforço contínuo de modernização e ampliação da competitividade nos procedimentos licitatórios.

**21**

**Processos Licitatórios**

Total de procedimentos realizados em 2024

**9.93B**

**Valor Total**

Em reais homologados em licitações

### Perspectivas para 2025:

#### ■ Implementação do ComprasGov

Plena operacionalização do sistema ComprasGov

#### ■ Inteligência Artificial

Com vistas a conferir maior eficiência à fase de seleção de fornecedores, a criação de agentes de IA destinados a fase de seleção de fornecedores

#### ■ Modernização

Maior eficiência e transparência nos processos de contratações públicas

### Figura 40 - Modalidades de Processos Licitatórios realizados na Diretoria de Licitações

Com vistas a conferir maior eficiência à fase de seleção de fornecedores, a DL procedeu a ajustes e aprimoramentos em seus fluxos internos, reforçando a padronização documental e incrementando a celeridade dos trâmites administrativos. Ainda, para potencializar a fiscalização dos contratos administrativos, implementou capacitações específicas no Processo Administrativo Sancionador (PAS), desenvolvendo simultaneamente checklists e minutas padronizadas, de modo a assegurar maior controle e conformidade com a legislação.

Para o exercício de 2025, a DL estabelece metas estratégicas que incluem a plena operacionalização do sistema ComprasGov, com objetivo de aperfeiçoar a gestão dos procedimentos licitatórios, e a criação de agentes personalizados de Inteligência Artificial (IA) destinados à análise automatizada de documentos e ao aprimoramento da fase de seleção de fornecedores. Almeja-se, assim, modernizar e conferir maior eficiência ao fluxo de contratações públicas, viabilizando precisão e transparência nos processos empreendidos pela Superintendência de Licitações e Contratos.

A fim de garantir ampla transparência e facilitar o acompanhamento das contratações efetivadas, apresenta-se, **tabela - 1 pormenorizada das licitações conduzidas no período, discriminando-se quantidade de certames, valores homologados, modalidades utilizadas e descrição das principais contratações levadas a efeito.**

<b>Nº DO PREGÃO</b>	<b>ORGÃO DEMANDANTE</b>	<b>PROCESSO SEI Nº</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Pregão Nº 01/24 - LEI 14133/21	SEFIR OUTROS	E 00224.000018/2024-62	SRP Poços	<b>R\$ 62.098.357,25</b>
Pregão Nº 02/2024	SEAD OUTROS	E 00002.010280/2023-49	Comunicação visual	<b>R\$ 98.618.591,81</b>
Pregão Nº 03/2024	SASC	00024.002689/2023-33	Aquisição de veículo SEDAN P/ SASC	<b>R\$ 113.000,00</b>
Pregão Nº 04/2024	SASC	00024.001387/2023-48	Aquisição 1 van p/ lar da criança	<b>R\$ 349.900,00</b>
Pregão Nº 05/2024	SEAD OUTROS	E 00002.012853/2023-79	SRP TVs	<b>R\$ 3.961.309,51</b>
Pregão Nº 06/2024	SEAD OUTROS	E 00002.004019/2023-18	SRP Eeletrodomésticos	<b>R\$ 2.882.921,78</b>
Pregão Nº 07/2024	SEAD OUTROS	E 00002.006920/2023-16	SRP Ração animal	<b>R\$ 546.324,63</b>
Pregão Nº 08/2024/REL - Lei 8.666/93	SEAD OUTROS	E 00002.000845/2023-80	Material de higienen e limpeza - MHL	<b>R\$ 92.245.413,83</b>
Cconcorrência Nº 01/2024 - Lei 14.133/21/Presencia l e Comprasgov	SUPARC	00002.014136/2023-81	Concessão p/ abastecimento de água - MRAE	<b>R\$ 9.557.000.000,00</b>
Pregão Nº 09/2024 - Lei 14.133/21	SESAPI		SIGESTÃO (software de gestão de saúde)	<b>R\$ 54.150.000,00</b>
Pregão Nº 10/2024	IAEPI OUTROS	E 00226.000169/2021-58	SRP Aquisição materiais abastecimento de água	<b>Suspensa</b>
Pregão Nº 11/2024	SEAD OUTROS	E 00002.002323/2023-12	Aquisição de ambulâncias	<b>R\$ 37.725.552,00</b>

Pregão N° 12/2024	SESAPI		00012.023851/2023-96	Materiais descartáveis da SESAPI	<b>R\$ 9.303.065,40</b>
Concorrência N° 02/2024 - Comprasgov	SEPLAN		00017.000198/2024-28	Metodologia calculo do PIB	<b>Fracassado</b>
Pregão N° 13/2024 - Lei 14.133/21	SEAD		00002.000350/2024-31	SRP Bandeiras	<b>R\$ 12.766.943,34</b>
Pregão N° 14/2024 - Lei 8.666/93	SASC		00028.034842/2023-51	SRP Equipamento anti tumulto	<b>R\$ 180.100,00</b>
Pregão N° 15/2024 - Lei 14.133/21 - Comprasgov	GAMIL/SEGO V		00015.000472/2024-89	Hospedagem	<b>R\$ 6.975.906,94</b>
Pregão N° 16/2024 - Lei 8.666/93	SEAD OUTROS	E	00002.002842/2023-81	Gestão de frotas	<b>Suspensão</b>
Pregão N° 17/2024 - Lei 8.666/93	SEAD OUTROS	E	00002.006221/2020-23	Mobiliário	<b>Suspensão</b>
Pregão N° 18/2024 - Lei 14.133/21	SEAD		00002.004395/2024-85	Colchões	<b>Em andamento</b>
Credenciamento N° 01/2024 - Lei 14.133/21	SEGOV OUTROS	E	00015.001269/2023-49	Credenciamento de restaurantes	<b>Sem valor</b>
Credenciamento N° 02/2024 - Lei 14.133/21	SEAD		00002.009817/2024-17	Direitos creditórios	<b>Sem valor</b>
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 9.938.917.386,49</b>

## ▪ **Diretoria de Planejamento de Contratações (DIP)**

A **Diretoria de Planejamento de Contratações (DIP)** tem papel estratégico na estruturação e organização dos processos administrativos voltados à aquisição de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Estadual. Como unidade responsável **pelo planejamento e elaboração dos documentos técnicos e estudos preliminares que fundamentam as contratações governamentais**, a DIP tem atuado para **assegurar maior segurança jurídica, previsibilidade e conformidade com os princípios da transparência e economicidade**.

No exercício de 2024, a **DIP implementou a metodologia Scrum**, com o objetivo de **modernizar a gestão de projetos, aprimorar a produtividade e otimizar a tramitação dos processos administrativos**, trouxe benefícios como **redução dos prazos de tramitação, melhoria na comunicação entre setores e maior previsibilidade das entregas**.

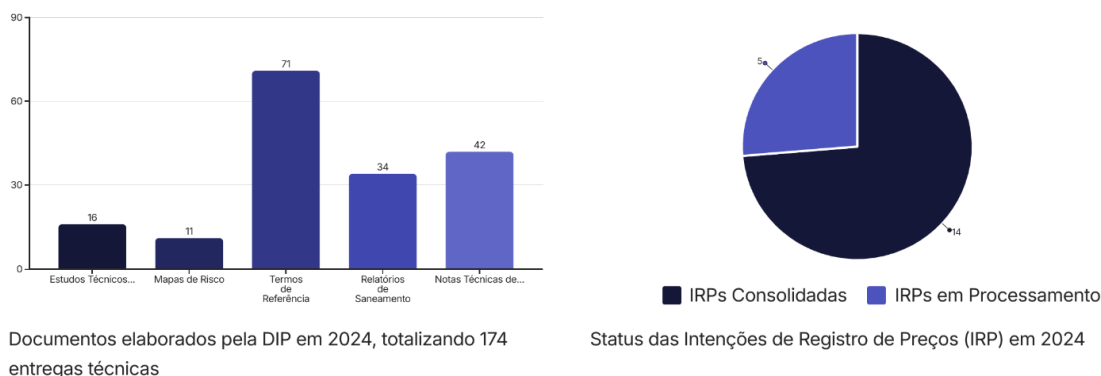
Outro avanço significativo foi a **integração da Diretoria de Compras Públicas com a Gerência de Pesquisa de Preços**, resultando em **melhoria substancial na elaboração das estimativas de custos, redução de redundâncias operacionais e aprimoramento da eficiência na definição dos preços de referência**.

A **DIP também promoveu a padronização documental dos processos administrativos**, assegurando a uniformização dos procedimentos e a conformidade com as normativas vigentes. Esforço que abrangeu a **elaboração e revisão de Portarias, Documentos de Oficialização de Demanda (DOD), Intenções de Registro de Preços (IRP), Relatórios de Consolidação de Demandas, Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Mapas de Riscos, Termos de Referência, Ofícios, Despachos, Notas Técnicas e Relatórios de Conformidade**. A sistematização desses documentos **fortaleceu a governança das contratações públicas**, garantindo maior **segurança jurídica e previsibilidade** na modelagem dos processos de compras governamentais.

O desempenho da **DIP no exercício de 2024** incluiu a análise e tramitação de **27 processos administrativos**, nos quais foram elaborados **16 Estudos Técnicos Preliminares, 11 Mapas de Risco, 71 Termos de Referência, 34 Relatórios de Saneamento e 42 Notas Técnicas de Conformidade**. Entregas que representam um avanço significativo na **qualificação técnica e robustez dos processos de aquisição conduzidos pelo Estado**.

No que diz respeito às **Intenções de Registro de Preços (IRP)**, foram elaborados **19 procedimentos, dos quais 14 foram consolidados**, garantindo **maior previsibilidade e padronização das compras públicas estaduais**. Destacam-se, entre os objetos das IRPs processadas, a **aquisição de veículos, mobiliário, equipamentos de tecnologia, segurança e saúde, além de contratações estratégicas para a gestão governamental**.

## Atividades da DIP em 2024



**Figura 41 - Atividades da Diretoria de Planejamento de Contratações (DIP) em 2024**

Para 2025, a **DIP estabelece como metas estratégicas a automação dos Estudos de Demanda por meio de Inteligência Artificial (IA)**, proporcionando maior previsibilidade e eficiência na programação das contratações estaduais. Além disso, busca-se a **implementação do Plano Anual de Contratações (PAC)**, permitindo uma visão integrada das necessidades de aquisição e facilitando a gestão orçamentária e o planejamento estratégico das compras públicas.

Outra prioridade será a **expansão do programa de capacitação para os servidores estaduais**, abrangendo temas como **planejamento de contratações, gestão de riscos e conformidade com a legislação aplicável**, de modo a aprimorar a **qualidade técnica dos processos e promover maior eficiência nas aquisições públicas**.

## Reunião de Planejamento Estratégico da DIP



A Diretoria de Planejamento de Compras Públicas (DIP) realiza reunião mensalmente de planejamento estratégico para definir as diretrizes e metas para o próximo período. O encontro foca em três pilares essenciais:

- Otimização dos processos de compras públicas
- Implementação de novas tecnologias
- Capacitação contínua da equipe

Durante a reunião, são estabelecidas metas mensuráveis e definido cronograma de ações para garantir a eficiência e transparência nas contratações públicas do Estado.

**Figura 42 - Reunião de Planejamento Estratégico da Diretoria de Planejamento de Contratações (DIP)**

Além das entregas já realizadas, a DIP estabeleceu um **plano estratégico de aprimoramento para 2025**, contemplando as seguintes iniciativas:

## Plano Estratégico de Aprimoramento DIP 2025

A Diretoria de Planejamento de Compras Públicas estabeleceu um plano estratégico com entregas abrangente para 2025, focando em quatro áreas principais:



Este plano estratégico visa modernizar e otimizar todos os processos de compras públicas do Estado, garantindo maior eficiência, transparência e economicidade nas contratações.

**Figura 43 - Plano estratégico de aprimoramento da Diretoria de Planejamento de Contratações (DIP)**

Com essas iniciativas, a **DIP reafirma seu compromisso com a inovação e o fortalecimento da gestão pública**, garantindo que as contratações estaduais sejam conduzidas de forma **estratégica, eficiente e em conformidade com a legislação vigente**. Para fins de transparência e acompanhamento detalhado, segue no **Apêndice deste documento relatório pormenorizado contendo os processos analisados, documentos elaborados e as Intenções de Registro de Preços (IRP) conduzidas ao longo do exercício de 2024**.

▪ **Diretoria de Contratos – DCON e Gerência de Planejamento, Pesquisa, Controle e Liberação de Atas**

A Diretoria de Contratos tem como competências o gerenciamento das ARP's processadas ou incorporada pela SEAD-PI, a formalização e padronização dos procedimentos de contratação em geral, promovendo maior segurança jurídica, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficácia e eficiência no âmbito da Administração Estadual.

O exercício deste mister se dá através da atuação das gerências estruturais da DCON/SEAD-PI.

- a. A **DCON/GCON**, atua promovendo a padronização e formalização dos procedimentos de contratação em geral, aferindo a regularidade dos ajustes às disposições legais pertinentes.
- b. A **DCON/GPPCL**, procede o gerenciamento das ARP's/SEAD-PI, através do processamento e autorização de contratações solicitadas via ARP's (adesão, adesão carona e liberação), por entes e órgãos da Administração Pública.

No exercício de 2024, após a elaboração do Regimento Interno da DCON/SEAD-PI, foram estabelecidas normas e procedimentos, dinamizando a atuação da Diretoria, otimizando os fluxos de processamento contratual e possibilitando a atuação da unidade no atendimento externo, com a orientação de servidores de diferentes órgãos estaduais sobre os trâmites contratuais, uso de minutas padronizadas e estreitamento das relações junto aos órgãos de controle externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Piauí e o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Em 17 de outubro de 2024, após a iniciativa e planejamento pela equipe DCON/SEAD-PI, foi realizada palestra, com participação de membros da PGE-PI e CGE-PI, com o tema voltado à aditivos contratuais, consolidando os conhecimentos técnicos e aperfeiçoando as práticas administrativas, que contou com ampla participação de agentes públicos do Estado.

**Dos Resultados efetivos:**

A atuação da DCON/SEAD-PI no exercício 2024, apresentou volume financeiro de contratações no valor aproximado de R\$ 95.495.910,21 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e dez reais e vinte e um centavos), destacando-se que deste montante, apenas os valores abaixo indicados não decorreram de procedimento licitatórios realizados, mas foram procedido de forma igualmente lícita, através de modalidades de contratação Direta:

- a. R\$ 18.362.869,00 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais) decorrentes de contratação direta, por dispensa de Licitação;
- b. R\$ 11.226.000,00 (onze milhões, duzentos e vinte e seis mil reais) decorrentes de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, e;
- c. R\$ 3.876.530,00 (três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quinhentos e trinta reais) atinentes às contratações, pagas via procedimento indenizatórias.

Números que ilustram a diversidade de modalidades empregadas e evidenciam a importância de medidas rigorosas de controle e planejamento, permitindo maior racionalidade na aplicação de recursos públicos e prevenindo riscos de irregularidades.

**Ainda em 2024, foram formalizados:**

- a. 65 (sessenta e cinco) contratos;
- b. 145 (cento e quarenta e cinco) minutas de contratos;
- c. 95 (noventa e cinco) minutas de termo aditivo consolidados;
- d. 132 (cento e trinta e dois) termos aditivos;
- e. 17 (dezesete) termos de apostilamentos concluídos;
- f. 128 (cento e vinte e oito) despachos exarados;
- g. 192 (cento e noventa e dois) extratos divulgados;
- h. 22 (vinte e dois) memorandos emitidos;
- i. 205 (duzentos e cinco) declarações relacionadas a minutas e pareceres;
- j. 57 (cinquenta e sete) portarias publicadas.

Refletindo o fluxo de trabalho da Gerência de Contratos DCON/GCON/SEAD-PI.

**No tocante a DCON/GPPCL/SEAD-PI, no exercício 2024, foram processadas:**

- a. 205 (duzentos e cinco) autorizações para contratação por liberação;
- b. 222 (duzentos e vinte e duas) autorizações para contratação por adesão;
- c. 200 (duzentos) autorizações para contratação via adesão carona às atas da Secretaria de Administração;
- d. 10 (dez) aditivos de prorrogação e incorporação de ARP's;
- e. 1.422 (um mil, quatrocentos e vinte e duas) certidões emitidas e;

- f. 53 (cinquenta e três) atas vigentes, o que expressa a amplitude das atividades correlatas.

Da análise dos resultados de gestão apresentados, referente ao exercício 2024, conclui-se que a atuação da Diretoria de Contratos DCON/SEAD-PI, sempre pautada na modernização dos processos e observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, atingiu os objetivos ordinários de gestão e aproximou os diversos entes e órgãos estatais dos padrões estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Como perspectivas para 2025, busca-se o aprimoramento, refino e manutenção do padrão de excelência na execução das competências legalmente instituídas, bem como avanços nos campos de atuação extraordinários, contribuindo para a governança mais eficaz, eficiente e transparente, com a renovação, atualização e aprimoramento de práticas de controle e fiscalização de gastos públicos, de modo que os resultados ora indicados refletem o compromisso institucional em promover economicidade e qualidade nos serviços prestados, amparando a Administração na tarefa de melhor servir ao interesse público.

## Diretoria de Contratos: Realizações e Perspectivas 2024

**95.5M**

### Valor Total das Contratações

Total estimado em contratações para  
2024

**18.4M**

### Dispensa de Licitação

Valor em processos de dispensa

**11.2M**

### Inexigibilidade

Valor em processos de inexigibilidade

#### Finalidade e Objetivos

Administrar e padronizar procedimentos relativos à formalização e acompanhamento de instrumentos contratuais, promovendo maior segurança jurídica e eficiência na Administração Estadual.

#### Realizações Principais

- Elaboração do Regimento Interno com normas e procedimentos
- Fortalecimento do atendimento externo
- Realização de palestra sobre aditivos contratuais com PGE e CGE

#### Atividades em Números

- 65 contratos formalizados
- 145 minutas de contratos
- 132 termos aditivos
- 192 extratos divulgados

#### Resultados GPPCL

- 205 autorizações para contratação
- 222 autorizações por adesão
- 1.422 certidões emitidas
- 53 atas vigentes

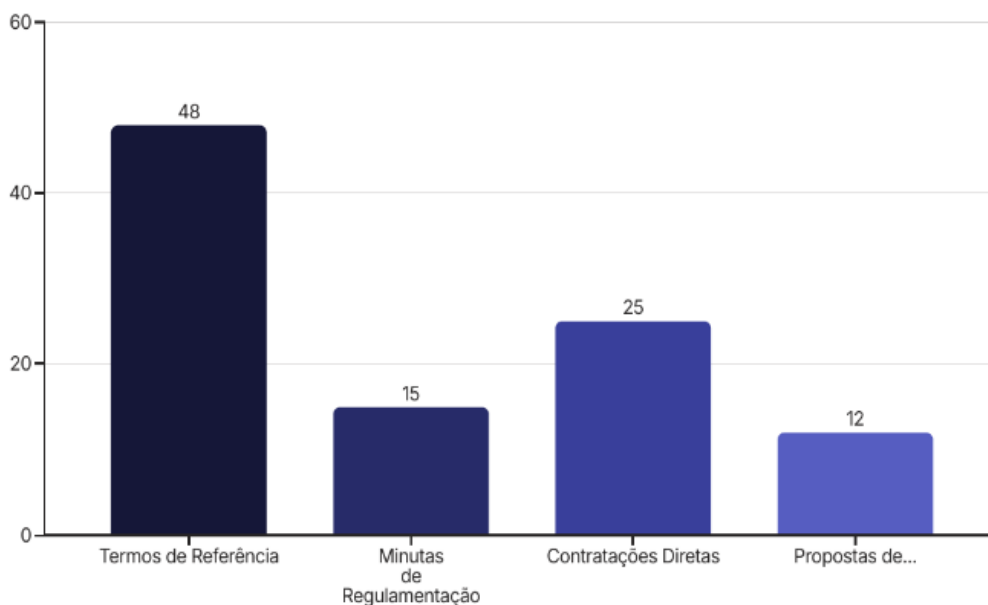
As perspectivas para 2024 e 2025 evidenciam uma governança mais eficaz e transparente, aprimorando práticas de controle e fiscalização de gastos públicos. Os resultados refletem o compromisso institucional em promover economicidade e qualidade nos serviços prestados, amparando a Administração na tarefa de melhor servir ao interesse público.

### Figura 44 - Resultados Gerais da Diretoria de Contratos em 2024

#### ▪ Assessoria De Licitações (ASS)

A Assessoria de Licitações (ASS), no exercício de 2024, emitiu mais de 13 mil documentos direcionados à uniformização de procedimentos, consolidando fluxos operacionais que garantem a legalidade e a eficiência dos certames conduzidos pela Superintendência de Licitações e Contratos (SLC). Conduziu as contratações diretas durante a transição da Piauí Link, elaborou minutas para regulamentação do Sistema de Compras Públicas, produziu 48 termos de referência específicos e propôs aprimoramentos no Catálogo Eletrônico de Padronização de Produtos e Serviços. No período de 2024, foram identificadas 25 contratações diretas concluídas.

**Figura 45 - Figura 31 - Atividades e Principais Realizações da Assessoria de Licitações em 2024**



### **Principais Realizações**

- Condução de contratações diretas durante transição Piauí Link
- Elaboração de minutas para Sistema de Compras Públicas
- Produção de 48 termos de referência específicos
- Aprimoramentos no Catálogo Eletrônico de Padronização

Para o exercício de 2025, a Assessoria de Licitações fixa como metas estratégicas: o aperfeiçoamento da padronização documental, visando ao fortalecimento da conformidade processual das contratações públicas; a ampliação do controle sobre as contratações diretas, por meio da implementação de diretrizes que confirmam maior eficiência à tramitação; o desenvolvimento de novas normativas, consolidando regulamentos que aprimorem a transparência e a segurança jurídica dos procedimentos estaduais.

### 3. RESULTADOS GERAIS, RETROSPECTIVA E DESAFIOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (SLC)

Destacam-se, parcerias firmadas com órgãos como SESAPI, SEDUC e SEPLAN, que resultaram no acréscimo de 53 atas vigentes em 2024 (aumento de 97% se comparado a 2023), na consolidação de 14 intenções de registro de preços e na produção de 71 termos de referência para diversas demandas governamentais.

No que tange às contratações diretas, concretizaram-se 25 procedimentos, totalizando R\$ 95.495.910,21 (redução de 20% em face de 2023), ao passo que foram concluídos 18 pregões eletrônicos, 2 credenciamentos e 2 concorrências, e realizadas 219 pesquisas de preços, respaldadas pela elaboração de mapas de riscos. A redução de despesa em contratações diretas indica maior racionalidade na adoção dessa modalidade, ao tempo em que o incremento nas licitações eletrônicas reforça a transparência e a competitividade do processo.

Nesse sentido, a integração da Gerência de Pesquisa de Preços à DIP, a adequação das peças de planejamento à Nova Lei de Licitações e Contratos e a padronização documental em consonância com as minutas da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI) demonstram o compromisso institucional com a melhoria contínua dos procedimentos.

Os indicadores comparativos revelaram que o número de atas vigentes apresentou um crescimento de aproximadamente 97%, evoluindo de 27 para 53. Em contraponto, os estudos de demandas realizados reduziram-se de 41 para 18, e os consolidados diminuíram de 34 para 12, evidenciando ajustes nos processos de planejamento. Quanto às contratações diretas, houve queda.

Os resultados em 2024 apontaram a celebração de 65 contratos, totalizando um valor global de R\$ 95.495.910,21, e a pactuação de 132 aditivos, além de 17 apostilamentos. Números que evidenciam a importância do controle e da supervisão do ciclo contratual, garantindo segurança jurídica e efetividade na execução das obrigações. Verificou-se ainda, 145 minutas de contratos, 95 minutas de termo aditivo consolidados, 132 termos aditivos, 17 apostilamentos concluídos, 128 despachos exarados, 192 extratos divulgados, 22 memorandos emitidos, 205 declarações (entre minutas e pareceres) e 57 portarias publicadas, refletindo o fluxo de trabalho da Gerência de Contratos, reafirmando a fluidez do processo de adesão e a eficiência na disponibilização de atas de registro de preços em âmbito interinstitucional.

Além disso, **sobre os normativos e padronizações realizadas no ano de 2024, houveram os seguintes processos, estando todos em fase de minuta:** Proc. 00002.008376/2024-28 - Minuta do Regimento Interno da SLC. Proc. 00002.001242/2024-86 - Minuta do Decreto para instituição do Sistema Integrado de Acompanhamento de Compras do Estado. Proc. 00002.002103/2024-70 - Minuta

Fluxo Processual relativo ao cadastramento de objetos no Catálogo Eletrônico de Padronização dos Produtos, Serviços e Obras no Sistema Integrado de Compras.

## Retrospectiva 2024

A SLC participou de eventos de grande relevância, como o 1º Fórum Técnico das Unidades Executoras do PROGESTÃO (Banco Mundial) e o leilão de contratos de concessão voltados à gestão de serviços de água e esgotamento sanitário, confirmando o comprometimento institucional com a inovação e a transparência.

**Figura 46 - Retrospectiva de 2024 da Superintendência de Licitações e Contratos (parte 1)**



### 1º Fórum Técnico PROGESTÃO

Participação da Superintendente no 1º Fórum Técnico das Unidades Executoras do Programa PROGESTÃO

Evento promovido pelo Banco Mundial, que reuniu os estados que participam do PROGESTÃO.



### Leilão de Concessões

Leilão de Contratos de Concessão para Gestão de Serviços de Operação, Manutenção e Exploração dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos Municípios da MRAE

Foram realizadas palestras sobre aditivos contratuais, o que reduziu erros operacionais e modernizou procedimentos, além de cursos práticos voltados a formação de preços, processo administrativo sancionador e treinamentos nos módulos do Sistema Compras.gov.

## Figura 47 - Retrospectiva de 2024 da Superintendência de Licitações e Contratos (parte 2)



### **Realização da palestra: Aditivos Contratuais, tópicos relevantes sob a óptica da PGE-PI e CGE-PI.**

A partir dos temas abordados, a DCON implementou medidas para:

Redução de erros operacionais

Adaptação e modernização das normas e procedimentos

Melhorias na gestão processual



**A capacitação promoveu aos servidores explorarem ferramentas e estratégias, visando a contribuição para transparência, eficiência e o melhor uso dos recursos públicos.**

O curso foi ministrado pelos auditores governamentais Dr. Lauro Leal e Dra.

Tailanna Costa



O curso deu início ao planejamento de uso do PAS, procedimento crucial para

a gestão de contratos e licitações públicas, de forma a concretizar e melhorar a fiscalização durante o decurso contratual.

A SLC também participou de curso de capacitação sobre a Política de Aquisições do Banco Mundial, bem como do Summit de Gestão Pública, fortalecendo sua presença em esferas de discussão técnica e de governança.

## Figura 48 - Retrospectiva de 2024 da Superintendência de Licitações e Contratos (parte 3)



### Realização do Treinamento em Módulos do Sistema [compras.gov](https://compras.gov.br)

O treinamento foi ministrado pela servidora Fernanda Lima, sendo dividido em dois módulos: I. Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras, que refere-se ao procedimento do pregão eletrônico. II. Novo Sistema de Divulgação de Compras e Publicador de Contratos, para cadastramento e divulgação das Contratações Diretas e respectivos contratos no PNCP.

A capacitação dos servidores promoveu maior segurança quanto a utilização contínua do sistema [compras.gov](https://compras.gov.br), em especial, nos pregões eletrônicos, que até então era utilizado somente pelo e-licitações.



### Curso de Capacitação para a Política de Aquisições do Banco Mundial.

O curso faz parte do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado (PROGESTÃO)



SUMMIT Gestão Pública, com ênfase em licitações e contratos. O evento abrangeu temas críticos para o desenvolvimento da gestão pública, promovendo estudos relevantes e soluções práticas, para a realização de licitações públicas e contratos.

## Principais Entregas

A Diretoria de Planejamento da Contratação promoveu adequação e padronização das peças de planejamento, integrando a Gerência de Pesquisa de Preços ao seu escopo e adotando a metodologia Scrum.

A Diretoria de Contratos ampliou o atendimento externo e elaborou seu Regimento Interno, promovendo melhorias no suporte técnico.

A Diretoria de Licitações, por sua vez, realizou o cadastro de pregoeiros no TCE, designou novos pregoeiros, contratou um módulo de treinamentos do SIACE, participou do Congresso de Pregoeiros 2024, promoveu ajustes nas minutas da Procuradoria Geral do Estado do Piauí e padronizou documentos, inclusive com acesso ao sistema Licitações-e (Banco do Brasil).

## **Desafios Encontrados**

Durante o período, foi notável a dificuldade de contar com agentes de contratação suficientes para a realização de contratações diretas, além de se observarem redundâncias operacionais no CADUF, em virtude de múltiplos sistemas e da restrição de validação de certidões na nova plataforma. Constatou-se ainda a necessidade de atualizar o Regimento Interno e o Organograma da SEAD, como forma de refletir a reorganização estrutural e funcional realizada em 2024.

Ao final, o conjunto de informações aqui delineado evidencia o compromisso da Superintendência de Licitações e Contratos com a evolução contínua dos processos licitatórios, a modernização dos trâmites contratuais e a busca por eficiência administrativa. Ainda que a escassez de agentes habilitados e as redundâncias sistêmicas exijam medidas de mitigação, o balanço positivo de 2024 reforça a solidez das estratégias adotadas e a capacidade de aprimoramento do setor para o futuro, o que sustenta a consolidação de uma gestão pública mais célere, segura e transparente.




Em síntese, a governança exercida pela SLC no exercício de 2024 pautou-se na mitigação de riscos, na adequação procedimental e na constante busca pela eficiência e transparência, resultando em contratações mais vantajosas ao erário e no fortalecimento dos controles administrativos. Iniciativas que corroboram o compromisso de promover a boa gestão dos recursos públicos, apresentando-se, ao final, como instrumentos eficazes para o aperfeiçoamento da Administração e a prestação de serviços de qualidade à sociedade piauiense.

## Figura 49 - Retrospectiva de 2024 da Superintendência de Licitações e Contratos (parte 4)

### Eventos e Participações Relevantes

Participação no Fórum Técnico das Unidades Executoras do PROGESTÃO (Banco Mundial)	<b>1º Fórum Técnico PROGESTÃO</b>	1
Participação em leilão de contratos para gestão de serviços de água e esgotamento sanitário	<b>Leilão de Concessões</b>	2
Palestras sobre aditivos contratuais, cursos de formação de preços e processo administrativo sancionador	<b>Capacitações Realizadas</b>	3
Participação no Summit e curso sobre Política de Aquisições do Banco Mundial	<b>Summit de Gestão Pública</b>	4

### Realizações por Área

 Diretoria de Planejamento	 Diretoria de Contratos	 Diretoria de Licitações
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padronização das peças de planejamento</li> <li>• Integração da Gerência de Pesquisa de Preços</li> <li>• Implementação da metodologia Scrum</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do atendimento externo</li> <li>• Elaboração do Regimento Interno</li> <li>• Melhorias no suporte técnico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastro de pregoeiros no TCE</li> <li>• Contratação módulo SIACE</li> <li>• Padronização de documentos</li> </ul>

### Principais Desafios

<b>Recursos Humanos</b> Escassez de agentes de contratação	<b>Sistemas CADUF</b> Redundâncias operacionais em múltiplos sistemas	<b>Estrutura Organizacional</b> Necessidade de atualização do Regimento Interno
---	--	--

### Ações de Mitigação de Riscos Implementadas

<b>Compliance e Controle</b> Implementação de checklist de conformidade para todas as contratações e matriz de riscos para processos críticos	<b>Automatização de Processos</b> Desenvolvimento de sistemas de alertas para vencimentos contratuais e documentações
<b>Capacitação Contínua</b> Programa regular de treinamento para equipes sobre novas legislações e procedimentos	<b>Auditoria Preventiva</b> Estabelecimento de rotinas de verificação prévia em processos de alto valor

Em síntese, a governança exercida pela SLC no exercício de 2024 pautou-se na mitigação de riscos, na adequação procedimental e na constante busca pela eficiência e transparência, resultando em contratações mais vantajosas ao erário e no fortalecimento dos controles administrativos.

# Superintendência de Parcerias e Concessões

## Apresentação

As PPPs, concessões e permissões devem ser compreendidas como instrumentos de políticas públicas nos quais o Estado está em ação por meio de delegação à iniciativa privada. Esses projetos são estratégicos para o desenvolvimento em infraestrutura, econômico e social do Piauí, uma vez que buscam trazer uma nova governança para a execução de políticas públicas cada vez mais complexas. Neste novo modelo, o Estado atua em conjunto com a iniciativa privada que além de investimentos também contribui com inovação e modernização dos serviços públicos. É neste contexto que a Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC, vinculada à Secretaria da Administração – SEAD possui como principais atribuições estruturar e monitorar os contratos de Parcerias Público Privadas – PPP, concessões e Permissões do Estado do Piauí.

O presente relatório possui o escopo de apresentar as principais ações realizadas pela SUPARC e suas diretorias ao longo do ano de 2024, contribuindo para a transparência e a *accountability* dos serviços prestados pela Superintendência.

Os projetos desenvolvidos e o acompanhamento dos contratos na área de PPPs e concessões consideram os marcos jurídicos federal e estadual. No âmbito do governo federal, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 define as concessões comuns como a delegação da prestação de um serviço público ao privado. Já as PPPs são definidas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 como um contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Na PPP patrocinada, o serviço é financiado por receitas tarifárias, adicionadas de contraprestações pecuniárias providas pela administração pública. Enquanto na PPP administrativa inexistente cobrança de tarifas e a remuneração da prestação dos serviços advém exclusivamente de contraprestações públicas.

Na esfera estadual, a Lei nº 5.494 de 19 de setembro de 2005, institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Piauí, destinada a fomentar, coordenar, estruturar, regular e fiscalizar a atividade de agentes do setor privado que, na condição de colaboradores, atuem na implementação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Estado e ao bem-estar coletivo.

O Programa de PPP desenvolvido por esta Superintendência, visa estabelecer diretrizes para a estruturação de projetos e monitoramento de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP) e Concessões no Estado do Piauí, com vistas à eficiência, à transparência e ao desenvolvimento sustentável, em consonância com a legislação federal acima apresentada. Destaca-se ainda que a execução do Programa de PPP é essencial para atração de novos investimentos os quais são

responsáveis pela geração de novos empregos, receitas tributárias e por dinamizar a economia do estado. Em 2024, foram estruturados novos projetos que resultaram em R\$ 11,24 bilhões em novos investimentos para o estado Piauí, ao longo dos próximos anos, e que serão responsáveis por impulsionar o ritmo da economia do estado com a geração de 54.056 empregos diretos, 24.492 empregos indiretos, 83.234 empregos via efeito renda, totalizando 162.783 empregos.

## GESTÃO

A Superintendência de Parcerias e Concessões – SUPARC teve sua atuação organizada entre unidade de assistência direta e imediata à Superintendente, que representa o Gabinete, incumbido de assessorá-la em assuntos de natureza administrativa, e informacional da gestão; e unidades de direção e execução programática, que correspondem às Diretoria de Estruturação de Projetos e a de Monitoramento e Gestão de Contratos.

**Figura 50 - Organograma da SUPARC**



### 3. DIRETORIA DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS (DEP)

A Diretoria de Estruturação de Projetos (DEP), vinculada à Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC), desempenha um papel essencial na coordenação e execução de projetos estratégicos voltados para o desenvolvimento da infraestrutura do Estado do Piauí. Suas atribuições incluem:

- Planejar, dirigir e controlar a estruturação e implantação de projetos de infraestrutura na administração pública estadual.

- Prospectar e executar ou prestar assessoramento técnico aos órgãos e entidades na estruturação de projetos em parcerias público-privadas (PPPs) ou concessões.
- Conduzir ou assessorar a realização de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) e outros mecanismos voltados para a participação do setor privado.
- Exercer atividades correlatas designadas pela autoridade superior.

Ao longo do ano de 2024, o DEP trabalhou na estruturação de diversos projetos, que abrangem áreas como saneamento, transporte, turismo e gestão pública. Abaixo, serão apresentados os status das principais entregas de cada projeto.

## **3.1. Projetos estruturados pela DEP**

### **Microrregião de Água e Esgoto (MRAE)**

---

A Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí (MRAE), criada pela Lei Complementar nº 262/2022, tem como principal objetivo conciliar a prestação dos serviços de saneamento básico – tratamento e abastecimento de água, além da coleta e tratamento de esgoto sanitário. Simultaneamente, busca assegurar uma prestação regular, de qualidade uniforme e ambientalmente adequada em todos os municípios do estado. Sendo assim, o projeto prevê a universalização dos serviços de saneamento, em conformidade com as metas estabelecidas pela legislação federal, priorizando a modicidade tarifária e a justiça social. Fazem parte do escopo do projeto os 224 municípios piauienses, que deverão alcançar 99% de cobertura no abastecimento de água até 2033 e 90% no esgotamento sanitário até 2040.

O projeto prevê investimentos de aproximadamente R\$ 9,6 bilhões de reais ao longo dos 35 anos de contrato e a geração de 46.189 empregos diretos, 21.782 empregos indiretos, 71.120 empregos via efeito renda, totalizando 139.001 empregos, nos primeiros anos de concessão.

A estrutura de governança aprovada na primeira assembleia extraordinária do colegiado da MRAE-PI permitiu que o Secretário Geral, o Comitê Técnico e a SEAD/SUPARC realizassem entregas significativas durante o ano de 2024.

O Colegiado da MRAE-PI deliberou acerca de 05 resoluções e aprovou o EVTE e os estudos jurídicos da concessão de água e esgoto. A SEAD/SUPARC conduziu o leilão de saneamento da MRAE-PI na B3, no qual a empresa Águas do Brasil se consagrou vencedora, possibilitando a assinatura do contrato de concessão ainda em dezembro de 2024.

#### **▪ Resoluções**

A seguir apresentamos as resoluções aprovadas pelo Colegiado da MRAE-PI e os seus respectivos conteúdos.

**Resolução CMRAE-PI 01/2023:** Institui o Regimento Interno do Colegiado da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí. Documento disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/resolucoes/>

**Resolução CMRAE-PI 02/2024:** A resolução versa sobre o exercício das funções de regulação e fiscalização da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí – MRAE. De forma específica, a Resolução CMRAE-PI 02 delega as funções de regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito da MRAE para a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI. Documento disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/resolucoes/>

**Resolução CMRAE-PI 03/2024:** Dispõe sobre as normas para a gestão pública do contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí – MRAE. A Resolução CMRAE 03/2024 estabelece as competências de das diferentes instituições no âmbito da gestão contratual, especificando o que deve ser decidido pelo Colegiado, pelo Comitê Técnico e pelo Conselho Participativo. Além de especificar a gestão dos bens afetados ao serviço de saneamento referente à área de concessão. Documento disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/resolucoes/>

**Resolução CMRAE-PI 04/2024:** Aprova o Plano Regional de Saneamento Básico – PRSB da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí – MRAE, disponível no endereço: Esgoto do Piauí, <https://suparc.sead.pi.gov.br/prsb/>. O PRSB foi peça fundamental para a elaboração dos estudos da concessão e sua posterior licitação. Documento disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/resolucoes/>

**Resolução CMRAE-PI 05/2024:** Dispõe sobre o critério de repartição do valor da outorga vencedora da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário entre os integrantes da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí – MRAE. Documento disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/resolucoes/>

#### ▪ **Regimentos Internos**

A estrutura de governança da MRAE-PI conta com dois Regimentos internos, sendo que em 31 de janeiro de 2024 foi entregue o **Regimento Interno do Comitê Técnico**, já previsto no Regimento Interno da MRAE-PI, aprovado em 14 de dezembro de 2023. O Comitê Técnico também deve deliberar sobre seu regimento interno, com o objetivo de estabelecer as normas e regras de funcionamento e deliberação do órgão. Documento Disponível em: <https://suparc.sead.pi.gov.br/regimento-interno-mrae/>.

#### ▪ **Plano Regional de Saneamento Básico- PRSB**

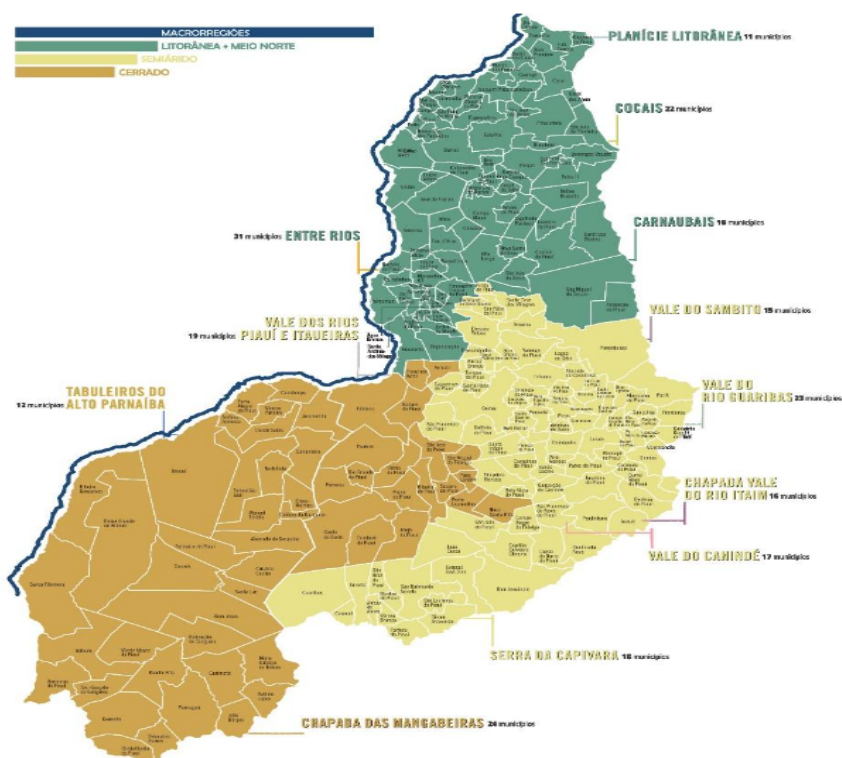
O PRSB-MRAE-PI tem como principal escopo delinear o planejamento estratégico para alcançar a universalização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios da Microrregião Água e Esgoto do Estado do Piauí (MRAE). O documento foi elaborado durante o ano de 2024, antes do leilão de saneamento. Neste sentido, os serviços estavam sob a gestão e operação conjunta da AGESPISA e das prefeituras locais.

Foi elaborado um planejamento específico para três macrorregiões do MRAE-PI, a saber:

- I. Meio-Norte e Litoral;
- II. Semiárido;
- III. Cerrado.

A figura a seguir permite uma visualização das macrorregiões do Estado do Piauí. Como podemos observar, o Estado é territorialmente extenso, o que resulta em diferenças regionais significativas. Neste sentido, o planejamento estratégico para a universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário foi delineado de acordo com as características de cada uma das macrorregiões, bem como os 12 Territórios de Desenvolvimento utilizados pelo Governo Estadual como direcionadores de estratégias desenvolvimentistas.

**Figura 51 - Macrorregiões do Estado do Piauí**



Fonte: PRSB-MRAE, Anexo II, 2024: 26

O referido planejamento abrangeu os a 224 municípios, sendo 3 deles (Teresina, Antônio Almeida e Landri Sales) apenas para suas áreas rurais, uma vez que os serviços de saneamento em suas zonas urbanas já estavam sob a concessão da iniciativa privada à época do desenvolvimento do plano. O PRSB-MRAE-PI é um documento técnico que reúne informações específicas sobre o setor de saneamento. Dessa forma, sua elaboração foi condição necessária para a realização da concessão do serviço. O documento e seus anexos estão disponíveis no seguinte endereço: <https://suparc.sead.pi.gov.br/prsb/>

### ▪ Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental – EVTEA

A partir do diagnóstico apresentado no PRSB sobre os serviços de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, estruturou-se um novo modelo para a exploração dos serviços no Estado do Piauí. Os estudos de engenharia apresentaram, de forma referencial, a infraestrutura mínima a ser implantada para que o estado atinja os percentuais mínimos de atendimento dos serviços de abastecimento de água – 99% e de esgotamento sanitário – 90% definidos pela Lei Federal nº 11.445/2007. A tabela a seguir, detalha essa infraestrutura necessária para o cumprimento das metas.

<b>Ativos Necessários à Universalização de Saneamento</b>		
<b>Ativo</b>	<b>Unidade</b>	<b>Soma de Quantidade</b>
<b>Aduтора</b>	m	953.487,71
<b>Booster</b>	l/s	55,28
<b>Cadastro Técnico</b>	hab	1.835.572,00
<b>Captação Subterrânea</b>	l/s	3.081,44
<b>Captação Superficial</b>	l/s	953,28
<b>Coletor</b>	m	218.829,14
<b>Estação de Tratamento de Água</b>	l/s	5.253,43
<b>Estação de Tratamento de Esgoto</b>	l/s	3.566,48
<b>Estação Elevatória de Água</b>	l/s	5.574,08
<b>Estação Elevatória de Esgoto</b>	l/s	7.291,11
<b>Fossa/Filtro</b>	l/s	878,58
<b>Geofonamento</b>	km	7.110,67
<b>Hidrometração</b>	unid	84.145,00
<b>Ligação de Água</b>	unid	72.914,00
<b>Ligação de Esgoto</b>	unid	511.181,00
<b>Linha de Recalque</b>	m	456.136,70
<b>Modelagem Hidraulica</b>	m	7.110.670,00
<b>Rede Coletora</b>	m	6.334.224,51
<b>Rede de Distribuição</b>	m	1.872.549,60
<b>Reservatório</b>	m <sup>3</sup>	149.291,10
<b>Setorização</b>	setores	724,00

**Fonte:** PRSB MRAE-PI, 2024.

Com o quantitativo definido, foi possível estimar o montante de investimento necessário à universalização, principal variável da modelagem econômico-financeira do nosso EVTEA. Além da infraestrutura necessária, o modelo também considerou a situação financeira dos prestadores do serviço – AGESPISA e prefeituras, buscando informações sobre as receitas, despesas e estrutura tarifária.

O projeto foi elaborado de acordo com a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado, em que os fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente por uma taxa de desconto que reflita os riscos do empreendimento. Quanto à data-base, o modelo traz valores de dezembro de 2023. O desenho do modelo foi projetado para a licitação de um contrato de CONCESSÃO COMUM, em que o poder público delega a prestação do serviço para um agente privado por um prazo previamente definido. O parceiro privado passa a ser remunerado pelas receitas tarifárias e passa a ter obrigações quanto a operações e os investimentos correlatos à área de concessão.

#### ▪ **Estudos Jurídicos**

Com os estudos técnicos definidos, o passo seguinte foi a elaboração do Edital de concessão e seus anexos. Definiu-se que a licitação fosse realizada e julgada de forma híbrida, pela combinação dos critérios de menor valor de tarifa (desconto) e maior valor de outorga. O objetivo deste critério foi a modicidade tarifária e a realização dos investimentos previstos na futura concessão.

Quanto a documentação, optou-se que a Comissão de Licitação analisasse somente os documentos da proponente classificada em primeiro lugar. A principal justificativa para essa opção refere-se a maior celeridade no processo licitatório, seguindo a tendência de outros leilões. Dentre os documentos de habilitação exigidos, destaca-se que a escolha pela qualificação técnica-profissional com foco da demonstração de captação de recursos no montante mínimo de R\$ 1.529.120.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e nove milhões e cento e vinte mil reais), para a viabilização de concessão de serviços públicos, incluindo as modalidades de Concessão Comum e Parceria Público-Privada (PPP). A justificativa para a referida exigência consistiu na importância da capacidade do futuro concessionário de conseguir financiamento no mercado para viabilizar os investimentos necessários. Optamos também por não limitar a experiência técnica prévia no setor de saneamento com o escopo de ampliar a competitividade do certame, permitindo que players de outros setores possuam condições reais de concorrer.

Em resumo, o estudo jurídico apresentou os seguintes produtos:

- Diagnóstico situacional do setor de saneamento no Estado;
- Edital de concorrência e seus anexos;
- A minuta do contrato e seus anexos;
- Minuta do Termo de Compromisso Ambiental.

A Minuta do Termo de Compromisso Ambiental se mostrou necessária diante da possibilidade de irregularidades e situações não contempladas pelas licenças emitidas aos operadores atuais dos serviços antes da assunção dos serviços pela CONCESSIONÁRIA. Com a incerteza da regularidade ambiental plena dos ativos em operação, minutou-se este termo, que poderá ser firmado entre a CONCESSIONÁRIA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Caso venha a ser celebrado, a CONCESSIONÁRIA, elaborará um Plano de Conformidade Ambiental, e executará, em prazo pactuado entre as partes, a regularização plena dos ativos dos sistemas de água e esgoto.

#### ▪ **Leilão MRAE-PI**

O leilão de saneamento da MRAE-PI ocorreu na B3 em São Paulo no dia 30 de outubro de 2024. O objetivo de realizar a licitação na B3 foi conferir maior transparência e visibilidade ao processo de concessão. A figura a seguir mostra o governador do Estado do Piauí Rafael Tajra Fonteles em seu discurso após o resultado do leilão. Dentre os temas abordados, o governador destacou a importância do projeto para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí.

**Figura 52 - Discurso do Governador do Estado do Piauí Rafael Tajra Fonteles**



**Fonte:** Comunicação da SEAD, 2024

A empresa vencedora foi a AEGEA Saneamento e Participações S.A., grupo brasileiro que atua na área de saneamento básico em diversos estados do Brasil. Na figura a seguir temos a equipe do Estado do Piauí batendo o martelo e confirmando a vitória da AEGEA.

**Figura 53 - Batida do Martelo na B3 pela Equipe do Estado do Piauí**



**Fonte:** Comunicação da SEAD, 2024

▪ **Contrato de Concessão dos Serviços de Água e Esgotamento Sanitário**

Após o leilão, a empresa vencedora deveria cumprir algumas obrigações para a assinatura do contrato, a saber:

- Constituir uma Sociedade de Propósito Específico – SEP;
- Efetivar a garantia de execução do contrato
- Realizar o pagamento da outorga à MRAE-PI
- Integralizar o capital social;
- Regularidade das certidões;
- Contratações de seguros;
- Pagamento da B3 e ressarcimento dos consultores.

Superadas as obrigações, no dia 26 de dezembro, a MRAE-PI e a Águas do Piauí SPE S.A. assinaram o contrato de concessão comum dos 224 municípios do Estado do Piauí. O modelo contratual por meio da MRAE-PI traz inovações institucionais significativas para a governança do contrato de concessão. Neste sentido, há diferentes atores operando diretamente na execução do contrato. A seguir temos um resumo das principais dos agentes institucionais no âmbito da concessão da MRAE-PI.

- **Poder Concedente:** MRAE-PI. Por ser um ente interfederativo com uma governança colegiada, as instâncias deliberativas da MRAE-PI atuam em distintas atividades.
- **Colegiado Microrregional será responsável por:**
  - Receber os relatórios periódicos de execução contratual;
  - Manifestar-se sobre temas submetidos pelo Secretário-Geral;
  - Delegar competências ao Comitê Técnico.
- **Secretário Geral será responsável por:**

- Executar a gestão contratual, com designação de unidade administrativa a ser definida por meio de resolução. Como essa resolução ainda não foi elaborada e aprovada, atualmente, a SEAD por meio da SUPARC realiza o papel de Unidade Administrativa do contrato, conforme previsto na Lei Estadual 288 de 2023;
- Acompanhar o contrato;
- Receber as garantias e seguros;
- Representar a MRAE-PI na interlocução entre a concessionária, a Agência Reguladora e o Verificador Independente;
- Selecionar o Verificador Independente.
- **Comitê Técnico será responsável por:**
  - Participar das revisões e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
  - Aprovar os relatórios da agência reguladora;
  - Alterar as áreas de abrangência da concessão;
  - Deliberar sobre os Planos de Investimentos
  - Deliberar sobre os casos omissos e controversos do contrato.
- **Agência Reguladora: Agência de Regulação dos Serviços Públicos do Estado do Piauí – AGRESPI será responsável por:**
  - Regular e fiscalizar a execução dos serviços;
  - Processar os reajustes tarifários;
  - Avaliar o cumprimento das metas;
  - Receber dados e informações do verificador independente;
  - Emitir pareceres e informações;
  - Canal de atendimento aos usuários dos serviços;
  - Avaliar os investimentos em bens reversíveis;
  - Indicar Intervenções.
  - Verificador Independente:
    - Dar suporte à fiscalização;
    - Acompanhar a execução do CONTRATO e verificar o cumprimento das obrigações contratuais sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA
  - Verificar e monitorar, mensalmente, os índices que compõem o INDICADORES DE DESEMPENHO,
  - Elaborar Relatórios de Desempenho da CONCESSIONÁRIA
  - Apoiar a AGÊNCIA REGULADORA na elaboração de relatórios, levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante de indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA
  - Acompanhar o processo de remuneração da CONCESSIONÁRIA,
  - Analisar e se manifestar sobre os planos elaborados pela CONCESSIONÁRIA;
  - Analisar e se manifestar sobre o cumprimento dos prazos pela CONCESSIONÁRIA;
  - Avaliar e emitir parecer, por meio de um relatório, acerca da Reavaliação da Área de Concessão;
  - Avaliar o andamento das ações de Gestão de Redução e Controle de Perdas e Programa Social e de Conscientização do USUÁRIO;

- Desenvolver sistema de tecnologia de informação para coleta, arquivo e disponibilização de dados e informações referentes aos INDICADORES DE DESEMPENHO;
- Assessorar o PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA nos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro,
- Acompanhar as vistorias realizadas pelo PODER CONCEDENTE e pela AGÊNCIA REGULADORA;
- **AGESPISA e Operadores pré-concessão: É obrigação das empresas ou operadores atuais transferir a operação em até 6 meses para a concessionária.**
  - Concessionária: É obrigação da empresa prestar os serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotamento sanitário na área de abrangência da concessão, nos termos do contrato assinado entre a concessionária e o poder concedente
  - Usuários: É um direito dos usuários receber os serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotamento sanitário, de acordo com os parâmetros estabelecidos em contrato.
- **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA. É obrigação da ANA estabelecer as Normas de Referências para o setor de saneamento básico.**

A figura a seguir resume a governança do contrato, descrita anteriormente.

**Figura 54 - Governança do Contrato (MRAE)**



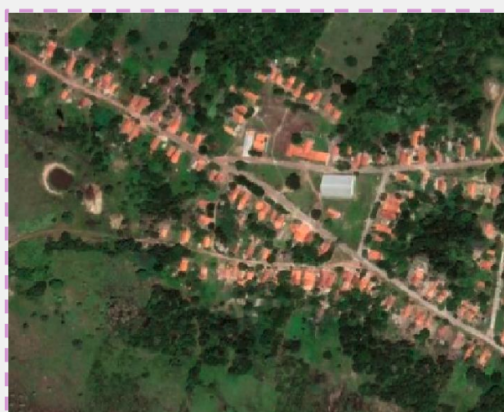
**Fonte:** EVTEA da MRAE-PI, 2024.

Uma inovação específica do contrato da MRAE-PI refere-se ao atendimento à zona rural dos municípios. Até o momento, todas as concessões dos serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotamento sanitário abrangem somente as áreas urbanas. Dessa forma, a MRAE-PI assinou o primeiro contrato no Brasil que estabelece metas de universalização, tanto para a zona urbana, quanto para a zona rural dos municípios piauienses.

No caso da zona rural, o contrato divide os municípios entre aglomerado rurais e rural disperso. A figura a seguir ilustra bem a diferença entre as duas tipologias rurais. No caso do aglomerado temos aproximadamente 72 casas próximas uma das outras,

enquanto no disperso no Povoado Vista Alegre há poucas casas e relativamente distantes uma das outras. Essa diferenciação é importante porque o contrato prevê que o aglomerado rural será atendido como a zona urbana com as metas estabelecidas pela Lei Federal 14.026 de 2020, enquanto o rural disperso será atendido por demanda com um valor fixo de R\$ 20 milhões anuais. Deve-se destacar que o rural disperso não será cobrado por sua demanda. O modelo estruturado demonstra ser bastante inovador e inclusivo.

**Figura 55 - Aglomerado Rural x Rural Disperso**



Assentamento Vila Carolina, município Campo Largo do Piauí. Aproximadamente, 72 domicílios (288 hab).



Povoado Vista Alegre, localizado a 26,6km do Perímetro Urbano de Acauã. Poucas casas e distância significativa do centro urbano do município.

**Fonte:** EVTEA da MRAE-PI, 2024.

▪ **RESUMO DAS PRINCIPAIS ENTREGAS:**

- Elaboração de Resoluções para regulamentar as normas e regras de funcionamento;
- Elaboração de editais para a instituição dos órgãos que compõem a governança da MRAE-PI;
- Elaboração do Plano Regional de Saneamento Básico – PRSB;
- Elaboração dos Estudos de Viabilidade, Técnica Econômica e Ambiental – EVTEA e dos estudos jurídicos;
- Realização do leilão;

- Assinatura do contrato de concessão.
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
  - CAPEX TOTAL (estimado): \$ 9.557.000.000,00
  - OPEX (estimado): R\$ 404.484.000,00/ano
  - Prazo (estimado): 35 anos
  - Modalidade proposta: Concessão comum, com outorga de R\$ 1 bilhão

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Teresina - sede da APPM

**Público Alvo beneficiado:** 224 municípios do Piauí

**Resultados:** Assinatura do contrato de concessão de água e esgotamento sanitário para todo o Estado do Piauí pelo prazo de 35 anos.

## **Estádio Governador Alberto Tavares Silva (Albertão)**

O Estádio Governador Alberto Tavares Silva, conhecido como Albertão, foi inaugurado em 1973 e é o maior estádio do Piauí, localizado em Teresina. Um marco no esporte local, o estádio foi projetado para receber grandes eventos esportivos, especialmente futebol. Nesse sentido, o projeto de concessão do Estádio busca solucionar desafios de manutenção e gestão por meio de uma parceria público-privada (PPP). Administrado pela Secretaria de Esportes do Estado do Piauí (SECEPI), o estádio enfrenta dificuldades financeiras, com despesas que superam as receitas atuais, devido ao baixo número de eventos realizados e à subutilização da infraestrutura. Portanto, o objetivo é modernizar sua estrutura, instalar novos equipamentos, garantir a gestão e manutenção adequada, além de transformar o Albertão em uma arena multiuso, possibilitando atividades esportivas, de lazer, comerciais, dentre outras, com maior conforto e segurança para os usuários.

De acordo com o estudo técnico que apontou a viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para a necessidade de uma parceria com o setor privado para adequação, gestão e manutenção do estádio, é que o Governo do Estado do Piauí, por meio da Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC), concluiu-se que a modalidade para a Parceria Público-Privada mais adequada seria a concessão administrativa, pela sua intrínseca capacidade de permitir, em regime de eficiência contratual, a realização dos investimentos necessários para transformar o Albertão em uma arena multiuso, sem a necessidade de aportes financeiros imediatos por parte do poder público.

Com isso, tal modalidade é capaz de assegurar:

- a) Sustentabilidade financeira:** O estádio, atualmente subutilizado, tem custos de manutenção que ultrapassam significativamente as receitas

geradas. A concessão administrativa permite que o poder concedente (Estado) realize os pagamentos ao concessionário pela prestação dos serviços, mitigando o impacto fiscal imediato e garantindo que o projeto seja financeiramente viável.

**b) Maior eficiência na gestão:** O setor privado tem maior capacidade de gestão eficiente e inovadora, com incentivos ao desempenho e à qualidade do serviço prestado. A transferência de responsabilidade pela operação, manutenção e modernização do estádio para o parceiro privado resultará em uma operação mais profissional e rentável. Logo, com a transferência da responsabilidade pela operação e manutenção do estádio para o parceiro privado, o Estado se verá aliviado dos altos custos operacionais, ao mesmo tempo em que garante a continuidade dos serviços de maneira mais eficiente.

**c) Parcerias de sucesso em outros estádios:** A modalidade de concessão administrativa já demonstrou sucesso em outros projetos de grande porte, como o Estádio Mineirão em Minas Gerais, que passou por uma Parceria Público-Privada bem-sucedida.

Um outro ponto que é válido destacar, é o alinhamento com a Política Nacional e Estadual de Esporte e Lazer. O projeto de concessão administrativa para o Estádio Albertão está em plena conformidade com a Lei Federal nº 9.615/1998 (Lei Pelé), que estabelece a promoção do desporto como direito social e instrumento de inclusão social e desenvolvimento. Além disso, está alinhado com a Lei Estadual nº 6.410/2013, que visa fomentar o acesso da população piauiense ao esporte e ao lazer, integrando as atividades esportivas ao cotidiano das comunidades e promovendo o bem-estar social.

Logo, a nível estadual, o projeto contribuirá para o fortalecimento do setor de esportes e lazer, colocando o Piauí em destaque como promotor de eventos de grande porte, atraindo investimentos e consolidando a imagem do Estado como um polo de eventos esportivos e culturais.

Assim, com a consequência de tais benefícios significativos, será visível um estímulo à economia local impulsionando o turismo e o comércio nas imediações, o que contribuirá para o fomento da criação de empregos diretos e indiretos, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico regional.

O projeto prevê investimentos de R\$ 91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais) de reais ao longo dos 35 anos de contrato e a geração de 441 empregos diretos, 208 empregos indiretos, 679 empregos via efeito renda, totalizando 1.327 empregos, nos primeiros anos de concessão.

▪ **PRINCIPAIS ENTREGAS:**

- Consulta Pública concluída em 12 de novembro de 2024.
- Em 17 de novembro de 2024 foi realizado o Road Show para atrair potenciais investidores.

- Realização da Audiência Pública, em 18 de novembro de 2024, para apresentação e colhimento de sugestões e contribuições para o aprimoramento do projeto.

▪ **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

- CAPEX TOTAL (estimado): R\$ 91,6 milhões
- OPEX (estimado): R\$ 8,4 milhões/ano
- Prazo (estimado): 35 anos
- Modalidade proposta: PPP na modalidade concessão administrativa

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Teresina - Zona Sul

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

### **Remoção, guarda e hasta pública de veículos - Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PI)**

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece a competência dos entes públicos em prestar os serviços de remoção, guarda e hasta pública de veículos apreendidos. O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-PI) é o ente público responsável por este serviço no âmbito estadual. Com o objetivo de conceber maior agilidade e eficiência ao serviço público prestado, o projeto tem por escopo a concessão destes serviços à iniciativa privada.

Atualmente, o Governo do Estado do Piauí por meio do DETRAN-PI possui 4 pátios para a prestação dos serviços de remoção, guarda e hasta pública de veículos apreendidos localizados nas cidades de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano. Considerando a extensão territorial do Piauí, o projeto propõe a ampliação do serviço com a criação de novos pátios nas cidades de Piripiri, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Uruçuí. O projeto prevê investimentos de R\$ 48.682.715,00 (quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e quinze reais), ao longo dos 30 anos de contrato e a geração de 234 empregos diretos, 110 empregos indiretos, 361 empregos via efeito renda, totalizando 705 empregos, nos primeiros anos de concessão.

Embora tenha ocorrido aprovação dos estudos técnicos e econômico-financeiros, aguarda-se a modelagem jurídica para ratificar o EVTE em sua integralidade.

▪ **PRINCIPAL ENTREGA:**

- Conclusão em dezembro de 2024 do EVTEA das modelagens técnico-operacional e econômico-financeiras.

▪ **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

- Capex (estimado): R\$ 48.682.715,00
- Opex anual médio (estimado): R\$ 13.461.270,37 /ano
- Prazo: 30 anos
- Modelo: Concessão Comum

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Piripiri, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

### **Parque de Exposição Governador Dirceu Arcoverde**

---

O projeto consiste na revitalização, operação e manutenção do Parque de Exposição Governador Dirceu Arcoverde, por meio de parceria com a iniciativa privada. O Parque se destaca devido à sua vasta área e à sua localização privilegiada. Essas características o tornam um importante instrumento para a diversificação da matriz econômica da capital, com foco na economia criativa. O projeto tem o potencial de impulsionar a geração de empregos e renda, além de fomentar setores associados a essa área de desenvolvimento econômico, tanto em Teresina quanto na região. O projeto prevê investimentos de R\$ R\$ 37.473.256,31 (trinta e sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais, trinta e um centavos), ao longo dos 30 anos de contrato e a geração de 180 empregos diretos, 85 empregos indiretos, 278 empregos via efeito renda, totalizando 543 empregos, nos primeiros anos de concessão.

Na concessão de uso, fica delegado ao parceiro privado a exploração econômica privativa de um bem público, em que os investimentos e remuneração são por conta e risco da concessionária.

Entretanto, após ampla análise econômico-financeira, constatou-se a necessidade de um subsídio de obra pública, a ser custeado pelo Poder Concedente na fase inicial dos trabalhos a fim de garantir a viabilidade do projeto. Este subsídio não se confunde com os aportes que viabilizam projetos de concessões administrativas ou patrocinadas, trata-se de um investimento público a ser realizado em um bem reversível que retomará à sua propriedade ao final do período concessório.

O valor do subsídio público foi calculado a partir de um valor mínimo necessário para zerar o valor presente líquido do Fluxo de Caixa. Em outros termos, trata-se do recurso que torna o projeto viável para o futuro parceiro privado e, ao mesmo tempo, é o menor investimento público necessário para garantir a viabilidade do projeto, tendo

como cenário base, o valor do subsídio de obra pública de R\$ 5.555.719,11 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e onze centavos), cujo trâmite de pagamento está previsto no Contrato de Concessão.

É oportuno destacar que, a concessão de uso com a realização de subsídio financeiro por parte do Poder Concedente não é vedado, desde que observadas as normas relativas à isonomia entre os licitantes interessados, a existência de lei autorizativa específica, a ser submetida à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, tratamento e registro contábil apartado de ambos os pólos contratuais e que estes investimentos sejam realizados em bens reversíveis desde o início da concessão e não gerem receita financeira além do custo para a concessionária, nem ensejem direito a indenização ou reequilíbrio contratual.

Embora tenha ocorrido aprovação dos estudos técnicos e econômico-financeiros, aguarda-se a modelagem jurídica para ratificar o EVTE em sua integralidade.

▪ **PRINCIPAIS ENTREGAS:**

- Conclusão em dezembro de 2024 da minuta da lei autorizativa, revisada e pronta para encaminhamento.
- Conclusão em dezembro de 2024 do EVTEA, das modelagens técnico-operacional e econômico-financeiras. Já a modelagem jurídica foi entregue com necessidade de ajustes para publicação de consulta pública.

▪ **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

- CAPEX (estimado): R\$ 37.473.256,31
- OPEX (estimado): R\$ 6.249.657 /ano
- Prazo: 30 anos
- Modalidade: Concessão de Uso

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Teresina – Zona Rural

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## **Parque Potycabana**

---

O Parque Potycabana está localizado na zona urbana da cidade de Teresina, no Estado do Piauí, na Avenida Raul Lopes, às margens do Rio Poty, entre os shoppings Riverside e Teresina. O projeto de Concessão do Parque Potycabana visa apresentar soluções de melhoria para a manutenção e operação do parque, a fim de ampliar a presença da população no equipamento, considerando sua vocação para o lazer ao ar livre, além do aprimoramento da gestão, indispensável à conservação e preservação ambiental.

- **Status:**
  - Iniciada a elaboração do EVTEA
  
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
  - CAPEX: Em estudo
  - OPEX: Em estudo
  - PRAZO: Em estudo
  - MODALIDADE: Concessão de Uso

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Teresina – Zona Leste

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## **Complexo do Litoral**

---

Dentre os potenciais de turismo do Estado do Piauí, destaca-se o litoral com seus 66km de extensão, com um leque de atrativos que permitem aos turistas aproveitar a natureza e desfrutar das belas paisagens do delta, práticas de esportes como o Kitesurf e as belas praias. O Complexo Turístico do Litoral do Piauí, conhecido como “Colônia do IAPEP” foi construído pelo Governo do Estado Do Piauí nos anos 1970 no município de Luís Correia, a 350 km da capital Teresina, com intuito de estimular o potencial turístico da região litorânea do Estado. O complexo está localizado na Avenida Piauí, nº 1940. A infraestrutura é administrada atualmente pela Secretaria de Administração, através da Lei nº 6.672, de 18 de junho de 2015”.

Nesse sentido, o objetivo principal do projeto é estruturar a modelagem técnica e econômico-financeira do projeto de construção, modernização, reforma, ampliação, manutenção e gestão do empreendimento turístico do Complexo do Litoral através de uma concessão de uso, transformando-o em um hotel de alto padrão para os servidores e o público em geral. Esse será mais um instrumento para o desenvolvimento do turismo no litoral piauiense.

Os estudos elaborados preveem investimentos de aproximadamente R\$ 29.450.031,69 (vinte e nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil, trinta e um reais e sessenta e nove centavos) ao longo dos 35 anos de contrato e a geração de 142 empregos diretos, 67 empregos indiretos, 218 empregos via efeito renda, totalizando 427 empregos, nos primeiros anos de concessão.

- **ENTREGA:**

- Conclusão em julho de 2024 do EVTEA e das minutas de edital e contrato, mas encontra-se em fase de compatibilização com as novas obras do porto. O que sugere possível readequação.
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
- CAPEX (estimado): R\$ 29.450.031,68 (referente aos investimentos obrigatórios)
  - OPEX: R\$ 2.846.177/ano
  - Prazo: 35 anos
  - Modalidade da proposta: Concessão de uso

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Litoral piauiense

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## **Porto dos Tatus**

---

O projeto visa à modernização, revitalização, operação e manutenção do PORTO DOS TATUS, em parceria com a iniciativa privada. O Porto fica localizado na cidade de Ilha Grande, a 11km de Parnaíba, no litoral do Piauí. O equipamento é essencial para a infraestrutura turística, pois de lá se inicia o passeio do Delta do Parnaíba, um arquipélago de 2.700 quilômetros quadrados formado por mais de 70 ilhas. O Delta do Parnaíba é o único delta em mar aberto das américas, o terceiro maior do mundo, e está situado em um dos trechos turísticos mais atrativos e fortes do país, a Rota das Emoções. Nesse sentido, o Porto dos Tatus possui localização privilegiada, tornando-o um importante instrumento para o fortalecimento da infraestrutura turística do litoral piauiense. Portanto, o projeto tem o potencial de impulsionar a geração de empregos e renda, além de fomentar setores associados a essa área de desenvolvimento econômico em Ilha Grande quanto na região. Além disso, beneficia os moradores locais que utilizam o Porto dos Tatus para o acesso às vilas e ilhas que habitam.

Infere-se dos estudos que a modalidade de permissão de uso do imóvel é a melhor opção para viabilizar o funcionamento do equipamento, uma vez que a operação e a gestão pela iniciativa privada não demandarão investimentos vultosos e nem acarretará riscos econômicos ou financeiros ao permissionário.

Acerca da gratuidade da permissão, é importante enfatizar que, embora não haja a obrigação do permissionário em realizar investimentos de capital expressivo para execução de obras no imóvel, resta prevista, no termo de permissão, a obrigação de execução de intervenções básicas necessárias para melhorar o equipamento, com aquisição de insumos básicos capazes de dar funcionalidade ao local com a qualidade

imposta pelo governo, além dos custos inerentes à própria gestão e manutenção do local. O contrato terá prazo de 05 anos.

- **ENTREGA:**
  - A modelagem foi concluída em 2024 e está sob avaliação da PGE.
  
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
  - CAPEX: Sem investimentos (recente urbanização e revitalização realizada pelo Governo do Estado (SETRANS))
  - OPEX: R\$ 187.158,74 /ano
  - Prazo: 05 anos
  - Modalidade: Permissão de Uso

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Ilha Grande-PI / Litoral piauiense

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## **Aeroporto de Parnaíba**

---

O Aeroporto de Parnaíba/Prefeito Doutor João Silva Filho (SBPB), localizado no município de Parnaíba, no Piauí, é objeto do Contrato nº 001/2022, que abrange a prestação de serviços públicos de administração, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação aeroportuária. O contrato, celebrado entre a Secretaria de Transportes do Estado do Piauí, na qualidade de Poder Concedente, e a concessionária SBPB Parnaíba Sociedade de Propósito Específico LTDA, está em fase de aditivação para adequações e aprimoramentos necessários à execução dos serviços. O aeroporto desempenha um papel estratégico no desenvolvimento regional, contribuindo para a conectividade e o fortalecimento da economia local.

- **STATUS:**
  - Foi iniciado o processo de elaboração do EVTEA para o aditivo de ampliação.
  
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
  - CAPEX: Em estudo
  - OPEX: Em estudo
  - Prazo: Em estudo
  - Modalidade: Em estudo

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Parnaíba-PI

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## **Hotel Pedro II**

---

O projeto do Hotel Pedro II é fundamental para o desenvolvimento do turismo na cidade de Pedro II, um dos principais destinos turísticos do Piauí. A Rede Integrada de Hotéis e Pousadas do Piauí, conhecida como RIMO, é composta por 5 hotéis inaugurados na década de 1990 e espalhados pelo estado. Sob Gestão da Piauí Empresa de Turismo (PIEMTUR) até 1997, a RIMO foi arrendada à iniciativa privada e posteriormente entrou em situação de liquidação judicial. O projeto em estruturação contempla a filial de Pedro II e segue o modelo preferencial de uma concessão de uso, que visa a transformar o empreendimento em um hotel de alto padrão, impulsionando o turismo e investimentos na região. Sendo assim, com a modernização do hotel, serão oferecidas melhores acomodações e serviços, o que atrairá mais visitantes, especialmente durante eventos como o Festival de Inverno de Pedro II. O projeto prevê investimentos de R\$ 7.007.000,00 (sete milhões e sete mil reais) de reais ao longo dos 35 anos de contrato e a geração de 34 empregos diretos, 16 empregos indiretos, 52 empregos via efeito renda, totalizando 102 empregos, nos primeiros anos de concessão.

- **STATUS:**
  - Etapa final de estruturação da modelagem econômica e jurídica do projeto.
  
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
  - Capex (estimado): R\$ 7.007.000,00
  - Opex (estimado): R\$ 1.412.426,14/ /ano
  - Prazo: 35 anos
  - Modelo: Concessão de Uso

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** Pedro II-PI

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## Aviação Regional

O projeto de Aviação Regional no Piauí é uma iniciativa que busca melhorar a conectividade aérea dentro do estado e com outras regiões do Brasil. Em parceria com a iniciativa privada, o projeto visa desenvolver a infraestrutura aeroportuária, ampliar a oferta de voos e estimular o crescimento econômico local. Essa colaboração entre o governo estadual e a iniciativa privada é fundamental para superar desafios de financiamento e gestão, garantindo a eficiência e a sustentabilidade das operações aeroportuárias.

- **STATUS:**
  - O projeto foi iniciado e está em fase de estruturação.
  
- **RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**
  - CAPEX: Em estudo
  - OPEX: Em estudo
  - Prazo: Em estudo
  - Modalidade: Em estudo

**Municípios e/ou territórios abrangidos:** A definir pelos estudos de viabilidade do projeto

**Público Alvo beneficiado:** População piauiense

**Resultados:** Processo em andamento

## 3.2. Entrega dos projetos previstos para 2025:

1. Licitação da PPP do Estádio **Albertão**;
2. Licitação da PPP de **remoção, guarda e hasta pública - Detran**;
3. Licitação da PPP da **Potycabana**;
4. Licitação da PPP do **Parque de Exposição**;
5. Licitação da PPP do **Hotel RIMO de Pedro II**.
6. Elaboração do EVTEA da PPP de **Perímetros Irrigados**;
7. Elaboração do EVTEA dos **hotéis RIMO de Amarante, Corrente e Canto do Buriti**;
8. Conclusão do EVTE do aditivo do **Aeroporto de Parnaíba**.
9. Chamamento Público do **Porto dos Tatus**.
10. Conclusão do EVTE da **Aviação Regional**.

### 3.3. Consultorias

A contratação de consultorias de modelagem técnico, econômico-financeira tiveram como finalidade garantir o apoio à Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD), através de sua Superintendência de Parcerias e Concessões (SUPARC), na estruturação de parcerias com a iniciativa privada.

No ano de 2024, foram contratadas duas consultorias especializadas em diferentes etapas de Parcerias Público-Privadas e Concessões, para prestar auxílio na produção de pareceres técnicos de PPPs em execução, mais especificamente a fim de revisar os estudos no Estádio Governador Alberto Silva.

Trata-se de contrato firmado entre o Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria da Administração, e a empresa **Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia LTDA (Contrato 455/2024)**, cujo objeto consiste na contratação de consultoria para elaboração dos estudos técnicos, operacional e econômico-financeiro para a adequação, gestão e manutenção do Estádio Albertão, com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial, a elaboração dos documentos necessários a subsidiar o procedimento licitatório para contratação de concessionárias dos serviços públicos relacionados ao Estádio Albertão, com vigência até 12/09/2025, no valor de R\$ 1.315.000,00 (um milhão, trezentos e quinze mil reais).

Os serviços contratados estão sendo executados mediante a entrega de produtos, faseados da seguinte forma: 1ª Fase – Análise de Vocaçãõ(Levantamento de alternativas; Modelagem financeira preliminar; e Avaliação e definição da vocação do complexo); 2ª Fase –Estudos de Viabilidade (Validação dos escopos aproveitáveis da MIP precedente; Elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica; Adaptação dos documentos jurídicos; e a Elaboração dos documentos para Consulta Pública); 3ª Fase –Consulta a stakeholders (Aprovação nas diversas instâncias (governança); Consulta e audiências públicas; Market sounding ; Apoio técnico aos esclarecimento; e Eventuais revisões nos documentos) 4ª Fase Publicação do edital e certame (Apoio nos esclarecimentos de questionamentos ao edital e Apoio em tratativas com terceiros) até a homologação da licitação.

O segundo contrato firmado entre o Estado do Piauí, por intermédio da Secretaria da Administração, e a empresa BCMF ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA (**Contrato nº 485/2024**), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para elaboração de anteprojeto arquitetônico, com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial, a elaboração dos documentos, necessários a subsidiar o procedimento licitatório para contratação de concessionárias dos serviços públicos relacionados ao Estádio Albertão, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “c” da Lei nº 14.133/2021, com vigência até 24/09/2025, no valor de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

Portanto, também relacionado à concessão do Estádio Albertão em que os serviços contratados estão sendo executados mediante a entrega de produtos, faseados da seguinte forma: 1ª Fase – Levantamentos de dados e campo, programa de necessidades e estudo de vocação. 2ª Fase – Estudo conceitual e anteprojeto arquitetônico; 3ª Fase – Apoio à Consulta e audiências públicas; Market Sounding, apoio técnico aos esclarecimentos e eventuais revisões nos documentos.

## **4. DIRETORIA DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE CONTRATOS (CMOG)**

### **4.1. Do contexto da Diretoria**

O Governo do Estado do Piauí, na vanguarda das políticas de transparência na condução da Administração Pública, em especial no que se refere à gestão dos contratos firmados no âmbito do Programa de Parcerias Público Privadas, apresenta o “Manual de Gestão de Contratos de Concessões e Parcerias Público Privadas do Estado do Piauí”, um instrumento voltado para regular os procedimentos de Gestão e Monitoramento das Parcerias celebradas entre o poder público estadual e o setor privado.

A SUPARC, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Estadual Ordinária nº 5.494 de 19 de setembro de 2005, que instituiu o Programa de Parcerias Público Privadas do Estado do Piauí, alterada pela Lei Ordinária nº 6.935 de 29 de dezembro de 2016, tem, dentre outros, o encargo de acompanhar a execução das atividades desenvolvidas no âmbito dos contratos celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, através de parcerias público-privada ou concessões, e imprimir o máximo de transparência sobre os projetos, com o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento deste modelo contratual.

Posto isso, a Diretoria de Monitoramento e Gestão de Contratos, vinculada à SUPARC, surge com a necessidade de melhorar a sistemática e os procedimentos de gestão e fiscalização de contratos e atos jurídicos análogos, com o propósito de racionalizar os trabalhos e o tempo, a partir da definição exata das atribuições e às responsabilidades dos gestores e partes presentes nos contratos de PPP e Concessões, sob o prisma do controle da gestão pública por meio de ações preventivas.

A gestão e o monitoramento dos instrumentos firmados consistem em atividades coordenadas, proativas e preventivas, que visam a execução eficiente dos contratos e que tem como objetivo maior alcançar os resultados pactuados.

Segundo a Resolução nº 002/18, do Conselho Gestor de PPP do Estado do Piauí, os papéis e responsabilidades do CMOG devem seguir as premissas e os princípios

listados abaixo:

1. Efetiva participação;
2. Respeitabilidade;
3. Transparência;
4. Prestação de contas;
5. Equidade;
6. Eficiência;
7. Parceria.

Importante ressaltar que as Concessionárias, no ano de 2024, investiram R\$ 1.260.772.304 bilhões de reais, com a geração de 15.730 empregos atualizados no mesmo ano de 2024.

Diante do Relatório de Gestão Anual – 2024, ressalta-se que, atualmente, há 17 Contratos sob a Diretoria de Monitoramento e Gestão de Contratos.

## 4.2 Das atividades em Geral

No ano de 2024 a Diretoria participou, efetivamente, em tarefas a ela designadas. Dentre as quais podemos relatar as seguintes:

- **52 (cinquenta e duas) visitas de monitoramento, *in locu***, dos Contratos;
- Produção e Publicação de **51 (cinquenta e um) Relatórios Trimestrais** referentes aos 17 (dezessete) contratos;
- **106 (cento e seis) Relatórios Monitorados** - enviados pelas Concessionárias;
- **72 (setenta e dois) Relatórios Monitorados** - enviados pelos Verificadores Independentes dos Contratos;
- Participação na **revisão do Manual CMOG**, a ser publicada no ano de 2025;
- Elaboração da **revisão da legislação estadual do Programa de PPP**, a ser publicada no ano de 2025;
- Apoio na **revisão do Edital, Contrato e Anexos, referente ao Estádio Albertão**;
- Apoio na ação da Secretaria da Mulher referente ao **Selo Mais Mulheres**;
- Participação na transição do **Contrato MRAE**;
- Elaboração do modelo do Edital, Contrato e Anexos, referente ao Complexo do Litoral - **Colônia do IAPEP**.
- Elaboração da Nota Técnica - SUPARC, referente ao **Projeto Gestão de Riscos Fiscais, enviada para a SEPLAN**, em cumprimento à etapa do referido programa;
- **Alinhamento** com os representantes das Concessionárias, Verificador Independente dos Contratos, CMOG dos contratos e membros dos Poderes Concedentes, bem como demais interessados, para melhor fruição dos contratos.
- **Monitoramento dos processos de pagamento** das contraprestações, reequilíbrios e reembolso, indenizações para melhor andamento dos mesmos.

- Acompanhamento e assessoramento na **Fiscalização do TCE** junto aos Contratos: **Miniusinas, Zoobotânico e Transcerrados.**

## 4.3 Dos Contratos

### **MINIUSINAS – CONTRATOS Nº 03/2020 E 04/2020**

O CONTRATO Nº 03/2020 apresenta como Poder Concedente a Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Piauí – SEDUC, como Concessionária a GM Energia SPE Ltda (GM Energia), e como Interveniente anuente a Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí – SEPLAN. A usina está localizada na cidade de Coivaras – PI. O contrato foi assinado em 07/12/2020, com o prazo de 25 anos.

O objeto do contrato é a construção, operação, manutenção e gestão de uma miniusina de geração de energia fotovoltaica, com gestão e operação de serviços de compensação de créditos de energia elétrica de 650.000 kWh/mês. Para auxiliar o Estado na fiscalização do contrato, a empresa SAECULARIS Desenvolvimento Profissional LTDA foi contratada como Verificador Independente.

No que se refere ao CAPEX, o projeto previu um total de R\$ 16.410.709,00 milhões por parte da concessionária. Por ser uma PPP administrativa, o Governo do Estado realiza o pagamento de uma ccontraprestação mensal no valor de R\$ 487.986,65.

O CONTRATO Nº 04/2020 apresenta como Poder Concedente a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Piauí – SESAPI, como Concessionária a GM Energia SPE Ltda (GM Energia) e como Interveniente anuente a Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí – SEPLAN. A planta da miniusina foi dividida entre as cidades de Altos e Coivaras – PI.

O objeto do contrato é a construção, operação, manutenção e gestão de uma miniusina de geração de energia fotovoltaica, com gestão e operação de serviços de compensação de créditos de energia elétrica de 650.000 kWh/mês. Para auxiliar o Estado na fiscalização do contrato, a empresa SAECULARIS Desenvolvimento Profissional LTDA foi contratada como Verificador Independente. O contrato foi assinado em 07/12/2020, com previsão contratual de 25 anos.

No que se refere ao CAPEX, o projeto previu um total de R\$ 16.410.709,00 milhões por parte da concessionária. Por ser uma PPP administrativa, o Governo do Estado realiza o pagamento de uma ccontraprestação mensal no valor de R\$ 487.986,65.

Em relação aos Contratos 03/2020 e 04/2020, as principais atividades no ano de 2024, foram as seguintes:

- Acompanhamento da Fiscalização do TCE junto ao Contrato nº 03/2020.
- Revisão ordinária dos contratos de miniusinas, em conjunto com o Verificador Independente, Concessionárias e CMOG dos contratos, encaminhando para a PGE-PI para análise.
- Tratativas com a Equatorial sobre o desligamento das usinas vinculadas aos Contratos de miniusinas.
- Tratativas com a Consultoria Águila para a melhor eficiência dos custos do Governo, no que tange os gastos com energia e encaminhamentos para alteração do Poder Concedente, da SESAPI para SEAD.
- Notificação da empresa de verificação independente para instalação de software previsto no contrato.
- Realização de 08 visitas técnicas para monitoramento da execução dos contratos junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 08 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos, bem como tratativas para assinatura dos membros CMOG e publicação no site da SUPARC.

## **MINIUSINAS CONTRATOS Nº 07/2020 E 08/2020**

---

No que se refere ao Contrato nº 07/2020 o Poder Concedente é a Secretaria de Estado da Administração – SEAD, a Concessionária Rio Poti Energia e o Interveniente anuente a Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí - SEPLAN. A miniusina está localizada na cidade Campo Maior no Estado do Piauí. O contrato foi assinado em 07/12/2020, com data de início da Concessão em 25/04/2022 e prazo de 25 anos.

O Objeto do contrato é a construção, operação, manutenção e gestão de uma miniusina de geração de energia fotovoltaica, com gestão e operação de serviços de compensação de créditos de energia elétrica de 650.000 kWh/mês. Para auxiliar o Estado na fiscalização do contrato, a empresa SAECULARIS Desenvolvimento Profissional LTDA foi contratada como Verificador Independente.

Quanto ao CAPEX, o projeto previu investimentos de de R\$ 17.813.769,25 milhões. Por ser uma PPP administrativa, o Governo do Estado realiza o pagamento de uma ccontraprestação mensal no valor de R\$ 484.858,52.

Já o contrato nº 08/2020 o Poder Concedente é a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a Concessionária é a Rio Poti Energia e a interveniente anuente a SEPLAN. A usina está localizada na cidade Altos – PI. O contrato foi assinado em 07/12/2020, com data de início da Concessão em 25/04/2022 e prazo de 25 anos.

O Objeto do contrato é a construção, operação, manutenção e gestão de miniusina de geração de energia fotovoltaica, com gestão e operação de serviços de compensação de créditos de energia elétrica de 650.000 kWh/mês. Para auxiliar o Estado na fiscalização do contrato, a empresa SAECULARIS Desenvolvimento Profissional LTDA foi contratada como Verificador Independente.

O valor do CAPEX previsto no contrato foi de R\$ 17.813.769,25. Por ser uma PPP administrativa, o Governo do Estado realiza o pagamento de uma ccontraprestação mensal no valor de R\$ 484.858,52.

Em relação aos Contratos 07/2020 e 08/2020, as principais movimentações no ano de 2024, foram as seguintes:

- Alteração de Poder Concedente da Miniusina da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ para a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, referente ao Contrato nº 08/2020;
- Termo Aditivo do Contrato de Agente de Pagamento vinculado ao Contrato nº 08/2020, atualizando o titular, agora SEDUC e atualizando as contas (SEFAZ para SEDUC);
- Acompanhamento e Assessoria junto a Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado – TCE junto ao Contrato nº 08/2020;
- Revisão ordinária dos contratos de miniusinas, em conjunto com o Verificador Independente, Concessionárias e Diretoria de Monitoramento e Gestão de Contratos - CMOG dos contratos, com devida anuência da Procuradoria Geral do Estado – PGE;
- Tratativas junto a Equatorial sobre o desligamento das usinas vinculadas aos Contratos nº 07/2020 e 08/2020.
- Tratativas com a Consultoria Águila para a melhor eficiência dos custos do Governo do Estado, no que tange os gastos com energia;
- Monitoramento da alteração do Poder Concedente da Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI para Secretaria de Estado da Administração - SEAD, decorrente das tratativas com a consultoria Águila;
- Monitoramento sobre o reajuste das contraprestações anuais das miniusinas com anuência da PGE sobre a alíquota e base de cálculo da contraprestação;
- Realização de 08 visitas técnicas para monitoramento da execução dos contratos, junto aos equipamentos;
- Elaboração dos 08 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos, bem como tratativas para assinatura dos membros CMOG e publicação no site da SUPARC.

## **CENTRO DE CONVENÇÕES DE TERESINA – CCT**

---

O objeto do contrato é a concessão para modernização, exploração, operação e manutenção do Centro de Convenções de Teresina, tendo como Poder Concedente a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR e a Concessionária SPE Centro de Convenções de Teresina.

A Assinatura do Contrato ocorreu em 09/06/2021, enquanto a assinatura do Termo de Entrega e Recebimento de Imóvel – TERI foi realizada em 28/06/2021. O prazo de Concessão é de 20 anos.

O CAPEX previsto no projeto foi de R\$ 7.217.473,51 milhões de reais e o OPEX de R\$ 34.382.822,18 milhões de reais, ao longo da concessão.

A execução do contrato, no ano de 2024, obteve as seguintes movimentações:

- Cessão da Junta Comercial, publicada no DOE;
- Acompanhamento, junto a Superintendência de Patrimônio Imobiliário - SPI acerca das solicitações da Concessionária em relação à Junta Comercial;
- Acompanhamento da alteração do registro em cartório do estacionamento do CCT, hoje integrando à área da Assembleia Legislativa, para a área do Centro de Convenções;
- Gestão e acompanhamento do processo de pagamento do reequilíbrio econômico-financeiro do Centro de Convenções de Teresina;
- Elaboração de uma Normativa com o fluxo para o aluguel dos espaços do Centro de Convenções, para a realização de eventos pela Administração Pública Estadual;
- Acompanhamento sobre o processo administrativo de 2022 do Ministério Público do Estado do Piauí, acerca do *naming rights* do Teatro. Recomendação Administrativa nº 05/2024 da 35ª PJ do MMPI, para que o nome do Teatro seja readequado para “Teatro Centro de Convenções de Teresina G3 Telecom”.
- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 Relatórios Trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos, bem como tratativas para assinatura dos membros CMOG e publicação no site da SUPARC.

## **HOTEL SERRA DA CAPIVARA**

---

O objeto do contrato é a Concessão de Uso Onerosa para reforma, ampliação, modernização, exploração, operação e manutenção do Hotel Serra da Capivara, na cidade de São Raimundo Nonato. Tendo como Poder Concedente a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR e como Concessionária a empresa Serra da Capivara Hotel e Convention SPE Ltda.

A assinatura do Contrato ocorreu em 23/05/2022, enquanto TERI foi assinado em 27/06/2022. O prazo de Concessão é de 35 anos e o percentual de outorga ofertado é de 2,86% do valor da receita bruta anual, com previsão de pagamento a partir de 27/06/2027.

O CAPEX previsto inicialmente foi de R\$ 4.534.277,91 milhões de reais, enquanto o OPEX previsto foi de R\$ 856.171,01 mil reais.

O contrato específico apresentou as seguintes movimentações no ano de 2024:

- Processo de reembolso a título de reembolso, disposto na cláusula 2.2.3., do Contrato N° 02/2022, firmado entre a Secretaria de Turismo do Estado do Piauí - SETUR e a Concessionária,
- Monitoramento do pedido de reequilíbrio, no valor de R\$ 9.051.827,75 milhões de reais, enviado pela Concessionária.
- Gestão e monitoramento das diárias de hospedagens solicitadas pela administração pública estadual junto ao Hotel, para o seu uso, nos termos do Contrato de Concessão.
- Criação uma Normativa para o fluxo de reserva de diárias para hospedagem no Hotel pelos órgãos da Administração.
- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 Relatórios Trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos, bem como tratativas para assinatura dos membros CMOG e publicação no site da SUPARC.

## **TERMINAL DE BARRA GRANDE**

---

O objeto do contrato é a Permissão de uso, a título precário e gratuito, do Terminal Turístico de Barra Grande, localizado na cidade de Cajueiro da Praia (PI), à margem da Rodovia PI-302. O Poder Permitente é a Secretaria de Turismo do Estado do Piauí – SETUR e a Permissionária é a empresa R N Costa Evangelista. A assinatura do Contrato

ocorreu em 22/12/2020, com prazo da Permissão de 05 anos. O Valor de investimento para manter e operar foi orçado em R\$ 1.024.329,85 (OPEX- 5 ANOS) e, o Investimento Total da Concessionária em R\$ 1.090.408,91 (CAPEX e OPEX/ 5 ANOS).

As principais atividades realizadas em 2024 referente ao Terminal de Barra Grande foram:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos, bem como tratativas para assinatura dos membros CMOG e publicação no site da SUPARC.
- Alinhamento para elaboração do novo termo de chamamento público, considerando o vencimento da permissão em 2025.

## **BIOPARQUE ZOOBOTÂNICO**

---

O objeto do Contrato é a concessão de uso onerosa para gestão, manutenção e exploração integradas com encargos de revitalização e modernização do parque estadual zoobotânico, tendo como poder concedente a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e como Concessionária a empresa Bioparque Zoobotânico SPE Ltda.

A assinatura do contrato ocorreu em 22 de dezembro de 2022 e o TERI foi assinado em 08 de fevereiro de 2022, data de início da vigência do contrato. O prazo de Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos.

O CAPEX estimado foi orçado em R\$ 30.609.562,39 milhões de reais; enquanto o OPEX em R\$ 37.582.481,73 milhões de reais, durante todo o período da concessão. A concessionária deve realizar o pagamento de uma outorga de 0,341% da receita bruta anual.

A remuneração da Concessionária se concentra em recebimento das receitas principais que são originadas da bilheteria de entrada no Parque. São consideradas receitas acessórias: estacionamento, aluguel de bicicletas, aluguel de quiosques, visita noturna, auditório, restaurante, praça de alimentação, fazendinha, arborismo, entre outros.

Em 2024 as principais atividades deste contrato foram as seguintes:

- Realização de 05 visitas técnicas (uma visita técnica para acompanhamento da Auditoria do TCE) para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.

- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Processo de acompanhamento da reconstrução da Barragem/passagem molhada: será executado pela SEAGRO/PI.
- Instrução processual e acompanhamento do Projeto de recuperação do sistema de iluminação do Bioparque Zoobotânico;
- Conclusão do Processo de Reembolso/Indenização para recomposição do contrato de Concessão do Zoobotânico;
- Acompanhamento e instrução processual da Auditoria feita pelo TCE no contrato da concessão do Bioparque. (Monitoramento com visitas ao Bioparque, reuniões com auditores, julgamento do Acórdão e monitoramento das entregas das recomendações feitas no Acórdão).

## **ARENA MULTIUSO VERDÃO S.A**

---

O objeto do contrato é a concessão de uso onerosa de imóvel público para modernização, exploração, operação e manutenção do Ginásio Verdão. Tendo como Poder Concedente a Secretaria de Estado dos Esportes (SECEPI) e a Concessionária SPE Arena Esportiva Verdão S.A.

O prazo de Concessão é de 20 anos e apresenta um valor global de R\$ 6.815.388,34 milhões de reais em investimentos. O percentual de outorga para o governo corresponde a 3,2% sobre a receita bruta mensal. O Contrato foi assinado em 27/02/2019.

O ano de 2024 ocorreu as seguintes movimentações no Contrato em questão:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Análise de pedido de reembolso/ressarcimento realizado pela concessionária referente à investimentos não previstos no projeto original.
- Análise do pedido de prorrogação do prazo de carência para pagamento da outorga.

## **HABITAR SERVIDOR**

---

O objeto do Contrato é prestar o acesso à moradia, através do Programa Habitacional Servidor Público, com recursos do FGTS ou SBPE, impulsionando a atividade imobiliária no Estado do Piauí. O projeto conhecido como Residencial Tiradentes tem como representante da administração pública a Agência de Desenvolvimento do Estado do Piauí – ADH e como parceiro privado a empresa Macêdo Fortes Empreendimentos Ltda.

O contrato foi assinado em 26/07/2020, com valor Projetado em investimento de R\$ 105.844.940,00 milhões de reais.

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Visitas técnicas: 3 visitas técnicas à obra.
- Relatórios técnicos: foram elaborados 3 relatórios técnicos de acompanhamento das obras.

## **TERMINAIS RODOVIÁRIOS**

---

### **TERMINAL RODOVIÁRIO GOV. LUCÍDIO PORTELA- TERESINA/PI**

O objeto do contrato é a Concessão de serviços públicos para administração, operação, manutenção e exploração comercial de áreas e serviços do Terminal Rodoviário de Teresina. O poder concedente é a Secretaria de Transportes do Estado do Piauí – SETRANS e a Concessionária é a Empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico LTDA – SINART.

A assinatura do Contrato ocorreu em 03 de dezembro de 2015, enquanto o TERI foi assinado em 08 de dezembro de 2015. O Prazo de Concessão é de 30 anos, com outorga de 1% da receita bruta operacional. O valor total do contrato é de R\$ 108.800.501,00 milhões de reais.

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Elaborada Nota Técnica para que a AGRESPI procedesse o reajuste anual de tarifas dos terminais.
- Cobrança e acompanhamento das entregas: Pesquisa de Satis 2024, Relatório Avaliação de investimentos e controle de bens, Apólice Terminal de Teresina.

### **TERMINAL RODOVIÁRIO ZUZA BALDOÍNO- PICOS/PI**

O objeto do contrato é a Concessão de serviços públicos para administração, operação, manutenção e exploração comercial de áreas e serviços do Terminal Rodoviário de Picos. O poder concedente é a Secretaria de Transportes do Estado do Piauí – SETRANS e a Concessionária é a Empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico LTDA – SINART. A assinatura do Contrato ocorreu em 03 de dezembro de 2015, enquanto o TERI foi assinado em 08 de dezembro de 2015.

Em 2023 o Estado do Piauí e a concessionária firmaram um Termo Aditivo com o escopo de modernizar e revitalizar o Terminal de Picos. Como resultado o parceiro privado iniciou a realização de investimentos de aproximadamente R\$ 8 milhões de reais. A finalização das obras está prevista para julho de 2025.

A visita técnica de dezembro de 2024 evidenciou avanços significativos nas obras de modernização e requalificação do Terminal Rodoviário Zuza Baldoíno, com melhorias em diversas áreas como piso, teto, banheiros e administração.

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Cobrança e acompanhamento das entregas: Pesquisa de Satisfação 2024, (Relatório Avaliação de investimentos e controle de bens, Apólice Terminal de Picos.
- Acompanhamento das obras previstas no aditivo de 2023.

### **TERMINAL RODOVIÁRIO FILADELFO FREIRE- FLORIANO/PI**

O objeto do contrato é a Concessão de serviços públicos para administração, operação, manutenção e exploração comercial de áreas e serviços do Terminal Rodoviário de Floriano. O poder concedente é a Secretaria de Transportes do Estado do Piauí – SETRANS e a Concessionária é a Empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico LTDA – SINART. A assinatura do Contrato ocorreu em 03 de dezembro de 2015, enquanto o TERI foi assinado em 08 de dezembro de 2015.

Em 2023 o Estado do Piauí e a concessionária firmaram um Termo Aditivo com o escopo de modernizar e revitalizar o Terminal de Floriano. Como resultado o parceiro privado iniciou a realização de investimentos de aproximadamente R\$ 6 milhões de reais. A finalização das obras está prevista para julho de 2025.

As ações realizadas durante o ano de 2024 refletiram um esforço contínuo em aprimorar a infraestrutura e a funcionalidade do terminal rodoviário de Floriano. As intervenções nas áreas internas estão em andamento, com a realocação dos permissionários e a implementação de melhorias visíveis no espaço.

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Cobrança e acompanhamento das entregas: Pesquisa de Satisfação 2024, Relatório Avaliação de investimentos e controle de bens, Apólice Terminal de Floriano.
- Acompanhamento das obras previstas no aditivo de 2023.

## **TRANSCERRADOS, ESTRADA DA PALESTINA E NOVOS TRECHOS**

---

O objeto geral do contrato original é a conservação, recuperação, construção, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos das Rodovias Transcerrados e Estrada Palestina. Trata-se de um Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão patrocinada, no qual há a cobrança de pedágio e o pagamento de contraprestações por parte do Estado. O contrato foi assinado em 26 de julho de 2021 e o prazo da concessão é de 30 anos.

O poder concedente é o Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER e o parceiro privado é a empresa Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. Com o objetivo de auxiliar o poder público na fiscalização do contrato, a Ewvia Engenharia e Consultoria Ltda foi contratada como Verificador Independente.

O contrato original previu um CAPEX de aproximadamente R\$ 700 milhões de reais e um OPEX de R\$ 650 milhões de reais. As rodovias concedidas totalizam 276,80 quilômetros, conforme detalhamento a seguir:

- Segmento 01 - PI-397, Trecho: Entroncamento PI-247 / BR-324 (para Sebastião Leal) - Entroncamento Acesso Distrito de Nova Santa Rosa, com extensão de 117,1 km;
- Segmento 02 - PI-397, Trecho: Entroncamento Acesso Distrito de Nova Santa Rosa - Entroncamento PI-262 (Estrada Palestina), com extensão de 118,9 km;

- Estrada Palestina - PI-262, Trecho: Entroncamento PI-397 (km 235,94) - Entroncamento BR-135 (para Bom Jesus), com extensão de 40,8 km.

Com os resultados positivos da PPP, o governo estadual iniciou em 2023 as tratativas para extensão do contrato. Dessa forma, em fevereiro de 2024 o governo do Estado assinou um Termo Aditivo expandindo de 276 km para 584 km. O CAPEX previsto na expansão é de R\$ 1,6 bilhões de reais e o OPEX de R\$ 1,1 bilhão de reais. Foram acrescentadas ao contrato as seguintes vias:

- PI-247 Trecho Bertolândia – Uruçuí – Ponte sobre o rio Parnaíba (Divisa PI/MA) – Ribeiro Gonçalves com extensão de 197,46 km;
- PI-392 Trecho Entr. PI-247 – Baixa Grande do Ribeiro – Entr. BR-330 com extensão de 101,78 km; e
- PI-391 Trecho Entr. PI-247 – Povoado Sangue com extensão de 8,0 km.

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos, bem como tratativas para assinatura dos membros CMOG e publicação no site da SUPARC.
- Monitoramento das medições, de Fatura Mensal, de acordo com as entregas dos trechos;
- Análise do compartilhamento de risco de demanda;
- Análise de reequilíbrio do contrato a partir da isenção das motos que trafegam nas rodovias.
- Produção de Projeto de Decreto Estadual e Justificativa para regulamentação da Faixa de Domínio no Estado do Piauí;
- Elaboração e Revisão do 2º Termo Aditivo da Transcerrados e Programa de Exploração Rodoviário e Agente de Pagamento dos novos trechos concedidos.
- Segundo Termo de Apostilamento ao Contrato de PPP Transcerrados - Reajuste Tarifário no Contrato Transcerrados – 1º Semestre;
- Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de PPP Transcerrados = aferição do mecanismo de compartilhamento do risco de demanda;

- Monitoramento e realização do Termo de Recebimento e entrega dos novos trechos concedidos;
- Monitoramento referente ao procedimento de desapropriação nos novos trechos concedidos;
- Resposta/Justificativa às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Piauí referente aos novos trechos;

## **AEROPORTO DE PARNAÍBA**

---

O objeto do contrato é a concessão patrocinada dos serviços públicos de administração, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação Aeroportuária do Aeroporto de Parnaíba/Prefeito Doutor João Silva Filho (SBPB) e a integralidade do sítio aeroportuário envolvendo a completude da área de concessão.

O Poder Concedente é a Secretaria de Transportes do Estado do Piauí - SETRANS e a como Concessionária é a empresa SBPB Parnaíba Sociedade De Propósito Específico Ltda. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2022, com previsão contratual de 32 anos. O contrato previu um Plano de Transição Operacional, de modo que o início da operação pela concessionária se iniciou somente em 17 de maio de 2022.

Para auxiliar o governo do Estado na fiscalização do contrato, a empresa EVVIA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA foi contratada como Verificador Independente.

O valor total do contrato é de aproximadamente R\$ 110 milhões de reais. Por ser uma PPP patrocinada, o Governo do Estado realiza o pagamento de uma contraprestação mensal de cerca de R\$ 380 mil reais. O contrato também previu a realização de dois aportes nos anos de 2024 e 2025 no valor de R\$ 12 milhões de reais.

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 02 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Monitoramento e elaboração de Nota Técnica para pagamento do Primeiro Aporte, previsto em contrato;
- Monitoramento, despacho e produção de Nota Técnica de Reequilíbrio Econômico Financeiro do Contrato, solicitado pela empresa;
- Efetivação da Contratação do Verificador Independente ENGEVVIA;

- Início do Procedimento de Incorporação do Aeródromo de Barra Grande com produção de nota técnica para PGE;
- Acompanhamento nas obras do Aeroporto e Solicitação de Cronogramas;

## **CEASA**

---

O objeto do contrato é a concessão de uso de imóvel público, a título oneroso, precedida de obra de expansão, reforma e modernização, com exploração, operação, manutenção e desenvolvimento da nova central de abastecimento do Estado do Piauí.

O Poder Concedente é a SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SAF e a Concessionária é a SPE Ceasa Gestão e Logística Ltda. - Nova Ceasa Piauí. A Assinatura do Contrato ocorreu em 03 de maio de 2017, com prazo de Concessão de 30 (trinta) anos.

O valor do Contrato corresponde a R\$ 84.357.742,00 (oitenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta e dois reais).

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Visita institucional, junto a Concessionária, com equipe técnica do Estado de Santa Catarina sob a justificativa da expertise, experiência e referência da Diretoria de Monitoramento e Gestão de Contratos sobre a fiscalização do contrato;
- Reuniões de alinhamento técnico entre CMOG e Concessionária para ajustes na execução do contrato, incluindo de Reequilíbrio Econômico Financeiro;
- Visita conjunta com Superintendência de Patrimônio Imobiliário – SPISEAD para demarcação da área da concessão.
- Dois autos de infração por descumprimento contratual.
- Nota Técnica em processo de reequilíbrio Econômico Financeiro, em andamento;
- Pesquisa de Satisfação a ser executado com os permissionários, ação conjunta com a Secretaria de Assistência Familiar – SAF;
- Atendimento de permissionários e abertura de processo, notificando a Concessionária sobre a relação com os locatários.

## **PIAUI CENTER MODAS**

---

O Objeto do contrato é a Concessão de uso, a título oneroso, do Shopping Piauí Center Modas, com reforma, expansão, modernização, exploração, operação, manutenção.

O Poder Concedente é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Piauí – SDE e a Concessionária é a empresa a Primer Center LTDA. A assinatura do Contrato ocorreu em 05 de julho de 2021, enquanto o TERI foi assinado em 12 de julho de 2021.

O prazo de Concessão é de 25 anos, com a previsão de pagamento de uma outorga corresponde a 0,5% da receita bruta. A Concessionária terá um prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data da entrega do equipamento completamente modernizado, para início do pagamento da outorga.

O valor do Contrato corresponde a R\$ 15.622.462,80 (quinze milhões seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

Em 2024 as principais atividades realizadas no presente contrato foram as seguintes:

- Realização de 04 visitas técnicas para monitoramento da execução do contrato junto aos equipamentos.
- Elaboração dos 04 relatórios trimestrais do CMOG sobre a execução dos contratos.
- Auto de infração por descumprimento contratual, em andamento;
- Monitoramento, junto à PGE, de processo litigioso que tem por objeto usucapião de parte da área de concessão.

## **5. Considerações Finais**

A SUPARC, por meio das Diretoria de Estruturação de Projetos (DEP) e da Diretoria de Monitoramento e Gestão de Contratos (CMOG), tem se dedicado ao desenvolvimento de projetos de alto impacto econômico e social para o Estado do Piauí. O comprometimento com a eficiência e a transparência permanece como pilar fundamental de suas ações, buscando atrair investimentos para o Estado do Piauí e, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento das políticas públicas para todos os piauienses.

# **Superintendência de Gestão Administrativa**

## **APRESENTAÇÃO**

A Superintendência de Gestão Administrativa (SGA), órgão diretamente vinculado à Secretaria da Administração do Piauí, é a unidade de direção e execução programática responsável pela coordenação, execução e controle de atividades administrativas relativas a materiais, patrimônio móvel e serviços auxiliares, além da gestão dos recursos financeiros e contábeis.

A SGA também executa a administração do Centro Administrativo, dos Espaços da Cidadania e das Salas da Cidadania, assim como monitora o progresso da Sead em suas metas institucionais.

## ATENDIMENTOS À POPULAÇÃO

### Programa Espaços e Salas da Cidadania

O Governo do Estado, por meio da Sead, é responsável pela gestão dos Espaços da Cidadania e possui, até o momento, 56 unidades no Piauí. O Programa foi instituído por meio da Lei Estadual nº 6.217, de 04 de junho de 2012, e desde então a Sead vem expandindo seu alcance, com o objetivo de facilitar o acesso do cidadão a múltiplos serviços em um único local, otimizando o tempo e reduzindo custos para o cidadão. Além disso, busca garantir um alto padrão de qualidade e segurança nos serviços prestados, melhorando a comunicação e orientação ao cidadão sobre os serviços disponíveis.

Em 2024, foram realizados mais de 800 mil atendimentos, com a inauguração de 8 novas localidades, oferecendo diversos serviços, como os do Detran-PI, Sine, Instituto de Identificação Digital Félix Pacheco, Secretaria de Fazenda (Sefaz), Etipi, Junta Militar, Águas de Teresina, Equatorial, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), Justo Acesso, Conselho Regional de Enfermagem (Coren), OAB-PI, Conselho Regional de Administração (CRA), Delegacia e Prefeitura de Teresina.



**Figura 56 - Espaço da Cidadania Teresina Shopping**

### Caravanas da Cidadania

A Caravana da Cidadania é um projeto fundamental para promover a inclusão social e o acesso a serviços essenciais para a população. Foram realizadas 7 edições em 2024, somando 9 mil atendimentos realizados na capital e em Parnaíba.

A ação contou com a participação de diversas secretarias estaduais como: Segurança (SSP), Saúde (Sesapi), Educação (Seduc), Fazenda (Sefaz), do Meio Ambiente e dos

Recursos Hídricos (Semarh), Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí (Iaspi), Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí (Etipi) e Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí (Badespi).



Figura 57 - Promoção das Caravanas da Cidadania

## PROGRAMA DE EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

A racionalização de gastos e a otimização de processos administrativos são metas previstas no **Plano Plurianual (PPA)** e em diversas políticas públicas estaduais. Com isso em mente, a Sead implementou, em parceria com o Instituto Águila de Gestão, o Programa de Eficiência do Gasto Público, que visa promover uma **mudança cultural e estrutural na Administração Pública**.

Em 2024, houve a identificação e redução de R\$ 165 milhões em despesas em apenas 9 meses de programa. Com isso, observou-se melhoria na qualidade do gasto público, redirecionando recursos para áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura, e promovendo a cultura de eficiência e austeridade na gestão pública.

A necessidade de uma gestão fiscal eficiente e sustentável impulsionou a criação deste programa, que busca identificar e reduzir despesas desnecessárias, melhorando a alocação de recursos público.

## CAFÉ INOVA

O CAFÉ INOVA surge como uma iniciativa da Sead para a criação de um ambiente favorável ao compartilhamento de ideias, troca de conhecimentos e incentivo ao desenvolvimento de soluções inovadoras. A proposta é engajar servidores e colaboradores em discussões sobre inovação, promovendo uma gestão pública mais eficiente e atualizada.

O projeto foi implementado em março de 2023, e desde então são realizadas reuniões mensais com temas voltados para a eficiência, integridade, inovação e transformação digital. Além de ampliar a percepção dos servidores sobre o papel da inovação no setor público, o CAFÉ INOVA fortalece o senso de pertencimento e cria uma rede de conhecimento que pode resultar em projetos e iniciativas transformadoras dentro de todo o Governo do Estado.

No ano de 2024, foram realizados 12 eventos, com a emissão de mais de mil certificados para os participantes.



**Figura 58 - Edição de agosto/24 do Café Inova**

## PRINCIPAIS ENTREGAS: GESTÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E DO CENTRO ADMINISTRATIVO

ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Instrução Normativa e Cartilha para Servidores</i>	<i>Necessidade de padronizar e disciplinar a gestão dos bens móveis estaduais.</i>	<i>Melhoria na compreensão e aplicação das normas pelos servidores, promovendo uma gestão mais eficiente.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Recolhimento e Leilões de Bens Inservíveis 2024</i>	<i>Liberar espaço nos órgãos e gerar receita através da venda de bens não mais úteis.</i>	<i>Arrecadação de R\$ 404.850,00 mil reais, contribuindo para o Fundo Rotativo e otimizando o uso do espaço.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Planejamento e Diagnóstico de Controle Patrimonial</i>	<i>Necessidade de um planejamento estruturado para o controle de bens móveis.</i>	<i>Identificação de bens inservíveis e cronograma de visitas, melhorando a gestão patrimonial.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Visitas de Orientação e Levantamento de Bens Inservíveis</i>	<i>Necessidade de orientar os órgãos sobre o sistema de patrimônio e identificar bens inservíveis.</i>	<i>Visitas a 54 órgãos, promovendo a eficiência no controle patrimonial.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Inventário de Bens Móveis para SEAD (Piauí Conectado)</i>	<i>Assegurar que os bens estejam devidamente registrados e disponíveis para uso.</i>	<i>Inventário atualizado, garantindo controle e disponibilidade dos bens.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Normatização de Transferência/Remanejamento de Bens</i>	<i>Necessidade de padronizar a administração de transferências de bens.</i>	<i>Melhoria na gestão de transferências, promovendo eficiência administrativa.</i>

ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Curso de Gestão de Bens Móveis</i>	<i>Capacitar servidores para uma gestão mais eficiente dos bens móveis.</i>	<i>Formação de servidores, resultando em práticas de gestão mais eficazes.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Revisão de Normas para Doações (PGE)</i>	<i>Garantir que as doações sejam feitas de forma legal e eficiente.</i>	<i>Processos de doação mais transparentes e eficientes.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Criação de Função Agente Patrimonial para Controle de Bens Móveis e Orientações para Uso do Coletor.</i>	<i>Melhorar a gestão e controle dos bens móveis na SEAD.</i>	<i>Nomeação de 16 agentes, aprimorando o controle patrimonial.Preparação e capacitação para um controle patrimonial mais eficaz.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Implementação de Leitor de Código de Barras e Teste de Coleta em conjunto com a ETIPI</i>	<i>Aumentar a precisão e eficiência no processo de inventário. Garantir que o novo sistema de coleta funcione corretamente.</i>	<i>Melhoria significativa no controle patrimonial através de tecnologia.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Supervisão da Construção do Abrigo de Resíduos Sólidos</i>	<i>Necessidade de gerenciar adequadamente os resíduos sólidos gerados no Centro Administrativo.</i>	<i>Funcionamento provisório do abrigo, preparando o terreno para a futura implementação da coleta seletiva de lixo.</i>
ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Formação do Grupo de Trabalho G5</i>	<i>Criar uma equipe dedicada a melhorar a supervisão e a colaboração dentro do Centro Administrativo.</i>	<i>Maior eficiência no encaminhamento de demandas, promovendo ações mais rápidas e eficazes através da Central de Demandas.</i>

ENTREGA	MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE	IMPACTO E RESULTADOS
<i>Estabelecimento da Central de Demandas (CD)</i>	<i>Criar um ponto centralizado para receber e encaminhar demandas de forma organizada.</i>	<i>Melhor gestão das demandas, com respostas mais rápidas e eficientes, facilitando a operação do Centro Administrativo.</i>

SECRETARIA  
DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD



# APÊNDICE

# Relação de Gestores

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

NOME COMPLETO	CPF	CARGO OU FUNÇÃO EXERCIDA	PERÍODO INICIAL	PERÍODO FINAL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	CONTATO TELEFÔNICO O INSTITUCIONAL
SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO	002.*** ***-41	Secretário da Administração	01/01/2023	Cargo atual	samuel.nascimento@sead.pi.gov.br	(86) 3216-5528
JOÃO VITOR DE OLIVEIRA VARÃO	050.*** ***-80	Chefe de Gabinete - SEAD-PI	01/01/2023	01/03/2024	joao.oliveira@sead.pi.gov.br	(86) 9 9520-1821
BRUNO GOMES OLIVEIRA DE MORAES	891.*** ***-00	Chefe de Gabinete - SEAD-PI	04/03/2024	Cargo atual	bruno.moraes@sead.pi.gov.br	(86) 9 9520-1821
LUCAS LOPES DE ARAÚJO	000.*** ***-28	Superintendente de Gestão Administrativa	23/08/2023	12/02/2025	lucas.araujo@sead.pi.gov.br	(86) 3216-5528
PEDRO ALEXANDRE CABRAL DE OLIVEIRA	992.*** ***-04	Superintendente de Gestão Administrativa	13/02/2025	Cargo atual	pedro.alexandre@sead.pi.gov.br	(86) 3216-5528
GARCIAS GUEDES RODRIGUES JÚNIOR	627.*** ***-15	Superintendente de Gestão de Pessoas	01/01/2023	Cargo atual	garcias.guedes@sead.pi.gov.br	(86) 9 9454-8232
JACYLENNE COELHO BEZERRA FORTES	003.*** ***-06	Superintendente de Licitação e Contratos	01/01/2023	Cargo atual	jacylenne.coelho@sead.pi.gov.br	(86) 9 9454-2852
MONIQUE DE MENEZES URRÁ	083.*** ***-86	Superintendente de Parcerias e Concessões	01/01/2023	01/03/2025	monique.menezes@sead.pi.gov.br	(86) 9 9749-2910
CAROLINE VIVEIROS MOURA DA CRUZ	053.*** ***-22	Superintendente de Patrimônio Imobiliário	23/08/2023	Cargo atual	caroline.viveiros@sead.pi.gov.br	(86) 9 9489-7859
UBALDO DE SÁ NEVES JR.	514.*** ***-53	Diretor do Núcleo Estratégico de Tecnologia e Governo Digital	01/01/2023	Cargo atual	ubaldojunior@sead.pi.gov.br	(86) 3216-5528
CARLOS ALBERTO DA SILVA MOURA JR.	038.*** ***-30	Diretor Pedagógico da Escola de Gestores	01/01/2023	Cargo atual	carlos.junior@sead.pi.gov.br	86 98876-4064
NAIARA DE MORAES E SILVA	000.*** ***-16	Diretora do Núcleo de Formação Profissional dos Servidores do Estado do Piauí "Antonino Freire"	24/11/2023	Cargo atual	naiara.moraes@sead.pi.gov.br	(86) 3216-2158

# Relação de Gestores

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

NOME COMPLETO	CPF	CARGO OU FUNÇÃO EXERCIDA	PERÍODO INICIAL	PERÍODO FINAL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	CONTATO TELEFÔNICO O INSTITUCIONAL
Francisco Guedes Alcoforado Filho	105.***.***-53	Diretor de Inovação em Serviços Públicos	01/01/2023	Cargo atual	francisco.filho@sead.pi.gov.br	-
Laércio Pinheiro de Menezes	046.***.***-55	Diretor de Planejamento e Finanças	01/01/2023	Cargo atual	laercio.pinheiro@sead.pi.gov.br	-
Marcelo Gonçalves Nunes de Oliveira Moraes	105.***.***-49	Diretor de Obras e Serviços de Engenharia e Arquitetura	01/01/2023	Cargo atual	marcelo.oliveira@sead.pi.gov.br	-
Annderson Felipe Bandeira Silva	014.***.***-39	Diretor de Logística e Abastecimento	01/01/2023	Cargo atual	annderson.bandeira@sead.pi.gov.br	-
Pedro Alexandre Cabral de Oliveira	992.***.***-04	Diretor de Gestão Estratégica	23/08/2023	12/02/2025	pedro.cabral@sead.pi.gov.br	-
Jéssica Kelly de Sousa Carvalho	042.***.***-02	Diretora de Planejamento de Compras Públicas	01/01/2023	Cargo atual	jessica.sousa@sead.pi.gov.br	-
Leda Maria Eulálio Dantas Luz	006.***.***-28	Diretora de Licitações	01/01/2023	Cargo atual	leda.dantas@sead.pi.gov.br	-
Bruno Gomes de Oliveira Moraes	891.***.***-00	Diretor de Contratos	01/01/2023	01/03/2024	bruno.moraes@sead.pi.gov.br	-
Estela Miridan Rosas	048.***.***-42	Diretora de Estruturação de Projetos de Concessões e Parcerias Público-Privadas	06/06/2023	Cargo atual	estela.rosas@ppp.pi.gov.br	-
Emmanuel Fernando de Assunção Saraiva	018.***.***-95	Diretor de Monitoramento e Gestão de Contratos	01/01/2023	Cargo atual	emmanuel.saraiva@ppp.pi.gov.br	-
Itamara Lima Matos	805.***.***-72	Diretora de Desenvolvimento de Pessoas	01/01/2023	Cargo atual	itamara.matos@sead.pi.gov.br	-
Geisa Cronemberger do Rego Ferreira	776.***.***-20	Diretora de Pagamento de Pessoal	01/01/2023	Cargo atual	geisa@sead.pi.gov.br	-
Aline Carla de Melo Coelho	842.***.***-20	Diretora de Atenção ao Servidor Público do Estado do Piauí - CIASPI	01/01/2023	Cargo atual	aline.carla@sead.pi.gov.br	-

# Relação de Gestores

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

NOME COMPLETO	CPF	CARGO OU FUNÇÃO EXERCIDA	PERÍODO INICIAL	PERÍODO DO FINAL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	CONTATO TELEFÔNICO O INSTITUCIONAL
Bárbara Dantas de Sousa	027.352.863-71	Diretora de Gestão do Patrimônio	18/09/2023	Cargo atual	barbara.dantas@sead.pi.gov.br	-
Ana Letícia de Castro Silva	054.***-01	Diretora de Regularização Imobiliária	23/08/2023	Cargo atual	ana.leticia@sead.pi.gov.br	-

SECRETARIA  
DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD



# ANEXOS

**CONTRATOS CADASTRADOS NO SIAFE - 2024**

Nº Automático	Nº Original	Credor	Início da Vigência	Final da Vigência	Status do Contrato	Modalidade do Contrato	Modalidade de Licitação	Valor Total
24000143 - Contratação dos serviços de de produção gráfica	29/2024	10175042000117 - REI GRAFICA E EDITORA LTDA	02/02/2024	02/02/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	35.000,00
24000708 - Contratação de Empresa especializada em Serviço de Locação e Alimentação	55/2024	69626349000130 - NUTRI BRASIL LTDA	22/02/2024	22/02/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	62.175,00
24000717 - CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL EM COPOS E EM GALÕES	24000717	00557774000118 - TEIXEIRA E LEITE LTDA	07/03/2024	06/03/2025	Em Vigor	Fornecimento de Materiais	12 - Pregão	11.550,60
24000883 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA O XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	178/2024	41769803000192 - EDITORA FORUM LTDA	29/04/2024	29/10/2024	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	38.360,00
24000884 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PARA OS SERVIDORES PARTICIPAREM DO CON BRASIL - CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	185/2024	13859951000162 - CONNET ON MARKETING DE EVENTOS LTDA - ME	08/05/2024	21/06/2024	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	25.300,00
24000885 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PARA OS SERVIDORES PARTICIPAREM DO 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	81/2024	10498974000281 - INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADM. PÚBLICA - INP	18/03/2024	21/03/2024	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	53.000,00
24000961 - CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL POTÁVEL EM COPOS E EM GARRAFAO.	63/2024	14667270000165 - DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EM GERAL DO NORDESTE LTDA	07/03/2024	07/03/2025	Em Vigor	Fornecimento de Materiais	12 - Pregão	18.180,00
24001328 - Aquisição de ração animal para alimentar os animais comunitários do Centro Administrativo	115/2024	52846916000160 - M R LAGES	02/05/2024	02/05/2025	Em Vigor	Fornecimento de Materiais	06 - Dispensa de Licitação	44.000,00
24001448 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR CONSULTORIA TÉCNICA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA EM LIDERANÇA PARA GESTORES PÚBLICOS	100/2024	67129858000121 - AMANA LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO LTDA	27/03/2024	27/10/2024	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	911.000,00
24001536 - Contratação de empresa para prestar consultoria técnica especializada para implementação de programa de eficiência de gastos no Governo do Estado do Piauí	96/2024	14377211000152 - INSTITUTO AQUILA DE GESTAO LTDA	28/03/2024	27/03/2025	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	4.427.688,40
24001537 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS E MÃO-DE-OBRA	99/2024	22239797000117 - F E L CONSTRUTORA LTDA	28/03/2024	28/03/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	34.578.352,91
24007214 - contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra para a função de MOTORISTA	363/2024	07194788000163 - LIMPSERV LTDA	18/07/2024	18/07/2025	Em Vigor	Serviços	06 - Dispensa de Licitação	1.484.670,72
24007278 - Prestação de serviços de empresa de tecnologia especializada em dar suporte técnico a serviços básicos relativos a NQC.	112/2024	11467229000157 - TRUETEC SERVICOS E COMERCIO LTDA	05/04/2024	05/04/2025	Em Vigor	Serviços	06 - Dispensa de Licitação	12.907.842,96
24007294 - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA E LEGALMENTE CONSTITUÍDA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	160/2024	60555513000190 - FUNDACAO CARLOS CHAGAS	24/04/2024	24/04/2025	Em Vigor	Serviços	06 - Dispensa de Licitação	1.040.485,00
24007429 - SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA À LICITAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO PARA GESTÃO	187/2024	09346601000125 - B3 SA. - BRASIL, BOLSA, BALCAO	07/05/2024	07/05/2025	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	164.168,61
24007491 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LINK COM ANTI-DDOS - TRANSIÇÃO PIAUÍ CONECTADO	432/2024	18614739000159 - DIRECT TELECOM LTDA	22/08/2024	22/05/2025	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	630.000,00
24007616 - Serviços de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos	207/2024	13855882000108 - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	16/05/2024	16/05/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	3.667,20
24007636 - Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos 2 tipo Classe II e subtipo II A	208/2024	07194788000163 - LIMPSERV LTDA	21/05/2024	21/05/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	60.055,20
24007718 - Locação de espaço no Centro de Convenções.	190/2024	43054619000191 - SPE CENTRO DE CONVENÇÕES DE TERESINA S/A	07/05/2024	07/06/2024	Em Vigor	Aluguéis	06 - Dispensa de Licitação	44.123,24
24007752 - Aquisição de vagas para os servidores desta SEAD-PI, participarem do 11º CONTRATOS WEEK	228/2024	10498974000281 - INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADM. PÚBLICA - INP	03/06/2024	03/07/2024	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	50.000,00
24007951 - Locação de mão de obra terceirizada para vigilância armada	479/2024	19923146000137 - BRASAO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	12/09/2024	12/09/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	1.217.494,08
24008045 - SERVIÇO DE DECORAÇÃO PARA EVENTOS	310/2024	26752483000174 - L H L DE ASSIS & CIA LTDA -ME	06/09/2024	06/09/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	48.550,00
24008414 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	226/2024	00608881000128 - IT TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA	31/05/2024	31/05/2025	Em Vigor	Serviços	06 - Dispensa de Licitação	1.510.080,00
24008429 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUO TERCERIZADO COM DEDICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EXCLUSIVA PARA OS POSTOS DE SERVENTE DE LIMPEZA, ENCARRREGADO DE LIMPEZA E SERVENTE DE LIMPEZA	437/2024	10013974000163 - SERVFAZ SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA.	28/08/2024	28/08/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	1.200.787,91
24008437 - Serviços de consultoria e treinamento em gestão empresarial, abrangendo Consultoria ANS (Autonomous System Number), NQC	399/2024	13439404000128 - CORG - CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA	31/07/2024	31/07/2025	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	1.801.987,20
24008491 - Manutenção Preventiva e Corretiva de Condicionadores de ar, Bebedouros e Frigobaras	250/2024	21497130000151 - CLASSE A REFRIGERAÇÃO LTDA	13/06/2024	13/06/2025	Em Vigor	Seguros	12 - Pregão	257.372,35
24008713 - MANUTENÇÃO DE BEBEDOUROS E FRIGOBAR	251/2024	24109950000117 - CONCRETIZAR REFRIGERAÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA BIRELI	13/06/2024	13/06/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	142.999,92
24008992 - Serviços especializada em agenciamento de viagens de passagens aéreas nacionais e internacionais e demais serviços correlatos.	241/2024	11634235000151 - MIRACEU TURISMO LTDA	05/06/2024	05/06/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	762.591,24

24009184 - Controle de vetores e pragas	352/2024	37509784000198 - BIOLAVSEC SERVICOS DE HIGIENIZACAO E IMPERMEABILIZACAO DE MOVEIS LTDA	18/07/2024	18/07/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	193.180,83
24009799 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS	579/2024	06167080000150 - B LIMA DA SILVA GRAFICA E EDIT C VERDE	26/11/2024	26/11/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	9.186,00
24010065 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS (AGENDA ACADÊMICA).	491/2024	07163493000120 - MARIA DAS GRAÇAS CASTRO SILVA - GRAFCOLOR	02/10/2024	02/10/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	3.816,00
24010295 - Locação de 01 (um) veículo tipo SUV (7 lugares, Sem Motorista, Sem Combustível, Km Livre)	487/2024	15183027000134 - RL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	25/09/2024	25/09/2025	Em Vigor	Aluguéis	12 - Pregão	216.055,44
24010421 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA REVISÃO DE MODELAGENS TÉCNICA, OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA DE ESTRUTURAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA ADEQUAÇÃO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO ALBERTÃO	455/2024	28092933000175 - ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA.	12/09/2024	12/09/2025	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	1.315.000,00
24010435 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO/PRODUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS	578/2024	48111896000102 - F S C COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	19/11/2024	19/11/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	114.400,00
24010794 - PARTICIPAÇÃO XIII CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA	435/2024	04233454000163 - CONSELHO NACIONAL DE SEC DE ADMINISTRACAO	27/08/2024	27/09/2024	Em Vigor	Serviços	06 - Dispensa de Licitação	50.000,00
24011522 - LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO SUV	492/2024	15183027000134 - RL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	30/09/2024	30/09/2025	Em Vigor	Aluguéis	12 - Pregão	216.055,44
24011706 - SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA, GESTÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO ALBERTÃO	485/2024	00881736000116 - BCMF ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	24/09/2024	24/09/2025	Em Vigor	Serviços	07 - Licitação Inexigível	665.000,00
24011723 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA ARMADA	517/2024	08644690000123 - CET-SEG SEGURANCA ARMADA LTDA	15/10/2024	15/10/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	2.056.182,90
24012221 - EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORRIDA DE RUA PARA A II CORRIDA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	32/2024	52027649000108 - J L EMPREENDIMENTOS LTDA	11/11/2024	11/02/2025	Em Vigor	Serviços	06 - Dispensa de Licitação	50.000,00
24012843 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS	596/2024	07163493000120 - MARIA DAS GRAÇAS CASTRO SILVA - GRAFCOLOR	26/11/2024	26/11/2025	Em Vigor	Serviços	12 - Pregão	568,50

NUMERAÇÃO	Nº CONTRATO	ANO	PROCESSO SEI Nº	CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA
<b>ANO 2013</b>						
1	02/2013.	2013	00002.010758/2023-31	FRANCISCO DA COSTA ARAUJO FILHO	Locação de imóvel comercial localizado na avenida antonino freire (karnaquinho)	01/01/2025
<b>ANO 2016</b>						
2	49/2016	2016	00002.005180/2024-81	EMPRESA ULTRA EMPREENDEIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Locação de imóveis	19/10/2025
<b>ANO 2018</b>						
3	09/2018	2018	00002.013829/2023-57	TAILÂNDIA ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO S/A	Locação - Shopping show do auto mall	01/02/2025
<b>ANO 2020</b>						
5	02/2020	2020	00002.010336/2023-65 00002.007927/2023-55	CNPJ: 03.506.307/0001-57 TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Abastecimento e manutenção de veículos.	02/01/2026
6	55/2020	2020	00002.010837/2023-41	R F C CARVALHO EIRELI CNPJ: 13.912.374/0001-25	Locação 02 veículos - pickup - 4x4	16/01/2026
7	66/2020	2020	00002.004025/2024-48	CLARO S.A. CNPJ: 40.435.544/00001-47	Contratação de pessoa jurídica, fornecedora de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) sob plano Pós-pago nas modalidades Serviço Local (VC1), Longa Distância Nacional (VC2 e VC3), serviço de Internet 4G, com aparelhos celulares fornecidos em regime comodato.	23/09/2025
<b>ANO 2021</b>						
8	001/2021	2021	00010003028/2021 - 12	SERVSERVAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA (10.013.974/0001-63)	Contratação (ões) de pessoas jurídicas(s) especializada(s) na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada	24/11/2025
9	26/2021	2021	00002.013111/2021-07	SERVSERVAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA	Contratação (ões) de pessoas jurídicas(s) especializada(s) na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada	01/12/2025
10	25/2021	2021	00002.007888/2024-77	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP	Contratação de serviços de administração, gerenciamento e controle da manutenção preventiva e corretiva, aquisição de peças e acessórios genuínos a ser aplicados na frota de veículos e máquinas deste estado, fornecimento de serviços e peças estesm por meio de sistema eletrônico com a utilização de cartões magnéticos e, ou microprocessador (chip), de aceitabilidade nas empresas com habilidade nos procedimentos de manutenção mecânica e nas empresas de comercialização de peças originais de fábrica e ou genuínas, que limita o valor global da contratação e define a taxa administrativa expressa em percentual	03/12/2025
11	24/2021	2021	00002.007803/2024-51	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	fornecimento de combustíveis (álcool/etanol, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10)	03/12/2025
12	22/2021	2021	00002.006902/2024-15	SERVAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	18/11/2025
13	21/2021	2021	00002.006901/2024-71	SERVAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	18/11/2025
14	20/2021	2021	00002.007073/2024-98	SERVAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	17/11/2025
15	19/2021	2021	00002.007007/2024-18	LIMPSERV EIRELI	Serviços terceirizados de mão de obra	09/11/2025
16	14/2021	2021	00002.004340/2024-75	LIMPSERV EIRELI	Serviços terceirizados de mão de obra	15/10/2025
17	11/2021	2021	00002.004093/2024-15	SERVAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	04/10/2025
18	10/2021	2021	00002.003146/2024-72	SELETIV SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA LTDA	Serviços terceirizados de mão de obra	29/09/2025
19	07/2021	2021	00002.002418/2024-17	AMC – EMPREENDEIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Aluguel do imóvel comercial para instalação da sede administrava do Instuto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	14/07/2025
<b>ANO 2022</b>						

20	19/2022	2022	00002.014426/2023-25	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	22/04/2025
21	20/2022	2022	00002.013964/2023-01	LIMPSEV EIRELI	Serviços terceirizados de mão de obra	22/04/2025
22	17/2022	2022	00002.013960/2023-14	LIMPSEV EIRELI	Serviços terceirizados de mão de obra	22/04/2025
23	16/2022	2022	00002.014425/2023-81	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	22/04/2025
24	14/2022	2022	00002.013904/2023-80	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	14/03/2025
25	11/2022	2022	00002.013902/2023-91	LIMPSEV	Serviços terceirizados de mão de obra	11/03/2025
26	12/2022	2022	00002.013895/2023-27	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	15/02/2025
27	09/2022	2022	00002.004436/2022-71	LIMPSEV	Serviços terceirizados de mão de obra	11/03/2025
28	08/2022	2022	00002.012443/2023-28	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	15/02/2025
29	07/2022	2022	00002.012440/2023-94	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	15/02/2025
30	01/2022	2022	00002.013836/2023-59	MAZUAD LOCADORA E LOGISTICA LTDA	locação de veículos	04/02/2025
<b>ANO 2023</b>						
31	90/2023	2023	00002.001985/2024 - 09	ERICO LAGES SOARES	Credenciamento de Leiloeiros oficiais para realizar alienação de bens imóveis e móveis, inservíveis ou não econômicos.	15/05/2025
32	610/2023	2023	00002.005989/2023-22	REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO	Contratação de entidade sem fins lucrativos, para o desenvolvimento do Programa OPORTUNIDADE JOVEM, inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Municipal, para recrutar, selecionar e encaminhar à contratante 400 (quatrocentos) aprendizes, inscritos em Programa de Aprendizagem profissional voltado para a formação técnico-profissional metódica	20/12/2025
34	549/2023	2023	00002.006946/2024-45	FOX IN LINE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviços de regularização fundiária com fornecimento de ferramenta tecnológica específica, devidamente alimentada com os dados referentes a imóveis e ocupantes das áreas estaduais objeto de Demarcação Urbânica p	15/11/2025
35	484/2023	2023	00002.009256/2023-67	AEROVIP VIAGENS E TURISMO LTDA	serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, de emissão, de alteração, de marcação, de remarcação e de cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e demais serviços correlatos, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Estado da Administração e demais órgãos integrantes do Governo do Estado do Piauí.	31/10/2025
36	450/2023	2023	00002.004397/2023-93	GRAN DIRCEU SHOPPING SPE LTDA	Locação de espaço, por dispensa de licitação, com fundamento no art.24, X, da Lei nº 8.666/93, correspondente à 33 (trinta e três) lojas/salas comerciais situadas no empreendimento "GRAND DIRCEU SHOPPING"	11/10/2025
39	202/2023	2023	00002.002392/2023-26	PRIME CENTER SPE LTDA – NOVO PIAUÍ CENTER	Locação de espaço, correspondente à 10 lojas, no imóvel situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 2280, bairro Morada Nova, sala 01, Teresina-Piauí, CEP nº 64.023- 225, por dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, para implantação do Espaço Cidadania no Polo Piauí Center, visando atender a demanda dos usuários da zona sul e sudeste de Teresina	07/07/2025
40	134/2023	2023	00002.001611/2024-31	VOBYS GESTÃO DE PESSOAS		15/06/2025
41	133/2023	2023	00002.001874/2024 - 40	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	15/06/2025
42	124/2023	2023	00002.001424/2024-57	CET SEG SEGURANÇA ARMADA LTDA	Vigilância armada	07/06/2025
43	595/2023	2023	00002.007383/2024-11	MANESCO,RAMIREZ,PEREZ,AZEVEDO MARQUEZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS	Termo aditivo é a prorrogação da vigência do no Contrato n 595/2023	04/06/2025
44	73/2023	2023	00002.001396/2024-78	S F FORTES	Locação de imóvel localizado no Edifício Dr. Mário Theodmiro de Carvalho, Av. Nossa Sra. de Fátima	02/06/2025

45	36/2023	2023	00002.013932/2023-05	THE DOCS DIGITALIZACAO LTDA	Prestação de serviços técnicos auxiliares de arquivologia para realização de diagnóstico situacional visando ao atendimento da LGPD proteção, preservação, armazenamento de documentos digitais	20/04/2025
46	013/2023	2023	00002.013868/2023-54	AMC – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA c	aluguel do imóvel situado no Cruzamento da Av. João XXIII	10/03/2025
47	14/2023	2023	00002.000753/2023-08	JONAS G DA SILVA - LTDA	Aluguel de imóvel por dispensa de licitação situado no Edifício Diamond Center, Avenida Universitária, nº 750 - Fátima, Teresina - PI	10/03/2025
48	27/2023	2023	00002.013909/2023-11	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	ontratação de empresa especializada na prestação de serviços de disponibilização do acesso a 03 (três) assinaturas anuais de ferramenta on-line de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública	29/03/2025
49	12/2023	2023	00002.013851/2023-05	SERVFAZ	Serviços terceirizados de mão de obra	10/03/2025
<b>ANO 2024</b>						
49	596/2024	2024	00002.005369/2024-74	GRAFCOLOR	Serviços gráficos diversos	26/11/2025
50	579/2024	2024	00002.005369/2024-74	B Lima da Silva	Serviços gráficos diversos	26/11/2025
51	581/2024	2024	00002.003524/2024	F. S. NASCIMENTO	Fornecimento de bandeiras	07/11/2025
52	578/2024	2024	00002.005224/2024-73	F S C COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	Serviços gráficos diversos	19/11/2025
53	517/2024	2024	00002.008070/2024-71	CET-SEG SEGURAN?A ARMADA LTDA	Serviços de natureza continuada de locação de mão de obra de vigilância armada	15/10/2025
54	310/2024	2024	00002.003390/2024-35	L H L DE ASSIS & CIA LTDA	locação de espaços com e sem alimentação	06/09/2025
55	491/2024	2024	00002.005339/2024-68	MARIA DAS GRAÇAS CASTRO SILVA INDÚSTRIA DE PAPEL	serviços gráficos diversos	02/10/2025
56	487/2024	2024	00002.004570/2024-34	R L EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	Locação de veículos	25/09/2025
57	492/2024	2024	00002.004004/2024-22	RL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Locação de veículos	30/09/2025
58	469/2024	2024	00002.005372/2024-98	S C DE SOUSA FILHO EIRELI	serviços gráficos diversos	10/09/2025
59	479/2024	2024	00002.002765/2024-40	BRASAO VIGILANCIA E SEGURAN?A LTDA	Serviços de natureza continuada de locação de mão de obra de vigilância armada	12/09/2025
60	455/2024	2024	00002.003383/2024-33	ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA	consultoria para elaboração dos estudos técnicos, operacional e econômico-financeira para a adequação, gestão e manutenção do Estádio Albertão	12/09/2025
61	485/2024	2024	00002.003383/2024-33	BCMF ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	empresa especializada para elaboração de anteprojeto arquitetônico, com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial, a elaboração dos documentos necessários a subsidiar o procedimento licitatório para contratação de concessionárias dos serviços públicos relacionados ao Estádio Albertão	23/09/2025
62	363/2024	2024	00002.011800/2023-31	LIMPSERV EIRELI	Serviços terceirizados de mão de obra de natureza contínua em regime de dedicação exclusiva para o posto de motorista	18/07/2025
63	432/2024	2024	00002.001997/2024-81	DIRECT TELECOM LTDA	Contratação Emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de Conectividade Principal e de Trânsito de internet, garantindo transmissão de dados, voz e imagens; com serviços de proteção contra ataques do tipo DDoS, Suporte técnico, fornecimento de infraestrutura óptica	22/05/2025
64	378/2024	2024	00002.002374/2024-25	GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS, COMERCIO E SERVICOS LTDA	Manutenção e monitoramento dos subsistemas do DATACENTER	22/07/2025
65	399/2024	2024	00002.002589/2024-46	consultor- consultoria organizacional LTDA	Contratação de serviços especializados de consultoria e treinamento em gestão empresarial, abrangendo Consultoria ANS (Autonomous System Number), NOC (Network Operations Center), WDM (Wavelength Division Multiplexing), Firewall e Segurança, DPO (Data Protection Officer), Backoffice, Call Center e processos e gestão de pessoas.	31/07/2025

66	352/2024	2024	00002.002714/2024-18	BIOLAVSEC SERVICOS DE HIGIENIZACAO E IMPERMEABILIZACAO	Desinsetização, desratização, descupinização, desalojamento/repelência de pombos e controle de larvas para controle de vetores e pragas	18/07/2025
67	227/2024	2024	00002.001998/2024-25	ORA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	Serviços de tecnologia da informação disponibilização, com qualidade, segurança, flexibilidade, serviços de internet, garantindo transmissão de dados, voz e imagens; com serviços de proteção contra ataques do tipo DDoS, Suporte técnico, fornecimento de infraestrutura, instalação, configuração, manutenção, gerência proativa, serviços técnicos de suporte e disponibilização de respectivos equipamentos em comodato	31/05/2025
68	226/2024	2024	00002.001998/2024-25	IT TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	Serviços de tecnologia da informação disponibilização, com qualidade, segurança, flexibilidade, serviços de internet, garantindo transmissão de dados, voz e imagens; com serviços de proteção contra ataques do tipo DDoS, Suporte técnico, fornecimento de infraestrutura, instalação, configuração, manutenção, gerência proativa, serviços técnicos de suporte e disponibilização de respectivos equipamentos em comodato	31/05/2025
69	251/2024	2024	00002.003121/2024-79	CONCRETIZAR REFRIGERAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EIRELI	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica com o fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações e desinstalações de condicionadores de ar existentes, bebedouros e frigobares.	13/06/2025
70	250/2024	2024	00002.003121/2024-79	CLASSE A REFRIGERACAO LTDA	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica com o fornecimento de materiais e mão de obra, nos equipamentos e nas instalações e desinstalações de condicionadores de ar existentes, bebedouros e frigobares.	13/06/2025
71	303/2024	2024	00002.001289/2024-40	SENTRA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	Fornecimento de material de expediente (tipo papel)	21/06/2025
72	207/2024	2024	00002.002703/2024-38	CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA (SN CTR) - ME	serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos	16/05/2025
73	241/2024	2024	00002.004253/2024-18	MIRACEU TURISMO LTDA	agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, de emissão, de alteração, de marcação, de remarcação e de cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e demais serviços correlatos	05/06/2025
74	208/2024	2024	00002.002728/2024-31	LIMPSEV EIRELI	contratação(ões) de pessoa(s) jurídica(s) especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos	21/05/2025
75	77/2024	2024	00002.009834/2023-65	ESCO, RAMIRES, PEREZ, AZEVEDO MARQUES - SOCIEDADE DE ADVOG	Serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica para acompanhamento do Procedimento Arbitral nº 84/2023/SEC7 - Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.	12/03/2025
76	187/2024	2024	00002.002265/2024-16	B3 S.A. BRASIL, BOLSA, BALCAO	Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria, pela B3, à fase externa do processo licitatório referente à celebração de contrato de concessão para gestão de serviços de operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos Municípios da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí - MRAE, PROJETO	07/05/2025
77	115/2024	2024	00002.000606/2024-19	M R LAGES	ração animal, a fim de alimentar os animais comunitários, sendo eles: gatos, cachorros, peixes da lagoa, aves, patos, gansos, marrecos e outros	02/05/2025

78	112/2024	2024	00002.001955/2024-40	TRUETEC SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	Prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, com central de atendimento aos usuários na modalidade Service Desk presencial e remoto, suporte, sustentação da infraestrutura e apoio a operação dos serviços de Tecnologia da Informação, Inovação e Comunicação - TIC, conforme especificações e condições do Termo de Referência.	05/04/2025
79	160/2024	2024	00002.010604/2023-49	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS	O objeto do presente contrato é a contratação de serviços técnicos especializados de organização, aplicação e correção das provas do Concurso Público para provimento de cargos e formação de cadastro reserva do quadro de pessoal da Fundação Piauí Previdência (PIAÚIPREV), da Secretaria da Administração (SEAD) e da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), com o fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, em especial com a elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, nos termos da Portaria N° 128/2024/GAB/SEA, e conforme prestação de serviços descritos na Proposta Técnica n° 04A/2024.	24/04/2025
80	96/2024	2024	00002.000563/2024-63	INSTITUTO AQUILA DE GESTAO	Implementação do Programa de Eficiência dos Gastos no Governo do Estado do Piauí	28/03/2025
81	99/2024	2024	00002.001517/2024-81	CONSTRUTORA ROSACON LTDA	serviço comum de engenharia para a manutenção	28/03/2025
82	05/2024	2024	00002.007577/2023-27	JELTA VEICULOS E MAQUINAS LTDA	Aquisição de 04 (QUATRO) VEÍCULOS NOVOS (0 KM)	16/02/2025
83	64/2024	2024	00002.001101/2024-63	TEIXEIRA E LEITE LTDA	Água, sem gás, envasada em copo plástico de 200ml, com tampa aluminizada, inviolável e lacrado por termo fusão, reacondicionadas em caixa com 48 unidades, com prazo mínimo de validade de 06 (seis) meses a partir da data de entrega	07/03/2025
84	63/2024	2024	00002.001101/2024-63	DISTRIBUICAO E SERVICOS EM GERAL DO NORDESTE LTDA	Contratação de Empresas para a aquisição de água mineral.	07/03/2025
85	55/2024	2024	00002.000835/2024-25	NUTRI BRASIL LTDA ME	Locação de espaço com mobiliário (Auditório e/ou espaço com capacidade entre 501 até 1000 pessoas sentadas + serviços) e a coffee break.	22/02/2025
86	29/2024	2024	00002.000206/2024-03	REI GRAFICA E EDITORA LTDA	Capa de processo em Papel AP 180g, 2x0 cor, tamanho 30x45 cm (aberta)	02/02/2025
87	648/2024	2024	00002.014136/2023-81	AGUAS DO PIAÚI SPE S.A	A delegação da gestão de serviços públicos de saneamento básico	35 anos
88	647/2024	2024	00002.009817/2024-17	PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A	Contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços por instituição financeiras ou bancárias	22/12/2025
90	636/2024	2024	00002.003501/2024-11	CLAUDINO S A LOJAS DE DEPARTAMENTOS	Locação de imóvel correspondendo a 07 (sete) salas, para funcionamento do Espaço da Cidadania no Teresina Shopping – Teresina – PI	31/12/2029

**Despesa Reservada, Empenhada, Liquidada e Paga até mês 12 / 2024 UG 210101**

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Fonte / Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Reservada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
<b>21 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA</b>	<b>176.019.024,00</b>	<b>241.714.304,90</b>	<b>240.951.360,57</b>	<b>240.097.940,37</b>	<b>220.529.088,21</b>	<b>215.342.270,69</b>
<b>21101 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA</b>	<b>176.019.024,00</b>	<b>241.714.304,90</b>	<b>240.951.360,57</b>	<b>240.097.940,37</b>	<b>220.529.088,21</b>	<b>215.342.270,69</b>
<b>21.101.04.122.0106.5047 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PPP</b>	28.356.421,00	15.850.820,30	15.850.819,91	15.842.179,91	8.282.472,62	7.869.817,52
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	28.356.421,00	15.850.820,30	15.850.819,91	15.842.179,91	8.282.472,62	7.869.817,52
336783 - Despesas Decorrentes de Contrato de Parceria Público-Privada - PPP, exceto Subvenções Econômicas, Aporte e Fundo Garantí	28.356.421,00	11.325.071,30	11.325.071,30	11.325.071,30	5.219.254,01	5.179.110,51
339014 - Diárias - Civil	0,00	84.240,00	84.240,00	75.600,00	75.600,00	75.520,00
339035 - Serviços de Consultoria	0,00	4.441.509,00	4.441.508,61	4.441.508,61	2.987.618,61	2.615.187,01
<b>21.101.04.122.0109.2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE</b>	<b>63.914.804,00</b>	<b>97.365.830,04</b>	<b>97.363.923,99</b>	<b>97.011.302,99</b>	<b>86.160.570,92</b>	<b>83.479.408,44</b>
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	63.914.804,00	96.518.489,04	96.516.582,99	96.499.302,99	85.648.570,92	82.973.552,44
339014 - Diárias - Civil	108.000,00	262.400,00	262.400,00	245.120,00	242.480,00	242.480,00
339030 - Material de Consumo	10.340.022,79	8.577.158,45	8.577.158,45	8.577.158,45	7.930.511,09	7.924.155,33
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	100.000,00	1.145.082,67	1.145.082,67	1.145.082,67	853.899,33	851.869,74
339035 - Serviços de Consultoria	0,00	4.153.117,24	4.153.117,24	4.153.117,24	3.265.003,38	2.940.379,04
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100.000,00	1.027.701,88	1.027.701,68	1.027.701,68	846.666,02	782.876,78

<b>339037 - Locação de Mão-de- Obra</b>	39.842.478,00	46.919.276,62	46.919.275,87	46.919.275,87	42.185.460,55	41.543.050,07
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	12.297.797,76	15.833.772,63	15.833.771,92	15.833.771,92	14.557.698,31	14.384.149,46
<b>339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica</b>	500.000,00	14.892.026,27	14.892.025,48	14.892.025,48	12.345.944,29	11.583.382,86
<b>339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas</b>	50.000,00	69.000,00	67.110,01	67.110,01	49.555,18	49.555,18
<b>339091 - Sentenças Judiciais</b>	0,00	33.874,00	33.873,34	33.873,34	33.873,34	33.873,34
<b>339092 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	486.505,45	3.557.527,28	3.557.514,35	3.557.514,35	3.337.479,43	2.637.780,64
<b>339093 - Indenizações e Restituições</b>	90.000,00	47.552,00	47.551,98	47.551,98	0,00	0,00
<b>706 - Transferência Especial da União</b>	0,00	847.341,00	847.341,00	512.000,00	512.000,00	505.856,00
<b>449052 - Equipamentos e Material Permanente</b>	0,00	847.341,00	847.341,00	512.000,00	512.000,00	505.856,00
<b>21.101.04.122.0109. 2500 - GESTÃO DE PESSOAS</b>	65.960.579,00	85.598.420,49	85.595.701,06	85.109.741,86	84.899.501,68	82.939.405,37
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	65.960.579,00	85.598.420,49	85.595.701,06	85.109.741,86	84.899.501,68	82.939.405,37
<b>319004 - Contratação por Tempo Determinado</b>	0,00	3.454.257,78	3.453.184,72	3.447.684,72	3.447.684,72	3.447.684,72
<b>319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil</b>	30.834.155,00	29.593.285,49	29.593.285,49	29.582.753,87	29.582.753,87	28.957.802,10
<b>319013 - Obrigações Patronais</b>	6.432.448,00	7.532.127,00	7.531.389,48	7.531.389,48	7.531.389,48	7.418.535,84
<b>319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil</b>	0,00	16.400,44	16.400,44	16.400,44	16.400,44	16.363,12
<b>319092 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	0,00	670.321,00	670.268,96	670.268,96	670.268,96	670.268,96
<b>319096 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado</b>	1.440.000,00	1.714.300,00	1.714.300,00	1.714.300,00	1.504.059,82	1.472.300,03
<b>319113 - Obrigações Patronais</b>	1.632.689,00	2.365.664,41	2.365.664,41	2.365.664,41	2.365.664,41	1.757.004,70

<b>339034 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização</b>	10.833.180,00	15.929.180,00	15.928.967,93	15.913.712,99	15.913.712,99	15.775.020,67
<b>339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física</b>	985.500,00	1.247.500,00	1.247.120,84	1.247.120,84	1.247.120,84	1.192.755,81
<b>339046 - Auxílio-Alimentação</b>	0,00	5.000,00	4.734,42	4.734,42	4.734,42	4.734,42
<b>339049 - Auxílio-Transporte</b>	852.114,00	1.050.450,82	1.050.450,82	1.050.450,82	1.050.450,82	1.040.877,48
<b>339093 - Indenizações e Restituições</b>	12.950.493,00	22.019.933,55	22.019.933,55	21.565.260,91	21.565.260,91	21.186.057,52
<b>21.101.04.122.0109.6131 - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E GESTORES PÚBLICOS</b>	380.000,00	1.039.300,00	1.039.300,00	1.039.300,00	1.039.300,00	1.039.300,00
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	380.000,00	1.039.300,00	1.039.300,00	1.039.300,00	1.039.300,00	1.039.300,00
<b>339014 - Diárias - Civil</b>	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339030 - Material de Consumo</b>	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339035 - Serviços de Consultoria</b>	0,00	911.000,00	911.000,00	911.000,00	911.000,00	911.000,00
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	300.000,00	128.300,00	128.300,00	128.300,00	128.300,00	128.300,00
<b>21.101.04.122.0109.6132 - FORTALECIMENTO DAS ESTRATÉGIAS PARA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO - CIASPI</b>	223.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	223.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339014 - Diárias - Civil</b>	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339030 - Material de Consumo</b>	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física</b>	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>21.101.04.122.0109.6133 - MELHORIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO</b>	1.842.946,00	2.522.125,07	2.522.125,07	2.522.125,07	2.269.630,48	2.253.731,35
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	1.842.946,00	2.522.125,07	2.522.125,07	2.522.125,07	2.269.630,48	2.253.731,35
<b>339014 - Diárias - Civil</b>	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>339030 - Material de Consumo</b>	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	1.500.000,00	2.522.125,07	2.522.125,07	2.522.125,07	2.269.630,48	2.253.731,35
<b>339092 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339093 - Indenizações e Restituições</b>	12.946,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>21.101.04.122.0109.6135 - PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO</b>	50.000,00	3.538.822,00	3.538.821,72	3.538.821,72	3.351.573,23	3.351.170,76
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	50.000,00	3.538.822,00	3.538.821,72	3.538.821,72	3.351.573,23	3.351.170,76
<b>339030 - Material de Consumo</b>	25.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00	15.207,50	15.207,50
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	25.000,00	3.494.822,00	3.494.821,72	3.494.821,72	3.336.365,73	3.335.963,26
<b>339092 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>21.101.04.122.0109.6187 - GERENCIAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO DO PIAUI</b>	1.000.000,00	20.733.737,00	20.733.736,36	20.727.536,36	20.695.915,36	20.695.915,36
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	850.000,00	20.733.737,00	20.733.736,36	20.727.536,36	20.695.915,36	20.695.915,36
<b>339014 - Diárias - Civil</b>	150.000,00	279.800,00	279.800,00	273.600,00	273.480,00	273.480,00
<b>339030 - Material de Consumo</b>	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	600.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	3.500,00	3.500,00
<b>339093 - Indenizações e Restituições</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica</b>	0,00	9.957.431,00	9.957.431,00	9.957.431,00	9.957.430,00	9.957.430,00
<b>449091 - Sentenças Judiciais</b>	0,00	10.102.000,00	10.102.000,00	10.102.000,00	10.102.000,00	10.102.000,00
<b>449093 - Indenizações e Restituições</b>	0,00	359.506,00	359.505,36	359.505,36	359.505,36	359.505,36
<b>754 - Recursos de Operações de Crédito</b>	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>449052 - Equipamentos e Material Permanente</b>	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>21.101.04.126.0109.7100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL</b>	14.291.274,00	15.065.250,00	14.306.932,46	14.306.932,46	13.830.123,92	13.713.521,89
<b>500 - Recursos não Vinculados de Impostos</b>	7.182.959,00	14.306.935,00	14.306.932,46	14.306.932,46	13.830.123,92	13.713.521,89
<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	0,00	699.573,00	699.572,53	699.572,53	419.916,00	415.228,57
<b>339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica</b>	0,00	3.943.041,00	3.943.040,39	3.943.040,39	3.745.888,38	3.714.344,06
<b>339092 - Despesas de Exercícios Anteriores</b>	0,00	492.881,00	492.880,05	492.880,05	492.880,05	492.880,05
<b>449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica</b>	7.182.959,00	9.171.440,00	9.171.439,49	9.171.439,49	9.171.439,49	9.091.069,21
<b>754 - Recursos de Operações de Crédito</b>	6.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica</b>	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>449052 - Equipamentos e Material Permanente</b>	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>755 - Recursos de Alienação de Bens/ Ativos - Administração Direta</b>	758.315,00	758.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>449051 - Obras e Instalações</b>	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>449052 - Equipamentos e Material Permanente</b>	458.315,00	458.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	176.019.024,00	241.714.304,90	240.951.360,57	240.097.940,37	220.529.088,21	215.342.270,69

<b>Nº DO PREGÃO</b>	<b>ORGÃO DEMANDANTE</b>	<b>PROCESSO SEI Nº</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Pregão Nº 01/24 - LEI 14133/21	SEFIR E OUTROS	00224.000018/2024-62	SRP Poços	<b>R\$ 62.098.357,25</b>
Pregão Nº 02/2024	SEAD E OUTROS	00002.010280/2023-49	Comunicação visual	<b>R\$ 98.618.591,81</b>
Pregão Nº 03/2024	SASC	00024.002689/2023-33	Aquisição de veículo SEDAN P/ SASC	<b>R\$ 113.000,00</b>
Pregão Nº 04/2024	SASC	00024.001387/2023-48	Aquisição 1 van p/ lar da criança	<b>R\$ 349.900,00</b>
Pregão Nº 05/2024	SEAD E OUTROS	00002.012853/2023-79	SRP TVs	<b>R\$ 3.961.309,51</b>
Pregão Nº 06/2024	SEAD E OUTROS	00002.004019/2023-18	SRP Eeletrodomésticos	<b>R\$ 2.882.921,78</b>
Pregão Nº 07/2024	SEAD E OUTROS	00002.006920/2023-16	SRP Ração animal	<b>R\$ 546.324,63</b>
Pregão Nº 08/2024/REL - Lei 8.666/93	SEAD E OUTROS	00002.000845/2023-80	Material de higienen e limpeza - MHL	<b>R\$ 92.245.413,83</b>
Cconcorrência Nº 01/2024 - Lei 14.133/21/Presencial e Comprasgov	SUPARC	00002.014136/2023-81	Concessão p/ abastecimento de água - MRAE	<b>R\$ 9.557.000.000,00</b>
Pregão Nº 09/2024 - Lei 14.133/21	SESAPI		SIGESTÃO (software de gestão de saúde)	<b>R\$ 54.150.000,00</b>
Pregão Nº 10/2024	IAEPI E OUTROS	00226.000169/2021-58	SRP Aquisição materiais abastecimento de água	<b>Suspensão</b>
Pregão Nº 11/2024	SEAD E OUTROS	00002.002323/2023-12	Aquisição de ambulâncias	<b>R\$ 37.725.552,00</b>
Pregão Nº 12/2024	SESAPI	00012.023851/2023-96	Materiais descartáveis da SESAPI	<b>R\$ 9.303.065,40</b>
Concorrência Nº 02/2024 - Comprasgov	SEPLAN	00017.000198/2024-28	Metodologia calculo do PIB	<b>Fracassado</b>
Pregão Nº 13/2024 - Lei 14.133/21	SEAD	00002.000350/2024-31	SRP Bandeiras	<b>R\$ 12.766.943,34</b>
Pregão Nº 14/2024 - Lei 8.666/93	SASC	00028.034842/2023-51	SRP Equipamento anti tumulto	<b>R\$ 180.100,00</b>
Pregão Nº 15/2024 - Lei 14.133/21 - Comprasgov	GAMIL/SEGOV	00015.000472/2024-89	Hospedagem	<b>R\$ 6.975.906,94</b>
Pregão Nº 16/2024 - Lei 8.666/93	SEAD E OUTROS	00002.002842/2023-81	Gestão de frotas	<b>Suspensão</b>
Pregão Nº 17/2024 - Lei 8.666/93	SEAD E OUTROS	00002.006221/2020-23	Mobiliário	<b>Suspensão</b>
<b>Pregão Nº 18/2024 - Lei 14.133/21</b>	<b>SEAD</b>	<b>00002.004395/2024-85</b>	<b>Colchões</b>	<b>Em andamento</b>
Credenciamento Nº 01/2024 - Lei 14.133/21	SEGOV E OUTROS	00015.001269/2023-49	Credenciamento de restaurantes	<b>Sem valor</b>
Credenciamento Nº 02/2024 - Lei 14.133/21	SEAD	00002.009817/2024-17	Direitos creditórios	<b>Sem valor</b>
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 9.938.917.386,49</b>

## LISTA DE VEÍCULOS DA SEAD-PI

MODELO	PLACA	RENAVAM	ANO	COMBUSTÍVEL	LOCADOR	LOCALIZAÇÃO
AMAROK CD	PIU 5827	1139281981	2017	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Picos - PI
AMAROK CD	PIV3380	1149088068	2017	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
AMAROK CD	PIY1328	1139783723	2017	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
AMAROK CD	PIV3350	1346832414	2018	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
AMAROK CD	PIV3070	1167986544	2018	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
AMAROK CD	OEG3641	1250503652	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
AMAROK CD	PIX5070	1167986544	2018	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRX8A89	1250502168	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLM2G78	1330412220	2021	DIESEL	R F C CARVALHO EIRELI	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLS4H24	1374878623	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRW4J55	1271629523	2022	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRW6F57	1268637227	2022	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRS5G97	1246679750	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRX8A99	1250502788	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLV7H42	1396550248	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLV4I24	1395145064	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	RSN5I07	1322808942	2023	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRV8J68	1265535172	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRZ1H51	1204117109	2022	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRP6B96	1204111009	2020	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLV0G80	1393961000	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRZ3E36	1273455107	2022	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRV3D15	1270077799	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	SLN9B82	1336188160	2023	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Oeiras-PI
FIAT TORO	SLO-4D38	1347319481	2023	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRV3D85	1270079570	2020	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRV3E45	1270080781	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Valenca-PI
FIAT TORO	QRV3E85	1270081311	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6F05	1270992330	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6F65	1270995631	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6G95	1271010760	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Floriano-PI
FIAT TORO	QRY6H05	1271010809	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6H15	1271010825	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6H35	1271010892	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6H45	1271010930	2021	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Uruçuí-PI
FIAT TORO	RSO6D36	1278750570	2022	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
TOYOTA HILUX	QRU9710	1178030978	2018	DIESEL	R F C CARVALHO EIRELI	Teresina-PI
TOYOTA HILUX	QRP2755	1201157975	2020	DIESEL	R F C CARVALHO EIRELI	Teresina-PI
AMAROK CD	PIV3430	1177541758	2018	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
AMAROK CD	PIY9539	1177541758	2018	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
FIAT TORO	QRY6E95	1270991857	2022	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLV7H36	1397236806	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLV7H41	1397236806	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRX8B09	1250503652	2020	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLV9G57	139845199	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	QRW6D97	1268833299	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHEVROLET S10	SLS4H24	1374878623	2024	DIESEL	MAZUAD AUTO LOCADORA E LOGISTICA LTDA	Teresina-PI
CHERY TIGGO8 16TA	RSG1C34	1405595164	2024	GASOLINA	R L EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS	Teresina PI
TOYOTA HILUX SWSRX4	SLV7G31	1397154761	2024	DIESEL	R L EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS	Teresina PI
L200	PID7607	10191110543	2014	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
L200	LVO6290	581698894	2013	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
L200	PID5327	1018966088	2014	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
HILUX	OEB8137	344134415	2011	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
HILUX	OEB8897	344200094	2011	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
S10	OEG7503	484422472	2012	Gasolina	PRÓPRIO	Teresina-PI
S10	NIN2659	184316200	2009	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
RENEGADE	PIV7014	1149827715	2017	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
LOGAN	ODU7539	349643512	2011	Gasolina	PRÓPRIO	Teresina-PI
TORO	PIT4698	1132869592	2019	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI

CG 150 FAN ESDI	OUC3055	536128340	2013	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
CG 150 FAN ESDI	OUC3095	536129460	2013	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
CG 150 FAN ESDI	OVX4680	588257524	2013	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
CG 150 FAN ESDI	OUC3115	536130353	2013	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
NXR160-BROS	QRP8104	1191510023	2018	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
NXR160-BROS	QRP8134	1191506956	2018	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
CAMINHÃO GMC	LVZ1670	774161833	2001	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
MASTER FUR -LEH2	QRS5850	1176358020	2018	Diesel	PRÓPRIO	Teresina-PI
CORSA	NHX9678	933477619	2007	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
CG 125 FAN	LWJ7728	870869507	2005	Gasolina	PRÓPRIO	Teresina-PI
CG 125 FAN	OVX4680	588257524	2013	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
PARATI	LWC6433	733237609	2000	Gasolina	PRÓPRIO	Teresina-PI
UNO MILLE	LVU0032	893737434	2006	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
DOBLO	NIA3007	975928546	2008	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
CELTA – 2p 1.0 LS	LVX1270	842624910	2013	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
FIAT/STRADA	SLU8I77	1392746091	2024	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
FIAT/STRADA	SLU8I76	1392743327	2024	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
FIAT/STRADA	SLU8J00	1392780508	2024	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
FIAT/STRADA	SLU8I78	1392747748	2024	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI
PALIO ATTRACTIV 1.4	NII8454	233015353	2010	Gasolina/Alcool	PRÓPRIO	Teresina-PI



ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD-PI  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

OFÍCIO N.º 210/2025/SEAD-PI/GAB/SGACG/DFIN Teresina/PI, 14 de março de 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente  
**Joaquim Kennedy Nogueira Barros**  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado Piauí  
Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE

Assunto: **Entrega do inventário patrimonial dos bens imóveis - Prestação de Contas Anual - Exercício de 2024.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00002.000809/2025-88.

Senhor Presidente,

Ao Cumprimentá-lo, considerando a Instrução Normativa TCE/PI nº 05/2022, declaro para os devidos fins de Prestação de Contas Anual que o arquivo referente ao Inventário patrimonial dos bens imóveis, nos termos do art. 6º, III, foi entregue dentro do prazo exigido pela Corte de Contas, por meio do sistema Documentação Web. No entanto, devido ao grande volume do arquivo, não foi possível realizar o upload completo do documento no sistema.

Considerando a rejeição do documento pelo Tribunal em 06/03/2025 e em conformidade com o artigo 39 da Instrução Normativa nº 05/2022 desta Corte de Contas, que estabelece a possibilidade de reenvio de documentos rejeitados, desde que sem os vícios apontados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da rejeição, sem aplicação de multa, encaminhamos a versão corrigida para análise. Sendo assim, estamos disponibilizando o arquivo integral para reenvio através do seguinte link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1W7mW\\_ACiPECA0kSPS1KrChStQ-GfTFx1](https://drive.google.com/drive/folders/1W7mW_ACiPECA0kSPS1KrChStQ-GfTFx1)

No ensejo, renovo os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Samuel Pontes do Nascimento**  
Secretário de Estado da Administração  
(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO - Mat.0209541-2, Secretário de Estado**, em 14/03/2025, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **017131081** e o código CRC **6F2515EC**.

Referência: Caso responda, indicar expressamente o Processo nº **00002.000809/2025-88**

SEI nº **017131081**

Criado por [heitor.nascimento@sead.pi.gov.br](mailto:heitor.nascimento@sead.pi.gov.br), versão 2 por [heitor.nascimento@sead.pi.gov.br](mailto:heitor.nascimento@sead.pi.gov.br) em 14/03/2025 11:47:00.

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - **SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO - 17/03/2025 09:01:43**  
Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - **ISABEL MOURA FERREIRA - 17/03/2025 08:45:21**  
Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - **LUCAS LOPES DE ARAUJO - 17/03/2025 18:33:27**

SECRETARIA  
DA **ADMINISTRAÇÃO** - SEAD



GOVERNO DO  
**PIAUI**  
AQUI TEM TRABALHO.  
AQUI TEM FUTURO.